



Universidade de Brasília-UnB
Instituto de Letras-IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP
Português do Brasil como Segunda Língua

**Subida de clíticos em variedades do português:
um breve levantamento bibliográfico**

Ana Cecília Maria Estellita Lins

Matrícula14/0129430

Trabalho apresentado à disciplina Projeto de Curso como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Letras – Português do Brasil como Segunda Língua, da Universidade de Brasília, sob orientação da professora Lurdes Teresa Lopes Jorge.

Brasília, 2020

RESUMO

Neste trabalho de pesquisa bibliográfica, realizamos o levantamento das variedades da língua portuguesa e verificamos em quais destas há, de acordo com os registros encontrados, ocorrência da subida de clíticos. Para definir clíticos e seus fenômenos, utilizamos inicialmente as descrições dos pronomes oblíquos átonos dadas pela Gramática Tradicional, e seguimos com os conceitos próprios do Gerativismo, focados na Teoria de Princípios e Parâmetros. Ao final, comparamos as propriedades dos clíticos na língua portuguesa e em outras línguas românicas.

Palavras-chave: subida de clítico; variedades do português; verbo auxiliar.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CA3P: clítico acusativo de terceira pessoa

CCv: Crioulo Caboverdiano.

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

CPMac: Crioulo Português de Macau

CPMal: Crioulo Português de Malaca

GU: Gramática Universal.

PAng: Português Angolano.

PB: Português do Brasil.

PCV: Português de Cabo Verde.

PE: Português Europeu.

PK: Papia Kristang.

PLb: Português de Libolo.

PM: Português de Moçambique.

PT (PST): Português de São Tomé e Príncipe.

PTL: Português de Timor-Leste.

RAEM: Região Administrativa Especial de Macau.

SVO: sujeito - verbo - objeto

SUMÁRIO

1. Introdução.....	5
2. Referencial Teórico: Princípios e Parâmetros.....	7
3. Breve Histórico do Português.....	15
3.1. Português do Brasil.....	21
3.2. Português na África.....	25
3.2.1. Português Angolano e Português de Libolo.....	29
3.2.2. Português de Moçambique.....	32
3.2.3. Português de Cabo Verde e Crioulo Caboverdiano.....	35
3.2.4. Português em Guiné-Bissau e Crioulo Guineense.....	37
3.2.5. Português de São Tomé e Príncipe.....	42
3.2.6. Português na Guiné Equatorial.....	44
3.3. Português na Ásia.....	46
3.3.1. Português em Goa.....	49
3.3.2. Português do Timor-Leste.....	52
3.3.3. Português em Malaca e crioulo Papia Kristang.....	56
3.3.4. Português em Macau.....	58
4. Os Clíticos na língua portuguesa.....	60
4.1. Os Clíticos na Gramática Tradicional.....	62
5. Os Clíticos na Gramática Gerativa.....	72
6. Subida de clíticos nas variedades da língua portuguesa.....	81
7. Posição dos Clíticos em Diferentes Línguas Românicas.....	95
8. Considerações Finais.....	100
Referências Bibliográficas.....	101

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, denominado “Subida de clíticos em variedades do português: um breve levantamento bibliográfico”, consiste de pesquisa bibliográfica sobre o fenômeno de subida de clíticos pronominais nas variedades da língua portuguesa faladas na Europa, na América do Sul, na África e na Ásia.

A produção linguística apresenta um aspecto externo, mais evidente, relacionado à interação social, que pode ser estudado sob diversas abordagens, como a estruturalista, sociolinguística, funcionalista ou cognitiva, além da gerativista, e um aspecto eminentemente interno, relacionado ao funcionamento da mente, abordado especificamente pela Teoria Gerativa, como Língua-I.

O objeto do presente trabalho é, portanto, a análise do fenômeno de subida de clíticos em algumas variedades da língua portuguesa, com o objetivo de demonstrar, sob o enfoque da abordagem linguística gerativista, que este representa modificações paramétricas que podem variar numa mesma língua.

Focamos especificamente nas diferentes propriedades dos clíticos, ou seja, dos pronomes pessoais átonos que, no caso de subida de clítico, se ligam a verbos auxiliares.

Nossos objetivos específicos são explicar o que ocorre na situação de subida de clítico, para demonstrar, com base nessa análise, que uma mesma língua possa passar por distintas modificações devido não só a fatores externos, como também a fatores internos.

O trabalho se divide em seis seções: 1ª seção – Referencial teórico gerativista que adotamos para a pesquisa; 2ª seção – Histórico da língua portuguesa na Europa e em sua expansão pelos continentes americano, africano e asiático; 3ª seção – Clíticos pronominais na Gramática Tradicional; 4ª seção - Interpretação do fenômeno de subida de clíticos dada pela Teoria Gerativista; 5ª seção – Ocorrência da subida de clíticos na língua portuguesa; 6ª seção – Subida de clíticos em outras línguas, em comparação com a subida de clíticos na língua portuguesa.

No referencial teórico gerativista, apresentamos a definição de Faculdade da Linguagem, Gramática Universal, Competência Linguística, Língua-E e Língua-I, bem como a Teoria de Princípios e Parâmetros; no histórico da língua portuguesa, demonstramos como o português foi se expandindo por diferentes continentes, interagindo com outras línguas e se estabelecendo, em alguns países, como língua materna; na seção referente a clíticos pronominais na Gramática Tradicional,

registramos a definição de clítico conforme o dicionário e as gramáticas prescritivas da língua portuguesa; na seção sobre interpretação do fenômeno de subida de clíticos dada pela Teoria Gerativista, descrevemos o mecanismo que gera a subida de clíticos pela combinação de itens lexicais, ou seja, de feixes de traços; na seção sobre ocorrência da subida de clíticos na língua portuguesa, destacamos as variedades da língua em que esse fenômeno se manifesta, baseando-nos em exemplos colhidos da literatura acadêmica; e na última seção, sobre subida de clíticos em outras línguas, comparamos a subida de clíticos na língua portuguesa com o que ocorre em outras línguas românicas.

O gramático Ataliba de Castilho (2014) frisou, a respeito dos estudos comparativos de variedades do português, que “ainda não aproveitamos minimamente o potencial de realização de projetos trilaterais de pesquisa para a descrição e a história das variedades europeia, africana e brasileira de nossa língua comum” (CASTILHO, 2014, p. 106). Partindo dessa constatação, buscamos trabalhar com todo o universo de variedades da língua portuguesa, incluindo também os crioulos de base portuguesa, para daí extrairmos as que interessam para nosso trabalho. Consideramos que a preocupação de Castilho abrange igualmente a necessidade de se expandirem os estudos sobre os crioulos de base portuguesa falados na África e na Ásia, para se aprofundar nas semelhanças entre eles, tanto quanto nas diferenciações que estes apresentam frente às variedades de português, dando-se especial atenção àqueles cujo status é de língua sob risco de extinção.

Entendemos, a par disso, que devemos partir da compreensão de língua portuguesa politicamente definida pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, à qual se afiliam, como Estados membros, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste para, a partir dessa autodeclaração identitária, estudar a situação da língua portuguesa e dos crioulos de base portuguesa nos países onde estes ainda se encontrem presentes.

O tema referente à movimentação de clíticos, que define o escopo deste trabalho, foi, portanto, escolhido por termos percebido a utilidade de efetuarmos o cruzamento, mesmo que superficial, de informações referentes às diversas variedades da língua portuguesa faladas ao redor do mundo, colhidas na bibliografia pesquisada - quase toda encontrada na internet - , para então compararmos as propriedades dos clíticos pronominais nessas variedades do português.

Adotamos o método descritivo-analítico, com pesquisa bibliográfica sobre os assuntos contemplados, mediante seleção de artigos acadêmicos, livros e sites de

organizações especializadas, buscando priorizar o material produzido sob o enfoque da Teoria Gerativa, relativamente aos pressupostos da teoria de base gerativista ou a estudos sobre o fenômeno de subida de clíticos nas variedades do português.

Para tanto, apoiamo-nos principalmente em produções acadêmicas de autoria de expoentes do Gerativismo no Brasil, como Mary Kato, Eduardo Kenedy, Miriam Lemle, Carlos Miotto, Jairo Nunes, Esmeralda Negrão e Ilza Ribeiro, assim como de outros pesquisadores da área, sem, contudo, deixar de considerar as contribuições de estudiosos de outras vertentes, buscando, inclusive, autores falantes das variedades de português e das línguas crioulas consideradas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: PRINCÍPIOS E PARÂMETROS

Para fins de realização da presente pesquisa comparativa, consideramos, no escopo da teoria gerativa, a Teoria de Princípios e Parâmetros (KENEDY, 2008, p. 136). A finalidade dessa escolha é demonstrar, a partir do fenômeno linguístico da subida de clíticos, que na estrutura da língua há, conforme afirma Esmeralda Negrão (2015), “princípios que regulam a estruturação das expressões linguísticas”, que são “princípios gerais universais comuns a todas as línguas” (NEGRÃO, 2015, p. 78 e 96), os quais se mantêm inalterados; e há parâmetros “cujos valores são fixados a partir de evidências positivas no contato com uma determinada língua” (NEGRÃO, 2015, p. 97), contato esse que ocorre durante a infância do falante, e que esses parâmetros podem vir a se modificar ao longo do tempo, gerando as diferentes variedades de uma mesma língua.

Iniciamos com uma breve descrição dos conceitos básicos do Gerativismo, desenvolvidos por representantes desta vertente teórica durante as subsequentes fases de investigação da linguagem humana, para daí chegarmos à teoria que define o que são princípios e parâmetros das línguas, o que consideramos apropriado e suficiente para fornecer explicações, no presente trabalho, sobre o fenômeno de subida de clíticos.

Eduardo Kenedy (2008, 2015) define de forma didática a Teoria Gerativa, da mesma forma que apresenta seus conceitos básicos, como Faculdade da Linguagem, Gramática Universal, Competência Linguística e Princípios e Parâmetros.

O Gerativismo “é uma corrente de estudos da ciência da linguagem que teve início nos Estados Unidos, no final da década de 50, a partir dos trabalhos do linguista Noam Chomsky, professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o MIT.”

(KENEDY, 2008, p. 127). Kenedy nos lembra, assim, que a Teoria Gerativa, concebida por Chomsky, já acumula mais de sessenta anos de pesquisa.

Quanto ao enfoque teórico, Kenedy (2008) esclarece que: “Com o gerativismo, as línguas deixam de ser interpretadas como um comportamento socialmente condicionado e passam a ser analisadas como uma faculdade mental natural. A morada da linguagem passa a ser a mente humana.” (KENEDY, 2008, p. 130). Dessa forma, essa teoria representa em seu surgimento uma mudança de paradigma, pois a língua passa a ser vista como um processo gerado a partir de condições internas, e não mais exclusivamente externas, ou seja, socioculturais, como era considerada sob as concepções behaviorista e sociointeracionista.

Para explicar esse fenômeno, os gerativistas perceberam que se fazia necessário deduzir e especificar a Faculdade da Linguagem, que seria justamente essa faculdade interna de usar a língua, independentemente das condições externas. Contudo, conforme explica Eduardo Kenedy (2008):

apenas postular a existência da Faculdade da Linguagem como um dispositivo inato que permite aos humanos desenvolver uma competência linguística não resolvia todos os problemas da linguística gerativa. Era (e ainda é) preciso descrever exatamente como é essa Faculdade, como ela funciona e como é possível que ela seja geneticamente determinada se as línguas do mundo parecem tão diferentes entre si. Para dar conta dessa aparente contradição entre a hipótese da Faculdade da Linguagem e os milhares de línguas existentes no planeta, os linguistas da corrente gerativa vêm elaborando teorias que procuram explicar o funcionamento da linguagem na mente das pessoas. (KENEDY, 2008, p. 130).

Portanto, empreendeu-se um longo processo de pesquisas experimentais, ainda em andamento, rumo a uma concepção teórica que abranja todos os aspectos do funcionamento interno da linguagem humana. Na busca do atingimento desse objetivo, “o gerativismo passou por diversas modificações e reformulações, que refletem a preocupação dos pesquisadores dessa corrente em elaborar um modelo teórico formal, inspirado na matemática.” (KENEDY, 2008, p. 130). Ou seja, embora o Gerativismo considere a língua materna em uso para identificar seus fenômenos, a descrição e explicação destes visam à concepção de um modelo abstrato, de ordem computacional, que descreva como funciona a linguagem humana.

Essas revisões de modelos teóricos redundaram em diferentes fases da Teoria Gerativa. Kenedy (2008) apresenta um histórico dessas fases, apontando o que foi a Gramática Transformacional:

A primeira elaboração do modelo gerativista ficou conhecida como Gramática Transformacional e foi desenvolvida e reformulada diversas vezes durante as décadas de 60 e 70. Os objetivos dessa fase do gerativismo consistiam em descrever como os

constituintes das sentenças eram formados e como tais constituintes transformavam-se em outros, por meio da aplicação de regras. (KENEDY, 2008, p. 131).

A reflexão nesse momento fora quanto aos mecanismos de mudanças de estruturas de uma língua, os quais foram denominados de “regras transformacionais. Essencialmente, uma transformação forma uma estrutura a partir de uma outra previamente existente.” (KENEDY, 2008, p. 133). Kenedy indica a denominação dessas estruturas:

A estrutura primeiramente formada é chamada Estrutura Profunda e a estrutura dela derivada chama-se Estrutura Superficial. Nesse sentido, a voz ativa é interpretada como a estrutura profunda, sobre a qual são aplicadas as regras transformacionais que geram a voz passiva, a estrutura superficial. (KENEDY, op. cit., p. 133).

Neste trabalho, não consideramos a análise a partir do modelo de regras transformacionais, visto que não se aplica ao fenômeno da subida de clíticos. Ademais, surgiram novas fases dessa teoria.

De fato, ao seguir com o histórico dos modelos da Teoria Gerativa, Kenedy (2008) apresenta como se deu a evolução da concepção das regras transformacionais:

Na década de 90, a ideia da transformação de uma estrutura profunda numa estrutura superficial seria abandonada em favor de uma visão que não mais representava estruturas, e sim as derivava – mostrando os passos pelos quais uma estrutura é formada (derivada), sem que ela tenha de ser comparada com uma outra estrutura independente. (KENEDY, op. cit., p. 133).

Com isso, a Teoria Gerativa trouxe para a realidade dos estudos linguísticos a propriedade combinatória da sintaxe.

Outro conceito básico para o estudo da língua sob a abordagem gerativista é “o que denominamos competência linguística – o conhecimento interno e tácito das regras que governam a formação das frases da língua.” (KENEDY, op. cit., p. 134). Conforme já mencionamos, o Gerativismo considera a língua em uso para identificar seus fenômenos, descrevê-los e explicá-los, e essa língua em uso é produzida pelos falantes de língua materna, os quais detêm naturalmente a competência linguística, o que faz com que sempre formem frases gramaticais. Ou seja, os falantes de língua materna seguem naturalmente as regras definidas em sua língua para efetuar as operações computacionais que permitem estruturar sintaticamente as sentenças.

Kenedy (2008) destaca que a importância desse conceito se reflete na produção científica de cunho gerativista:

Classicamente, o interesse central das pesquisas gerativistas recai na competência linguística dos falantes – muito embora só se possa ter acesso a ela através do desempenho –, pois é essa competência que torna o indivíduo capaz de falar e compreender uma língua.” (KENEDY, op. cit., p. 135).

Vemos com isso que o pesquisador gerativista pode trabalhar com corpora de produção linguística, que constitui o desempenho linguístico, o qual pode ser formado por textos orais ou escritos, para considerar tanto as regras de uma determinada língua, quanto as mudanças linguísticas que identifica em cada corpus. Mas seu foco é sempre a competência linguística, ou seja, o modo como os mecanismos internos de coordenação dos elementos da língua, que geram as regras sintáticas, levam à produção linguística. Dessa forma, o pesquisador gerativista sempre considera o material de pesquisa sob a ótica da competência linguística, que é natural para os falantes de língua materna. Conseqüentemente, todo corpus deve ser constituído, para o gerativista, por produções orais ou escritas na língua que foi adquirida pelo falante durante sua primeira infância, e que é por isso considerada sua língua materna. Assim, mesmo que o corpus seja constituído por registros escritos, estes têm que advir do conhecimento que os falantes detêm naturalmente de sua língua materna.

Pois Kenedy mostra que o objeto das pesquisas gerativistas é, em última instância, o funcionamento interno da mente:

O que interessa fundamentalmente ao gerativista é o funcionamento da mente que permite a geração das estruturas linguísticas observadas nos dados de qualquer corpus de fala, mas não lhe interessam esses dados em si mesmos ou em função de qualquer fator extralinguístico, como o contexto comunicativo ou as variáveis sociais que influenciam o uso da linguagem. (KENEDY, op. cit., p. 135).

Por isso mesmo, o pesquisador gerativista, na verdade, não necessita necessariamente desses corpora, a não ser que não esteja trabalhando com sua própria língua materna. Ele pode trabalhar apenas usando sua intuição de falante de sua língua materna, ou de outras línguas adquiridas por ele próprio nos anos de vida em que sua própria competência linguística ainda se encontrava em fase de desenvolvimento.

Por outro lado, ele também pode utilizar os corpora de diferentes línguas, coletados entre seus falantes de língua materna, para realizar pesquisas comparativas, que visem à detecção de suas semelhanças, diferenças e normas que as regem, o que auxilia na identificação de princípios e parâmetros.

Ou seja, a análise dos dados produzidos pelos falantes de uma mesma língua leva ao conhecimento do desenvolvimento da estrutura da língua em si, que reflete os mecanismos que a tornam uma língua distinta das demais. E a análise comparativa de línguas termina por evidenciar aqueles mecanismos que não se distinguem de uma língua para outra, os quais são denominados princípios, e que indicam o funcionamento da mente de todo e qualquer falante.

Deixamos claro que o Gerativismo não ignora que existam as variáveis sociais que influenciam o uso da linguagem; seu foco, no entanto, não são os fatores extralinguísticos ou os contextos comunicativos, mas, sim, o funcionamento interno da mente, o que se constitui numa pesquisa de vanguarda.

A Gramática Universal - GU - é outro conceito teórico que tem permeado toda a construção da teoria gerativista e que tem a função de complementar o que é concebido como competência linguística. “Deve-se entender por GU o conjunto das propriedades gramaticais comuns compartilhadas por todas as línguas naturais, bem como as diferenças entre elas que são previsíveis segundo o leque de opções disponíveis na própria GU.” (KENEDY, 2008, p. 136). Ou seja, a GU abrange todo o leque de possibilidades de construção de estruturas sintáticas em qualquer língua humana, necessárias para toda e qualquer produção linguística. É, portanto, o universo de operações computacionais disponíveis para a formação de qualquer língua.

Vemos, então, que chegamos à concepção de como se dá o processo de aquisição da língua materna, ou seja, de como as estruturas sintáticas começam a ser produzidas naturalmente por um falante durante sua primeira infância, partindo da ideia de que o funcionamento da mente, no que respeita à produção linguística, ocorre com a seleção de algumas entre todas as possibilidades que a GU disponibiliza para uso de toda e qualquer língua, seleção essa que é feita com base na língua com a qual tem contato a criança, a qual leva ao conhecimento interno e tácito das regras que governam a formação das frases, nessa que passa a ser sua língua materna.

Miriam Lemle e Isabella Pederneira (2012) asseveram a esse respeito:

Consideramos que a ideia de que a gramática é um saber que tem lugar na mente dos falantes seja essencial, e a maneira pela qual chega a formar-se é o processo de aquisição. Assim, todas as questões linguísticas devem poder ser relacionadas a questões de aquisição e representação mental da cognição de linguagem. (LEMLE e PEDERNEIRA, 2012, p. 469).

Há casos em que as crianças têm contato, desde seu nascimento, com mais de uma língua, podendo, com isso, adquirir mais de uma língua materna. Essas crianças acessam da GU as regras necessárias para produzir, em cada uma de suas línguas maternas, as estruturas gramaticais que as caracterizam.

Nesse contexto, o Gerativismo percebe a questão temporal como um fator preponderante para as mudanças linguísticas ou variações, mas a considera de caráter individual, e não propriamente sociocultural. Vistas a partir dos conceitos básicos da teoria, como o são a Faculdade da Linguagem, a Gramática Universal e a Competência

Linguística, tais mudanças se processam em decorrência do desenvolvimento da mente de cada falante, durante a infância, e não de suas condições externas, socioculturais. Kenedy (2008) observa que os gerativistas que fazem pesquisas aplicadas podem trabalhar com o seguinte objeto, por exemplo:

evidências das mudanças linguísticas por que passam as línguas, como uma maneira de compreender o que ocorre com a gramática quando algum de seus componentes se transforma ao longo do tempo, perdendo ou ganhando formas. Esse último tipo de análise gerativista é a que mais se aproxima da linguística baseada em dados concretos do uso da língua (corpus). (KENEDY, 2008, p. 136).

Assim, depreendemos das explicações de Kenedy que o linguista gerativista analisa os processos que geram transformações na gramática interna do falante, a cada geração que se sucede, e, conseqüentemente, terminam por gerar transformações na língua.

Para trabalharmos com a Teoria Gerativa, devemos também considerar como esta concebe língua e linguagem. Esmeralda Negrão (2015) fornece as seguintes definições de Língua-E e de Língua-I:

Segundo o conceito de Língua-E, a linguagem é um construto teórico formulado a partir da totalidade dos enunciados linguísticos produzidos numa comunidade homogênea. Já na Língua-I, a linguagem é um sistema interno à mente humana com propriedades específicas determinadas pela relação da língua com os demais componentes cognitivos (NEGRÃO, 2015, p. 78).

Dessa forma, tais conceitos de Língua-E e Língua-I se referem à linguagem, vista, no primeiro caso, como o conjunto das possibilidades de produção linguística numa comunidade hipotética que se expresse numa mesma língua, e no caso da Língua-I, como as possibilidades de produção linguística em uma determinada língua que for adquirida por um indivíduo.

Mary Kato (2002) simplifica mais ainda esses conceitos: “Usando os velhos termos do modelo padrão, podemos dizer que enquanto língua-I se refere à competência do falante/ouvinte ideal, língua-E é um conceito genérico para se referir ao objeto de estudo dos linguistas não-mentalistas.” (KATO, 2002, p. 311). Ou seja, o foco dos gerativistas está na Língua-I, “entendida como o estágio adulto do conhecimento linguístico.” (KATO, 2002, p. 311).

Kenedy (2008) explica a teoria de Princípios e Parâmetros, definindo como “Princípio as propriedades gramaticais que são válidas para todas as línguas naturais, ao passo que Parâmetro deve ser compreendido como as possibilidades (limitadas sempre de maneira binária) de variação entre as línguas.” (KENEDY, 2008, p. 138). Por possibilidades binárias, ele quer dizer que, para qualquer fenômeno linguístico que

admita variações de uma língua para outra, existem duas opções: ou ele ocorre, ou não ocorre na língua em estudo. Dessa forma, não existe a possibilidade de, numa mesma língua ou variedade de uma língua, dentro de um recorte temporal, espacial e etário, seus falantes produzirem sentenças estruturalmente análogas variando a seu bel prazer os parâmetros. Pelo contrário, “os Parâmetros que diferenciam as línguas são previsíveis e distribuídos sempre de maneira binária (+ ou – o parâmetro X).” (KENEDY, 2008, p. 139). Mas enquanto os princípios da língua se mantêm sempre fixos, os parâmetros de uma mesma língua podem ir se alterando ao longo do tempo.

Mary Kato (2002) explica a relação entre a Gramática Universal e a Teoria de Princípios e Parâmetros: “a GU é definida como o conjunto dos Princípios invariantes que regem as línguas naturais e mais os Parâmetros de variação interlinguística, concebidos como opções presentes [+ ou 1] ou ausentes [- ou Ø].” (KATO, 2002, p. 311).

Nesse contexto, vamos trabalhar com a análise de um fenômeno específico que ocorre com alguns clíticos das variedades da língua portuguesa, e que é denominado subida de clítico. Queremos com isso verificar as distinções que possam existir no posicionamento dos clíticos nas diferentes variedades da língua portuguesa.

Eduardo Kennedy (2008) nos orienta sobre a abordagem que devemos assumir quando trabalhamos com mais de uma língua, a qual também aplicamos na análise das diferentes variedades de uma mesma língua:

O projeto da linguística gerativa é observar comparativamente as línguas humanas, com os seus milhares de fenômenos morfológicos, sintáticos, semânticos e sua suntuosa complexidade, com o objetivo de descrever os Princípios e os Parâmetros da GU que subjazem à competência linguística dos falantes, para, assim, poder explicar como é a Faculdade da Linguagem, essa parte notável da capacidade mental humana.” (KENEDY, 2008, p. 140).

Ou seja, conforme já observamos, devemos ter sempre em mente que os fenômenos analisados nos levam, em última instância, a buscar deduzir como funciona a mente do falante.

Jairo Nunes (2008), ao comentar sobre o trabalho de descrição das propriedades de uma língua, sob o enfoque da Teoria de Princípios e Parâmetros, desenvolvida por Chomsky e seus seguidores, e que se constitui de um momento não atual da Teoria Gerativista, lembrou que o modelo de Princípios e Parâmetros:

formulou uma hipótese sobre o formato da faculdade da linguagem que pela primeira vez permitiu que o fascinante “Problema de Platão” no domínio da linguagem – como as crianças passam a dominar estruturas linguísticas incrivelmente complexas na ausência de evidência sobre essa complexidade em sua experiência – pudesse ser explorado com considerável sucesso. (NUNES, 2008, p. 2).

Temos com isso crianças que possuem uma mesma língua materna, mas se situam em diferentes espaços geográficos, e adquirem a estrutura em uso dessa língua, a qual pode ter-se diferenciado da estrutura usada em outros locais, no que tange a alguns parâmetros. Essas crianças, em seus primeiros anos de vida, que é quando sua própria competência linguística ainda se encontra em fase de desenvolvimento, passam a falar sua língua materna utilizando estruturas com os parâmetros que são considerados gramaticais na variedade da comunidade em que vivem.

Voltamos com isso ao conceito básico da Faculdade da Linguagem, que deve estar sempre presente em nossa pesquisa, e é, conforme explica Eduardo Kenedy (2008):

o dispositivo inato presente em todos os seres humanos, como herança biológica, que nos fornece um algoritmo, isto é, um sistema gerativo, um conjunto de instruções passo-a-passo, como as inscritas num programa de computador, o qual nos torna aptos para desenvolver (ou adquirir) a gramática de uma língua. Esse algoritmo é a GU. (KENEDY, 2008, p. 136).

Ao partirmos da Teoria de Princípios e Parâmetros para descrever o fenômeno de subida de clíticos na língua portuguesa, estamos então analisando, em última instância, a Faculdade da Linguagem em falantes que têm como língua materna uma variedade do português, os quais a adquiriram durante a infância, não importa quão complexas suas estruturas linguísticas pudessem parecer aos olhos dos demais. Para tanto, esses falantes selecionaram durante sua primeira infância esses parâmetros, dentre todos aqueles disponíveis na GU.

Pelo exposto, fica claro que o fato de as línguas estarem em constante mudança não invalida em nada a concepção gerativista de aquisição de línguas, nem seus conceitos básicos, que são a Faculdade da Linguagem, a Gramática Universal, a Competência Linguística, Língua-E e Língua-I.

A criança que nasce em um contexto em que uma ou mais línguas são faladas como línguas maternas - como é o caso de países em que convivem com uma língua europeia várias línguas nativas de diferentes origens, podendo ser uma delas, inclusive, uma língua crioula baseada naquela língua europeia -, adquire uma ou mais dessas línguas.

No decorrer desse processo de desenvolvimento da competência linguística por gerações subsequentes de falantes que usam a mesma língua materna, isoladamente ou em convivência com outras línguas, uma ou mais de uma delas pode ir sofrendo oscilações nos parâmetros referentes a cada um de seus fenômenos linguísticos, até que

um deles se fixe por um período mais prolongado, gerando as variedades de uma mesma língua ou uma língua diferente, como o são as línguas crioulas.

3. BREVE HISTÓRICO DO PORTUGUÊS

Quando falamos em língua portuguesa, não estamos nos referindo especificamente à língua falada em determinado país, por uma determinada nação, mas ao conjunto de variedades de uma língua que tem uma estrutura sintática e um léxico que a distinguem das demais, mas que permitem variações próprias de cada grupo de falantes, consideradas dos pontos de vista diastrático, diamésico, diatópico, diafásico.

Devemos considerar que “as línguas humanas mudam com o passar do tempo. Em outras palavras, as línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo.” (FARACO, 2005, p. 14). Dessa forma, as gerações de falantes que se sucedem em diferentes espaços e tempos podem ir alterando alguns de seus parâmetros linguísticos, quando em fase do desenvolvimento da mente, durante o processo de aquisição da língua, desde a infância até o início da adolescência. É por isso que “as línguas naturais podem ser definidas como um feixe de variedades linguísticas” (CASTILHO, 2014, p. 695). Se, contudo, nesse processo de mudança deixarem de existir aquelas características estruturais, bem como lexicais, que definem especificamente uma língua, ela acaba se transformando em outra língua.

Em sua tese de doutorado, Davi Albuquerque (2014) observa:

A ‘evolução’ está intimamente ligada ao conceito de ‘adaptação’. Segundo a teoria linguística atual, a língua apresenta variação e mudança, no decorrer da história, caso não tivesse esse caráter dinâmico/evolutivo, seria um instrumento incapaz de saciar as necessidades do falante, já que rapidamente, ou seja, em uma geração ou duas, ela se tornaria obsoleta. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 36/37).

Essa visão de evolução da língua é considerada pela teoria gerativa sob o enfoque da mente do falante, o qual produz com criatividade as mudanças estruturais necessárias. Outras abordagens, que enxergam a língua como fenômeno social, ao discutir evolução linguística, muitas vezes destacam os acréscimos lexicais.

Castilho destaca o alcance da língua portuguesa: “Falado por mais de duzentos milhões de indivíduos, o português é a oitava língua mais falada no mundo.” (CASTILHO, 2014, p. 174). Assim, a língua portuguesa, com suas diferenças de estrutura paramétricas que a distinguem, bem como particularidades lexicais e semânticas, engloba o português europeu, o português do Brasil, o português

moçambicano, o português angolano – com destaque para o português de Libolo - , o português caboverdiano, o português de Goa e o de Macau, o português de São Tomé e Príncipe e o do Timor-Leste e, ainda, as línguas crioulas de base portuguesa de Cabo Verde, de Guiné-Bissau e, como mais uma delas, o Pápiá Kristang. Todas essas línguas são reconhecíveis seja como português, seja como línguas-filhas do português.

Ao considerar as variações no âmbito da língua portuguesa, Castilho observa que: “De todas as variedades do português, a variedade geográfica é a mais perceptível” (CASTILHO, 2014, p. 198). É por isso que as diferentes variedades da língua portuguesa se distinguem basicamente segundo o país em que são faladas. E podemos encontrar entre elas muitas diferenças visíveis, de ordem lexical, fonética e fonológica, morfológica, semântica e sintática, muitas das quais decorrentes de aspectos sócio-históricos e políticos. Trata-se, neste caso, de uma análise da Língua-E, que considera seu processo de diferenciação, distinguindo as variedades de uma mesma língua não só pela questão espacial, mas também de acordo com as mudanças ocorridas ao longo do tempo. É por isso que vamos proceder a uma breve descrição da história da língua portuguesa.

A origem da língua portuguesa nos remete à expansão do Império Romano, que por volta do segundo século antes de Cristo provocou uma reorganização interna da península ibérica e dos povos que a ocupavam. O conseqüente predomínio do latim, língua falada pelos romanos que ali se estabeleceram, mudou o cenário linguístico: “o português é uma língua românica (provém do latim vulgar), uma vez que buscou traços característicos do funcionamento gramatical do latim.” (TIMBANE, 2018, p. 118). Vemos então que, além de ter absorvido boa parte do léxico trazido pelos romanos, o português europeu se fundou na estrutura gramatical de sua língua. Ou seja, o processo de mudança linguística estrutural que gerou a língua materna dos povos situados na costa oeste da península ibérica foi a partir do latim, e não de outras línguas que, no entanto, colaboraram sobremodo com aportes lexicais.

De fato, lembra Ataliba de Castilho (2014) que “o latim vulgar deu surgimento na România Velha às línguas românicas” (CASTILHO, 2014, p. 107). Com o tempo, a sintaxe do latim vulgar teve seus parâmetros amplamente modificados naquelas regiões da Europa latina, gerando línguas filhas. “Em matéria de morfologia e sintaxe, a evolução que se processa do latim ao galego-português é semelhante à que leva às outras línguas românicas, em particular ao castelhano.” (TEYSSIER, 2014, p. 19).

O processo foi gradativo, tanto que o latim levado à península ibérica “se implantaria apenas por volta do ano 400 d.C.”, conforme explica Castilho (2014), e, após mais dois séculos de mudanças linguísticas, “o latim vulgar dá surgimento ao romance, estágio linguístico que anuncia o desaparecimento do latim e o surgimento das línguas românicas, entre elas o português.” (CASTILHO, 2014, p. 169).

Assim, com o tempo a estrutura de casos, por exemplo, foi totalmente alterada, mas não os princípios que lhe davam fundamento: “As relações que o latim exprimia pelas desinências casuais são agora expressas pelas preposições ou pela colocação da palavra na frase.” (TEYSSIER, 2014, p. 20). Essas modificações de ordem estrutural deram origem, entre outros fenômenos gramaticais, aos clíticos. “A discussão a respeito da sintaxe de clíticos e artigos em português (e demais línguas românicas) necessariamente remete ao fato de que ambos se originam da mesma categoria em latim, no contexto da perda da morfologia de caso.” (SALLES, 2001, p. 185).

Todo esse processo ocorreu num momento histórico de intensa transformação social, em que ruía o Império Romano e surgiam novos modelos de estrutura político-econômica. “As línguas naturais são o ponto mais alto de nossa identidade como indivíduos e como participantes de uma sociedade.” (CASTILHO, 2014, p. 33). Significa dizer que a consciência linguística afeta o ser humano individualmente, socialmente e, em consequência, também politicamente.

Em seu histórico das línguas europeias, Henriette Walter relata: “No início do século XIII, data em que surgiram os primeiros textos escritos em galego-português, a língua portuguesa ainda não estava separada do galego, mas o Reino independente de Portugal já existia há um século.” (WALTER, 1997, p. 182). Deduzimos que já poderia existir então uma relação íntima entre a língua materna que se falava na região e a sensação de pertencimento à estrutura sócio-política que ali se formava, no âmbito de um reinado.

De acordo com Castilho (2014), a língua portuguesa que estava se formando começou a ser valorizada em dois ambientes bem específicos:

A consciência de que o português europeu era uma nova entidade linguística, servindo a uma comunidade, desenvolveu-se em dois centros irradiadores de cultura na Idade Média: os mosteiros, onde se levavam a cabo traduções de obras latinas, francesas e espanholas [...] e a Corte, para a qual convergiam os interesses nacionais. Escreviam ali fidalgos e trovadores. (CASTILHO, 2014, p. 171).

Dessa forma, a igreja católica garantia legitimidade ao modelo de governo que ora se constituía, bem como à sua língua. E uma vez que surgia na Europa a Academia,

como um centro de estudos e divulgação do saber, mais “um marco dessa época foi a criação da Universidade de Lisboa em 1290.” (AUGUSTO, 2016, p. 29). Todos esses fatores contribuíram para a valorização da língua local.

Posteriormente, com a expansão do poderio de Portugal para outros continentes, na época das grandes navegações, a língua portuguesa se espalhou e se consolidou no Brasil e em países africanos, tornando-se também presente na Ásia. “Os séculos XV e XVI, por excelência os dos grandes navegadores portugueses, deixaram na língua marcas importantes, pois todas as camadas da população – pouco numerosa naquela época – participaram da aventura além-mar.” (WALTER, 1997, p. 188). Ou seja, pode-se dizer que todo português que vivia em Portugal conhecia alguém, no mais das vezes seu parente, que viajara para alguma das colônias, e que ademais os marinheiros e comerciantes portugueses que transitavam entre esses lugares serviam de portadores de notícias entre uns e outros. Junto com as notícias, levava-se de um país para outro a língua em uso.

Com isso, conforme descreve Assis (2011), surgiu a partir da “Lusitânia antiga – Portugal (berço da língua portuguesa), Madeira (arquipélago descoberto oficialmente pelos portugueses em 1419 – 1420) e Açores (1431 é tradicionalmente considerado como o do descobrimento)”, a “Lusitânia Dispersa – comunidades de fala portuguesa espalhadas pelo mundo não lusófono, em consequência do afluxo de correntes imigratórias”, que redundou, com o tempo, na “Lusitânia Nova – Brasil”, na “Lusitânia Novíssima – cinco nações africanas constituídas em consequência do processo de ‘descolonização’ e que adotaram o português como língua oficial: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe”, além do que essa autora optou por denominar a “Lusitânia Perdida – regiões da Ásia ou da Oceania onde já não há esperança de sobrevivência para a língua portuguesa.” (ASSIS, 2011, p. 142). Essa classificação de Assis, embora pouco utilizada, auxilia na visualização da evolução da língua portuguesa no mundo, devendo-se destacar que, no entanto, o caso do Timor-Leste indica registros divergentes no que diz respeito a sua presença na Ásia.

Por outro lado, no que tange à Lusitânia Dispersa, pode-se dizer que esta perdure na atualidade, em consequência do fluxo migratório de brasileiros, africanos de fala portuguesa e também portugueses, principalmente para os Estados Unidos e para outros países europeus, mas também para a China e outros países asiáticos.

Em consequência de todos esses movimentos migratórios de expansão do mundo lusitano e de sua língua, desde o século XV, formaram-se as variedades do português

que caracterizam como a língua portuguesa é hoje em dia falada em diferentes regiões do mundo. Mas, em alguns desses locais, o contato da língua portuguesa com suas diferentes línguas nativas acabou resultando, ao longo do tempo, numa língua crioula de base portuguesa.

De fato, no período das grandes navegações, os portugueses geraram profundas modificações em três continentes a que se dirigiram: África, América e Ásia. Contudo, em cada um deles, sua abordagem foi distinta, conforme os interesses que os guiassem. Com isso, também os efeitos gerados foram distintos. Em termos linguísticos, surgiram em alguns locais novas variedades da língua portuguesa, enquanto em outros, novas línguas crioulas de base portuguesa.

Walter explica o que vem a ser uma língua crioula: “Os crioulos são geralmente definidos como línguas cuja estrutura gramatical de base é de origem africana ou asiática e o léxico de origem europeia, aqui português.” (WALTER, 1997, p. 185). São então consequência da absorção de um aporte massivo do léxico de uma língua por falantes nativos de outras línguas. Para Castilho (2014), a definição de ‘crioulo’ engloba:

1. Adaptações de uma língua europeia por falantes de outras línguas, em geral africanas ou asiáticas, com as quais os europeus entraram em contato por interesse mercantil.
2. O mesmo que uma nova língua, híbrida de uma língua autóctone com outra língua falada por um grupo hegemônico, que se aproximaram por razões de comércio ou conquista.
3. Evolução de um *pidgin*, ocorrida em gerações posteriores, depois que um código simplificado é substituído por uma língua crioula de maior poder referencial. Um crioulo pode se tornar uma língua de prestígio ou língua nacional, ou permanecer como língua de comunicação ampla (= língua franca), mas sem prestígio suficiente para se estabelecer como língua nacional plena, com uma forma escrita (o crioulo caboverdiano, por exemplo). (CASTILHO, 2014, p. 670).

Ao apresentar três definições de crioulo, que complementam a conceituação de Henriette Walter (1997), Castilho (2014) pressupôs seu processo de formação, por contato entre povos que comercializavam entre si ou que foram subjugados por outros, e sua evolução a partir de um *pidgin*.

Condição *sine qua non* para sua formação seria que “as diversas regiões onde estes crioulos se estabeleceram deverão ter mantido um intercâmbio que permitisse uma ‘recíproca transfusão parcial’ a nível linguístico.” (CARDOSO, 2015, p. 668). Ou seja, a relação entre os povos deve ter sido suficientemente intensa para que se justificasse o esforço de ambos lados na adoção de elementos linguísticos necessários à comunicação mútua, com existência, no entanto, de uma relação de domínio que levasse à imposição do léxico de uma língua sobre os das demais.

Assim, em consequência das atividades mercantis dos portugueses e das rotas de navegação eleitas para exercê-las, “na África formaram-se os primeiros crioulos de base portuguesa.” (PRIŠTIC, 2010, p. 16). Estes podem ser divididos em dois grupos, o da Alta Guiné, ao qual pertencem os crioulos do Cabo Verde, Guiné-Bissau e de Casamança, e o “do Golfo da Guiné que contêm os crioulos de São Tomé (Forro ou Santomense, Angolar), Príncipe (Principense ou Lunguyê) e Ano Bom (Anobonês ou Fâ d'Ambô).” (PRIŠTIC, 2010, p. 16).

Nem todos esses crioulos se consolidaram como línguas faladas até a atualidade. “À exceção dos crioulos da Alta Guiné, a vitalidade dos crioulos portugueses vivos está, de uma forma geral, a diminuir.” (CARDOSO, 2015, p. 666). Mais adiante descreveremos sucintamente a história de alguns dos crioulos dessa região, que de acordo com Cardoso (2015) assumem as denominações de “o caboverdiano, falado em Cabo Verde; o kriyol, falado na Guiné-Bissau, e o crioulo de Casamansa, falado na região de Casamansa (Senegal).” (CARDOSO, 2015, p. 666).

Devido ainda à expansão das atividades mercantis dos portugueses e de suas rotas de navegação, foram-se formando outros crioulos a partir de sua língua. “Os crioulos luso-asiáticos estenderam-se um pouco por toda a costa asiática, incluindo a área insular do sudeste asiático, mas tiveram particular incidência na Ásia meridional e no sudeste asiático.” (CARDOSO, 2015, p. 668).

Enquanto as atividades na costa africana se concentravam no tráfico de escravos, ao avançar rumo à Ásia, os portugueses restabeleceram o fluxo de especiarias do Extremo-Oriente, as quais eram consumidas na Europa desde a época do império romano (PELT, 2003, p. 11). Não por acaso surgiram crioulos de base portuguesa em locais onde se cultivava, produzia e comercializava “a canela, o cravo-da-índia e a noz-moscada”, tanto quanto “pimenta, açúcar, passas, lavanda, anis, trigo-sarraceno, [...] cominho, coentro, cardamomo, ciperos, gengibre, gronofilo, alcaçuz, ameixas.” (PELT, 2003, p. 13 e 17).

Cardoso comenta que: “Estes crioulos foram falados em vários locais costeiros das atuais Índia, Sri Lanka, Bangladesh e Birmânia, mas tiveram maior expressão nas duas primeiras.” (CARDOSO, 2015, p. 669). Com efeito, dentre os mais falados nessa região da Ásia, “o grupo compreende os crioulos da Índia (Diu, Damão, Bombaim, Korlai, Quilom, Tellicherry, Cochim e Vaipim Coromandel, Bengala) e da Sri Lanka (Trincomalee e Batticaloa, Mannar, Puttallam).” (PRIŠTIC, 2010, p. 16). Em Goa, localizada próxima a Diu e Damão, devido ao tipo de ocupação que lá se deu, parece

que não chegou a surgir um crioulo, tendo a população chegado a falar o português como língua materna.

Além desses, também se formaram na Ásia os crioulos malaio-portugueses, ou seja, aqueles que se formaram na Malásia (Malaca, Kuala Lumpur e Singapura) e na Indonésia (Java, Flores, Ternate, Ambom, Macassar e Timor), bem como o crioulo sino-português de Macau (Patuá macaense). (PRIŠTIC, 2010, p. 17).

Tivemos muita dificuldade em encontrar material bibliográfico sobre algumas dessas línguas, talvez por não haverem existido muitos registros sobre as que foram se extinguindo. “Os crioulos de base lexical portuguesa foram, na maioria dos casos, línguas orais até ao século XIX.” (CARDOSO, 2015, p. 666). De fato, se, por um lado, algumas dessas comunidades não costumavam usar a escrita, por outro, quando o ensino sob os moldes europeus começou a ser implantado nas colônias, ele não abarcava os crioulos existentes, pois os colonizadores sequer os consideravam línguas. Mesmo hoje em dia as línguas crioulas ainda não são devidamente valorizadas pelo sistema de ensino em geral.

No entanto, “o crioulo é adquirido na infância, por existirem comunidades de fala crioula. Quer dizer que o crioulo é uma língua “natural”, no sentido de que uma pessoa adquire essa língua ao nascer, como qualquer outra.” (CASTILHO, 2014, p. 187). Ou seja, os crioulos são as línguas maternas de seus falantes e, por eles, suas mentes definem os parâmetros linguísticos que serão usados desde a infância, e que também poderão interferir no caso de tais falantes se comunicarem durante sua vida adulta em outras línguas.

Uma vez que os crioulos de base portuguesa possuem estrutura gramatical de origem africana ou asiática e léxico de origem portuguesa, embora tenhamos efetuado uma breve pesquisa sobre seu histórico e suas características, eles não se inserem, em princípio, em nosso levantamento dos clíticos na língua portuguesa.

3.1. Português do Brasil

Contamos, para a pesquisa sobre o português do Brasil, com uma vasta produção de gramáticos e linguistas brasileiros, mas também com o interesse que diversos aspectos dessa língua - cujo trajeto completa cerca de quinhentos anos- , têm despertado em especialistas estrangeiros, provavelmente em função do destaque que se tem dado à diversificada cultura do país. “O Brasil é hoje a maior nação de língua portuguesa do mundo.” (CASTILHO, 2014, p. 174).

A história oficial relata que “Cabral descobre o Brasil em 1500 – depois da passagem de Duarte Nunes Pacheco, em 1498 – e a ocupação do território tem início em 1530.” (CASTILHO, 2014, p. 174). O Brasil recebeu imigrantes portugueses desde esse início de colonização, e essa população foi-se intensificando ao longo da costa. Há registros do português escrito por alguns desses primeiros habitantes lusófonos em terra brasileira, como os missionários jesuítas, mas que não correspondem à fala usual dos demais habitantes. “De modo que não foi propriamente o português falado nas aulas da Universidade de Coimbra que desembarcou em nossas praias. Era o português popular, não padrão, o primeiro que se fez ouvir nas plagas sul-americanas. Dele deriva, de forma direta, o PB popular.” (CASTILHO, 2014, p. 204).

Contudo, a língua portuguesa custou a prevalecer no território brasileiro. Sem entrar no mérito da preponderância das línguas gerais, vemos que sua utilização não era de início abrangente. “Nos séculos XVI a XVIII foi rotulada como ‘o português no Brasil’, pois era inteiramente lusitana, e não tinha superado as línguas indígenas.” (CASTILHO, 2014, p. 31). Portanto, para o habitante de terras brasileiras em geral, o português não era tido como língua materna, mas como uma língua transplantada.

Foi apenas uns duzentos anos após o início da ocupação do território brasileiro que a língua portuguesa começou a se firmar como marca identitária local. “A partir do final do século XVIII, o português sobrepõe-se à língua geral paulista, ou tupi antigo.” (CASTILHO, 2014, p. 174). Mas não se tratou de um processo natural. Esse acontecimento foi provocado pela política repressiva imposta mediante “processo oficializado pela ‘Lei do Diretório’, de 3 de maio de 1757, do Marquês de Pombal, que proibia o uso da língua geral nas escolas.” (ASSIS, 2011, p. 144). O que se proibia com essa legislação eram justamente as línguas maternas da população de várias regiões brasileiras.

As questões linguísticas que se relacionam ao português do Brasil estiveram, portanto, relacionadas a fatores políticos, assim como às sucessivas imigrações de portugueses de diferentes regiões, inclusive de Açores. Entre essas imigrações destacamos, no século XIX, a vinda da família real portuguesa, com todo seu séquito, o que veio a reforçar o uso da língua portuguesa em todo o território brasileiro.

Alguns estudiosos da língua têm-se debruçado sobre o processo de aquisição e aprendizagem da língua portuguesa no Brasil, até tornar-se língua materna da maioria dos brasileiros, estudando-o sob diferentes enfoques.

Alex Batista Lins (2009) considera três hipóteses:

De maneira geral, tem-se uma corrente a favor da chamada crioulização prévia, com posterior descrioulização quando tomado rumo ao português lusitano; uma segunda corrente que reconhece a formação do PB como fruto de um processo de transmissão linguística irregular, em que o contato do PE com línguas africanas no Brasil permitiu o surgimento de uma variedade da língua portuguesa; e a deriva secular e a confluência de motivos, que considera serem as modificações pelas quais o PE passou no Brasil já previstas no sistema, ou seja, a mudança reside na frequência dos usos, pois a gramática da língua já a pressupunha. (LINS, 2009, p. 275).

No que tange à hipótese de crioulização e descrioulização, Alex Batista Lins (2009) a rebate a partir da reanálise das evidências que surgiram do estudo da língua crioula de São Tomé, de base portuguesa, a qual teria sido trazida para o Brasil no início do século XVII, por fazendeiros de cana-de-açúcar que de lá emigraram, assim como do estudo do Papiamento, língua que “teria sido levada pelos holandeses para os domínios antilhanos da Holanda quando da expulsão desses povos do Nordeste Brasileiro, levando seus escravos brasileiros, no século XVII.” (LINS, 2009, p. 277).

Com relação à segunda corrente considerada, esse autor conceitua a transmissão linguística regular - TLR, para contrapô-la à transmissão linguística irregular - TLI, considerando para tanto a diferença entre aquisição de língua materna e aprendizagem de uma segunda língua:

Pode-se, portanto, constatar que na TLR a aquisição da linguagem se processa de maneira inconsciente nas crianças enquanto que, na TLI, a aquisição da língua pelos adultos – uma segunda língua – se manifesta de modo consciente. Daí a oposição processo inconsciente versus processo consciente. (LINS, 2009, p. 279).

Assim, a TLR está relacionada ao processo de aquisição da língua materna durante a infância, enquanto a TLI se dá com a aprendizagem de uma língua adicional pelos adultos. No caso de ocorrência de transmissão linguística irregular, Lins (2009) frisa em seu artigo que “os falantes dessas outras línguas, por serem em sua maioria adultos, não mais dispõem de acesso aos dispositivos mentais da faculdade da linguagem.” (LINS, 2009, p. 280). Há assim uma redução e simplificação da estrutura gramatical.

Entretanto, ao analisar o que pode ter sucedido durante o processo de formação da variedade existente no Brasil, comparando-se o PB com o PE, percebemos que, conforme relata Lins (2009), a estrutura gramatical foi grandemente preservada, de forma que não há indícios de que tenha havido sua redução e simplificação.

Esse autor remete assim a Baxter e Lucchesi para afirmar que o que houve foram apenas “processos de TLI mais leves”, que resultaram em variedades populares do português do Brasil, caracterizadas por:

- (a) redução/eliminação de morfologia flexional do verbo e do nome, com consequências para os processos sintáticos a ela relacionados;
- (b) redução/eliminação de morfemas gramaticais livres, tais como artigos, pronomes clíticos, conectivos preposicionais etc.;
- (c) negação dupla contínua (pré-verbal + final de oração) e simples (final de oração);
- (d) oração relativa com ‘que’ multifuncional e com cópia pronominal;
- (e) a seguinte estrutura argumental de verbos com dois complementos: verbo + complemento indireto não preposicionado + complemento direto;
- (f) a não inversão da ordem sujeito-verbo nas orações interrogativas;
- (g) a formação reduzida da estrutura passiva em construções do tipo sujeito + verbo transitivo em função de paciente + ação. (LINS, 2009, p. 281/282).

Esses fenômenos são resultantes das mudanças internas da língua, que podem surgir de uma geração a outra, e não decorrentes de contatos entre línguas distintas.

Resta então a hipótese da deriva secular e confluência de motivos, que Alex Batista Lins (2009) descreveu fundamentando-se em Naro e Scherre, que por sua vez se basearam em Sapir. O português do Brasil seria assim uma continuação do português europeu arcaico, com manutenção de algumas de suas estruturas e modificação de outras, haja vista que suas características decorrem da seleção inconsciente que os falantes efetuam e que podem eventualmente levar a determinadas mudanças (LINS, 2009, p. 285/286).

Castilho (2014) tece algumas considerações sobre essa hipótese da deriva:

De acordo com este ponto de vista, o PB resulta de uma mudança natural, explicada por tendências evolutivas que tinham começado já na península ibérica, e com isso poderíamos dizer que o PB é uma continuação do português arcaico. Sobre essa base linguística se aplicariam ajustes, dando continuidade a uma deriva própria constituída naquela fase da língua. Nesse sentido, a pergunta a fazer não será “por que o PB tomou rumos diversos em relação ao PE”, mas sim “por que a modalidade europeia não mudou na mesma direção”, tendo optado por outros rumos. (CASTILHO, 2014, p. 191).

Castilho (2014) observa, ainda, no que diz respeito aos clíticos, que “a virada proclítica de PE se situa no século XV e nas primeiras décadas do século XVI, quando começaram a chegar os primeiros colonizadores portugueses ao Brasil. Ou seja, a “próclise brasileira” teria suas raízes no PE do século XV.” (CASTILHO, 2014, p. 485).

Alex Batista Lins (2009) considera que os estudos realizados nessa direção ainda se mostram insuficientes para que se possa afirmar que o português do Brasil de fato constitui um caso típico de deriva e não de crioulização e posterior descrioulização, e se pergunta se, na realidade, “não se estaria abrindo espaço para a formação de uma nova gramática do português em terras brasileiras.” (LINS, 2009, p. 288). Conclui que “é possível alargar a noção de ‘confluência de motivos’, e entender que a ‘voz africana e afrodescendente’ sobre o português tem muito a contar na direção de novas proposições.” (LINS, 2009, p. 288). Ou seja, o citado autor considera que a análise dos

motivos que definem o rumo para o qual corre a evolução do português do Brasil deve considerar a história das falas africanas no país.

Creemos que esses estudos sobre a história do PB buscaram ter em conta as características do português popular que aqui chegou, como língua materna dos imigrantes, uma vez que “o PB culto é mais recente que o popular, tendo surgido com a urbanização, que diferenciou a sociedade brasileira em dois níveis sociolinguísticos: a dos escolarizados e a dos analfabetos.” (CASTILHO, 2014, p. 210). De todas formas, ao trabalhar com a língua materna, estamos sempre considerando o português popular, falado informalmente, e não o português padrão, que é a língua monitorada, aprendida na escola.

3.2. O português na África

A expansão da língua portuguesa para outros continentes iniciou pela África, por sua proximidade do litoral de Portugal. “A partir do século XV, impulsionados pelo Infante D. Henrique (1394 – 1460), um dos filhos de D. João I, têm início os grandes descobrimentos, que revelaram o caminho marítimo para as Índias, a América do Sul e a passagem para o Pacífico.” (CASTILHO, 2014, p. 173). Essas rotas passavam pelo território africano, que as embarcações margeavam. Com isso, São Tomé e Príncipe foi o primeiro lugar da costa africana a ser ocupado pelos portugueses (CASTILHO, 2014, p. 173).

A decisão de investir nesses empreendimentos era eminentemente econômica, pois visava ao lucro com o comércio de especiarias. “A partir do Renascimento, o controle das rotas marítimas se torna paulatinamente uma obsessão das grandes potências europeias.” (PELT, 2003, p. 40). E Portugal foi o primeiro reinado a demonstrar mais audácia. “Na época, não se sabia praticamente nada sobre a África ocidental, a não ser que produzia uma semente estranha de gosto apimentado, a malagueta.” (PELT, 2003, p. 41). Mas o Infante D. Henrique cria em Sagres uma biblioteca, um posto, um estaleiro e “uma frota potente destinada a enfrentar o misterioso oceano que nem os venezianos, nem os gregos, nem os romanos, nem os egípcios ainda ousaram explorar.” (PELT, 2003, p. 42).

Embora a prioridade fosse inicialmente o comércio de especiarias, logo prevaleceu no contato com os povos africanos o tráfico negreiro, que acabou sendo o que definiu o modelo de colonização portuguesa na África. “O tráfico de escravos ou de pessoal destinado ao trabalho escravo era o negócio mais rentável, entre o século XVI e

finais do século XIX, embora os outros materiais negociáveis, como o ouro e marfim e diamantes também tivessem a sua cota parte.” (CRUZ, 2015, p. 984).

Em consequência dessa prática, os povos africanos têm enfrentado entre a denominada cultura ocidental o contínuo preconceito originado pelo comércio negreiro, que foi fonte de exploração de sua população, mas de riqueza para outros povos, primordialmente para os portugueses, durante os séculos XV a XIX. A diferença entre as formas como a língua portuguesa foi transmitida no Brasil e na África tem relação com esse comércio, pois enquanto a África era fornecedora dos prisioneiros, estes eram trazidos ao Brasil para, com sua mão de obra escrava, gerarem riqueza tanto para este país, quanto para Portugal.

Devido a esse modelo exploratório, a língua portuguesa não foi de início ensinada aos povos africanos, e para alguns países da África, tardou muito o surgimento dessa necessidade de transmissão linguística. “Desde os primeiros anos da colonização, os colonizadores estiveram preocupados com a escravização dos africanos e não com lhes trazer a cultura europeia. Não houve a preocupação de ensinar o português aos nativos.” (COUTO, 1989, p. 108). Ou seja, em se tratando de comércio negreiro, a língua seria mero contato para acerto de compra e venda, e não existiria interesse em se criar qualquer tipo de relação com as pessoas que estavam sendo escravizadas. Foi por isso que nos países em que esse comércio escravagista foi intenso, a língua portuguesa não se firmou como língua materna, dando espaço ao surgimento de uma língua crioula.

De fato, a comunicação de portugueses com os habitantes das regiões que eles invadiam sempre se dava na língua portuguesa, nunca na língua dos colonizados. Dessa forma, os africanos tiveram que aprender a língua dos colonizadores para buscar compreendê-los durante as negociações. Nessa interação entre línguas de origem e línguas europeias, ocorreu a africanização de línguas coloniais. “Os crioulos se formaram em espaços estrategicamente dominados por exploradores europeus.” (TIMBANE, 2018, p. 107). Em cada região de contato entre colonizadores e colonizados surgiram diferentes crioulos, tendo em vista que a organização social e espacial dos povos africanos, em tribos, favorecia a existência de uma grande variedade de línguas locais, o que de resto dificultava o estabelecimento de uma língua franca.

Foi também esse modelo de organização em tribos que facilitou todo o processo de implantação do colonialismo selvagem por parte de vários países europeus, a começar por Portugal. “Esse complexo mosaico étnico e linguístico favoreceu enormemente a dominação colonial portuguesa.” (COUTO, 1989, p. 112). A razão disso

foi que as diferentes tribos não se uniam para confrontar os invasores. Pelo contrário, até colaboravam para a expansão da colonização de seu continente, inserindo-se no sistema do comércio negreiro e caçando os membros de outras tribos, para trocá-los por bens. “Curioso é referir que as próprias tribos das costas africanas, muitas delas antropófagas, como entregavam os seus escravos aos compradores e nunca mais os viam, pensavam que os compradores “brancos” os comiam.” (CRUZ, 2015, p. 985). Havia, portanto, um verdadeiro choque de cultura entre os portugueses e esses povos que com eles negociavam.

Foi, portanto, a partir desse contato entre portugueses e tribos africanas, durante as transações comerciais com foco no tráfico de negros, que “na África formaram-se os primeiros crioulos de base portuguesa.” (PRIŠTIC, 2010, p. 16). Nos demais continentes em que os portugueses adentraram, o que se buscou foi firmar uma língua franca, fosse o português, fosse, como ocorreu inicialmente no Brasil, uma língua geral.

A par disso, diversos fatores levaram a que, durante o processo de colonização e, posteriormente, de descolonização, várias tribos africanas fossem reunidas por critérios artificiais, ou seja, isentos de sua participação e vontade, para definição de fronteiras geográficas e políticas. Nesse processo, suas línguas passaram a interagir não só com a língua do colonizador, mas também entre si, interferindo ao longo do tempo na formação de um ou mais crioulos que se firmaram, seja como língua materna, seja como língua adicional dos habitantes de cada país.

Hildo Couto (1989) explica como se deu esse processo:

Os colonizadores europeus repartiram arbitrariamente a África entre si, no decorrer do século XIX. Houve vários tratados bilaterais, mas o mais importante deles foi a Conferência de Berlim em que quinze potências ocidentais decidiram o futuro da África, sem que nenhum país africano estivesse presente. Com isso, criaram-se estados artificiais, que não correspondem a uma nação. Com efeito, o equivalente africano de nação seriam as etnias. (COUTO, 1989, p. 108).

Percebemos, com isso, que, para os países colonizadores, os povos africanos sempre foram vistos como meros instrumentos da cadeia comercial. E nessa relação, que perdurou entre os séculos XIV e XX, englobando os períodos do tráfico de escravos e das demais práticas extrativistas próprias do colonialismo selvagem, a opressão dos povos afetou radicalmente suas identidades, das quais fazem parte as línguas.

Couto (1989) acrescenta: “Os colonizadores foram muito eficientes na destruição das culturas nativas e ao impingirem a ideia de que tudo que vem da Europa, isto é, do colonizador, é melhor, o que implica que tudo que tenha cor local é inferior.”

(COUTO, 1989, p. 107). Esse entendimento persistiu na África pós-colonial, na qual predominam as políticas linguísticas exoglóssicas, que promovem as línguas dos ex-colonizadores, levando a que estas “continuem a desfrutar de um estatuto superior”, estando “associadas aos ambientes oficiais, meios urbanos, vantagens econômicas, mobilidade social ascendente ou prestígio social” (FIRMINO, 2012, p. 44).

As colônias portuguesas tiveram seu processo de libertação desencadeado há mais de quarenta anos, o que, no entanto, é pouco tempo para a consolidação de políticas nacionais independentes. Em vista disso, “na África, nos países ditos lusófonos, a situação do português é muito diferente da do Brasil.” (TEYSSIER, 2014, p. 117).

Esse processo de libertação decorreu da chamada Revolução dos Cravos: “A descolonização que se seguiu à revolução de 25 de abril de 1974 levou à constituição de cinco repúblicas independentes: 1 – Cabo Verde; 2 – Guiné-Bissau; 3 – São Tomé e Príncipe; 4 – Angola; 5 – Moçambique.” (TEYSSIER, 2014, p. 118). Vamos descrever sucintamente a situação linguística desses países de herança portuguesa, considerando seus aspectos socioculturais e políticos ao longo de sua história colonial, na busca de vislumbrar sua verdadeira identidade, a fim de identificar se possuem o português como língua utilizada pela comunidade local, em contexto de língua materna. “Nestes cinco territórios, o português é a língua oficial, a que é utilizada na administração, no ensino, na imprensa, assim como nas relações com o mundo exterior.” (TEYSSIER, 2014, p. 119). Isso não significa que seja a língua materna da população, e nem mesmo que seja por esta recepcionada e valorizada como sua segunda língua. “Nesse emaranhado cultural, a formação de uma identidade minoritária compreende um avanço e recuo, com o risco da identificação com o colonizador.” (MELO, 2006, p. 114). A língua tanto pode significar essa identificação, quanto uma mera imposição à população, ou até motivo de conflito.

Atualmente, a questão linguística na África tem como cerne as diferentes relações que se percebem como resultado da “coexistência entre as línguas oficiais, geralmente com uma origem colonial, e as restantes línguas africanas.” (FIRMINO, 2012, p. 43). Essa diversidade linguística se reflete na existência de diferentes variedades do português, mas também no surgimento de línguas filhas da língua portuguesa, que são as diversas línguas crioulas, muitas das quais se tornaram a principal língua de comunicação em sua região.

3.2.1. Português Angolano e Português de Libolo

Os portugueses chegaram à Angola em 1560, e “chocaram-se com o kimbundu, a língua de Ngola Kilwanji, de seu povo e de seu reino em Ndongo e Matamba” (AUGUSTO, 2016, p. 30). No entanto, estes não eram os únicos habitantes naquele espaço. “Explorando as rivalidades e conflitos locais, os portugueses instalaram-se na região de Angola a partir da segunda metade do séc. XVI e passam a controlar a área da costa marítima.” (FIGUEIREDO e OLIVEIRA, 2013, p. 115).

A colonização da Angola se processou, “durante séculos, em zonas vizinhas do mar, sendo bastante limitada a penetração de europeus nas áreas do interior”, de forma que o Município do Libolo, na Província do Kwanza-Sul, no interior da Angola, “permaneceu isolado até ao primeiro terço do século XX.” (FIGUEIREDO, 2016a, p. 160/161). No entanto, Figueiredo (2016) relata que, dada a fertilidade de suas terras, ainda assim houve colonos portugueses que nelas se instalaram durante os séculos anteriores, para dedicar-se à produção agrícola.

Por outro lado, em seu litoral, mais até do que nas demais regiões africanas exploradas pelos portugueses, aportavam navios negreiros, “fazendo de Angola o principal mercado abastecedor de escravos para as plantações da cana de açúcar do Brasil.” (FIGUEIREDO, 2013, p. 116). Devido a esses fatores, com o tempo os portugueses passaram a se instalar na região e a conviver com os povos autóctones, alterando inclusive a sua estrutura societária.

Os portugueses buscavam reproduzir o modelo hierárquico da metrópole, de forma que, “colonialmente, a sociedade estava estruturada em três classes sociais: os indígenas, os assimilados e os brancos.” (AUGUSTO, 2016, p. 34). Com isso, os portugueses colocavam-se no ápice da pirâmide social e econômica, enquanto na base desta estava a maioria da população indígena, pertencente a diferentes tribos.

O controle desse sistema social era garantido pela repressão, de tal forma que a “comunidade indígena era suscetível a todo tipo de arbitrariedades coloniais: como ser preso, enviado como escravo para o Brasil ou para outros pontos da América Latina ou ser submetido ao trabalho forçado, segundo as necessidades das autoridades coloniais.” (AUGUSTO, 2016, p. 34).

Essa conduta colonialista perpassava a questão linguística. “O português tornou-se um motivo de discriminação social, atribuindo um estatuto de superioridade social a quem o falasse correntemente em demérito de quem falava apenas o kimbundu.” (AUGUSTO, 2016, p. 31). A par disso, na Angola colonial, “o uso corrente da língua

portuguesa estava restrito aos centros urbanos em construção [...] e as camadas mais pobres das cercanias das cidades, os negros, falavam um português popular, [...] que, por ironia, os brancos portugueses chamavam de ‘pretuguês’.” (AUGUSTO, 2016, p. 34/35). Garantia-se assim a supremacia dos colonizadores também pela língua que, se falada pelos negros assimilados, era considerada, sob o enfoque do preconceito racial, apenas um dialeto que era discriminado pelos brancos.

Mas no Libolo a situação foi diferente, tanto em termos sociais, quanto linguísticos. Entre os fatores que contribuíram para a consolidação de sua língua característica, está o fato de que “a região a sul do Kwanza, na qual se inclui o Libolo, foi uma área de resistência autóctone logo após as primeiras tentativas de ocupação do interior por parte dos portugueses.” (FIGUEIREDO, 2013, p. 116).

De fato, “as primeiras descrições de conflitos no Libolo surgiram em 1644 e 1645, quando foram enviados combatentes à região para lutarem contra os nativos que se rebelaram contra a coroa portuguesa.” (OLIVEIRA, ZANOLI e ANDRADE, 2016, p. 7). Essa reação das tribos ali residentes fez com que por algum tempo estas não sofressem novas agressões. “Deste modo, os portugueses só tentam nova ocupação da região da baía do rio Longa em 1771, já depois de, no século XVII, o regime colonial ter iniciado a política que visava a aculturação da população autóctone.” (FIGUEIREDO, 2013, p. 117/118). Contudo, quando dessa nova investida, os portugueses foram mais uma vez expulsos do Libolo, o mesmo tendo ocorrido em outros momentos subsequentes. “Chama-se a atenção para o fato de que, somente no século XIX, foi traçado novo plano de tentativa de colonização do interior de Angola pelos portugueses, o qual novamente não obteve êxito, e acabou por desanimar os comerciantes que pretendiam se fixar no local.” (OLIVEIRA, ZANOLI e ANDRADE, 2016, p. 7).

Em que pese toda essa resistência, em decorrência de suas políticas mercantilistas envolvendo a África, “foi em Angola e em Moçambique que os portugueses viriam a se instalar de forma duradoura, perdendo essas colônias por volta de 1974.” (CASTILHO, 2014, p. 173). Em vista disso, para evitar dissabores, os portugueses implantaram na região de Libolo um maior controle coercitivo, até o final do período colonialista.

O professor Carlos Figueiredo, da Universidade de Macau, mostra a que ponto chegava esse tratamento dado ao Libolo:

Os acontecimentos de 1961 e 1962, que marcam o início das guerras de libertação nas ex-colônias portuguesas de África, não se fizeram sentir no Município, onde permanecia um forte destacamento militar para controlar a zona, em virtude do seu longo historial de oposição à administração portuguesa. (FIGUEIREDO, 2013, p. 120).

Angola passou assim, desde meados do século passado, por um período político conturbado que desembocou num longo conflito armado, que envolveu toda a população:

Os três movimentos de libertação, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) – os três de maioria étnica distinta – iniciaram um conflito armado em 1977, visando ao controle de Angola e originando uma longa guerra, que se prolongou por quase trinta anos. O país foi arruinado. (OLIVEIRA, ZANOLI e ANDRADE, 2016, p. 7/8).

A origem desse conflito já fora particularmente dramática:

Em 27 de maio de 1977, o MPLA - Movimento Popular para a Libertação de Angola, que controla atualmente o poder no país, desencadeou um golpe de Estado que ficou conhecido como o Fraccionismo, originando um banho de sangue que se prolongou por dois anos. (FIGUEIREDO, 2013, p. 121).

Ocorre que se haviam mantido as antigas rivalidades entre os povos da região, em decorrência de que “antes da independência de Angola, os três grupos nacionalistas que tinham combatido o colonialismo já vinham lutando também entre si, por motivos que se reconhecem, hoje, ‘tribais’.” (OLIVEIRA, ZANOLI e ANDRADE, 2016, p. 7).

Com a resolução dessa crise bélica, constituiu-se a República de Angola, que definiu o português como sua língua oficial, embora esta não seja a mais falada no país. “Continuam majoritárias as línguas locais, sejam os crioulos, sejam [...] as línguas da família quimbundo, faladas por milhões de indivíduos.” (CASTILHO, 2014, p. 173). Contudo, atualmente distinguem-se em Angola duas variedades de português, o português angolano, considerado padrão, e o português de Libolo, tido como vernacular.

O português de Libolo é falado em uma região bem específica. “O município do Libolo é composto por quatro comunas administrativas (Calulo, Munenga, Cabuta e Quissongo) que pertencem à Província do Kwanza-Sul.” (OLIVEIRA, ZANOLI e ANDRADE, 2016, p. 7). Considera-se “essa área de fala do português em Angola como um caso de mudança consumada, que permite que se reclame o estatuto nacional de variedade para o português angolano.” (OLIVEIRA, ZANOLI e ANDRADE, 2016, p. 8). Em vista disso, o português de Libolo tem sido o objeto de estudo do "Projeto Libolo", coordenado pelo Prof. Carlos Figueiredo (2013, 2016), da área de linguística da Universidade de Macau, e baseado nos dados de fala coletados durante os trabalhos

de campo realizados no Município do Libolo, desde 2011 (PROJETO LIBOLO, Acervo).

O site do Projeto Libolo informa, no que tange às características linguísticas, que “No Libolo, excetuando casos esporádicos de idosos das comunas mais isoladas, a quase totalidade dos seus habitantes fala também o português do Libolo, que é adquirido quer como L1 quer como L2, sendo de 30% a taxa de literacia dos seus falantes.” (FIGUEIREDO, 2016a, p. 160/161).

Já o português angolano apresenta diferente status. “Hoje, as línguas europeias se enraizaram em África e adquiriam novas identidades de tal forma a que possamos afirmar que o português angolano, por exemplo, é uma língua angolana de origem europeia.” (TIMBANE, 2018, p. 107/108).

Esse português de Angola pode ter seguido, à semelhança do português do Brasil, o português de 1500, por deriva. É o que podem estar nos demonstrando algumas de suas características linguísticas: “No terceiro período da fase do português médio (início do século XV (1420) e 1560), é notória a colocação proclítica do pronome complemento.” (FIGUEIREDO, 2013, p. 144). Esse fenômeno, que se manifesta nas variedades angolana e do PB, pode ser indicativo de que ambas mantiveram, desde os primórdios da língua portuguesa em seu país, esse mesmo parâmetro.

3.2.2. Português de Moçambique

Moçambique se situa numa região distante dos demais países africanos de língua portuguesa, que estão na costa oeste, banhados pelo oceano Atlântico. Karen Pissurno (2018) indica sua posição geográfica, bem como suas características linguísticas:

Em termos geográficos, é importante destacar que Moçambique é um país localizado no Sudeste africano, [...] dividido em 11 províncias: Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo e a cidade de Maputo, capital do país [...]. Em cada uma dessas províncias fala-se a língua oficial do país, o Português, e ao menos, uma língua Banto específica daquela região. (PISSURNO, 2018, p. 75).

A ocupação do território moçambicano pelos portugueses foi mais tardia do que nas demais colônias:

Embora a presença portuguesa em Moçambique remonte a 1498, aquando da passagem de Vasco da Gama pelo território, a caminho das Índias; só depois da Conferência de Berlim, realizada em 1884/5, é que Portugal se lançou na ocupação efetiva de Moçambique e dos demais territórios que reivindicava na África. (MINDOSO, 2017, p. 17).

Nessa conferência, definiu-se a obrigatoriedade de que os países que reivindicavam direitos históricos sobre determinados territórios africanos devessem ocupá-los de fato, estabelecendo um Estado que fizesse a gestão dos territórios de forma efetiva (MINDOSO, 2017, p. 17, nota de rodapé). Mas, “só em 1930 é que, de fato, Portugal passou a ter o controle efetivo de Moçambique.” (MINDOSO, 2017, p. 17). Vemos, então, que uma vez que Portugal não estava efetivamente presente em Moçambique, outros países foram ocupando seu espaço econômico por intermédio de empresas, conseqüentemente, “antes de 1930, o Estado colonial português detinha domínio limitado do território moçambicano, dada a presença de domínios controlados por reinos ou impérios locais, assim como por dividir sua soberania com grandes empresas de capital estrangeiro.” (MINDOSO, 2017, p. 18).

Ocorre que, de fato, a colonização de Moçambique foi totalmente diferente daquela definida para os demais países africanos, pois, desde o século XV, sua estrutura sociopolítica era distinta do que se encontrara no restante da África.

Quando a frota de Vasco da Gama lá aporta, “a chegada dos portugueses logo desperta a suspeita do xeique local. É então que o ‘bom mouro’ Davane se sobressai, pois, dominando a língua local, consegue desbaratar seus funestos desígnios.” (PELT, 2003, p. 49/50). De forma que Moçambique era território árabe, com um governo constituído, e a tripulação de Vasco da Gama só não se colocou em perigo porque entre eles estava Davane, que com sua experiência soube negociar com as autoridades, por ser “um habitante de Cambaia, na Índia, corretor de especiarias [...] que, exímio conhecedor do Oceano Índico, presta vários serviços a Vasco da Gama.” (PELT, 2003, p. 49).

Em consequência da adoção, pelos portugueses, de procedimentos diferentes daqueles usuais para as demais colônias portuguesas, em Moçambique apenas “cerca de 400 anos mais tarde, em 1930, foi estabelecida uma política que tinha por objetivo educar e assimilar culturalmente os africanos, através da introdução do Português como língua de instrução escolar.” (PISSURNO, 2018, p. 76).

Essa circunstância parece ter contribuído para a maior preservação das línguas locais, decorrendo daí que “podem-se reconhecer em Moçambique diversas línguas africanas, todas pertencentes a família das línguas bantu, conhecidas como línguas maternas pela maioria dos cidadãos. O português é conhecido como língua materna por uma minoria.” (FIRMINO, 2012, p. 48).

Mindoso (2017) comenta que a política excludente que norteava o modelo de colonização portuguesa também propiciou a manutenção da diversidade linguística local:

sobre esse mosaico étnico das populações indígenas, que era igualmente caracterizado pela sua diversidade na identidade linguística, que o Estado colonial se fundou em Moçambique, tendo unificado artificialmente essas populações por mecanismos jurídicos, classificando-as de “não civilizados”. (MINDOSO, 2017, p. 19).

Vemos então que, também em Moçambique, Portugal se serviu de artifícios de controle para criar uma hierarquia social e linguística que desvalorizasse o patrimônio local. Apesar disso, conforme já observamos, “mesmo que a população reconheça o valor altamente prestigioso do Português no país, as línguas autóctones, invariavelmente presentes na realidade de todos (em maior ou menor grau), nunca chegaram a ser totalmente eliminadas.” (PISSURNO, 2018, p. 78/79).

Creemos que, tendo havido a ocupação efetiva desse país há menos de cem anos, talvez não tenha existido lapso temporal suficiente para a substituição das línguas maternas locais pela dos colonizadores, por mais que esta possa ser considerada vantajosa para a população. Ainda assim, nas áreas urbanas, “para além do uso das línguas autóctones, a população tem contato intenso com o Português no seu dia-a-dia e nos ambientes que frequenta e, conseqüentemente, as crianças já chegam à escola com conhecimento prévio.” (PISSURNO, 2018, p. 77). Nesse sentido, pode-se considerar que essas crianças vêm adquirindo o português na infância, de forma que mesmo que não seja considerada sua língua materna, elas acessam em seu processo de desenvolvimento da competência linguística, na fase de ativação da GU, o dispositivo da linguagem que define os parâmetros do português produzido em Moçambique.

A par disso, devemos considerar que em Moçambique, ao igual que em Angola, em que pese a grande diferença entre os momentos históricos de ocupação colonialista e demais características estruturais, também se implantou a política de diferenciação entre indígenas e assimilados, que perpassa pela questão linguística. Na ânsia de serem reconhecidas como assimiladas, “muitas famílias proibiam suas crianças de usarem as línguas locais dentro de casa, forçando-as a utilizar apenas o Português.” (PISSURNO, 2018, p. 84). Por saber que essas línguas eram consideradas ‘não civilizadas’, seu esforço era fazer com que o conhecimento da língua do colonizador pudesse transformar os membros de suas famílias em cidadãos. E de fato o projeto lusitano durante o Estado Novo, à época de Salazar, “se propunha a colonizar a sociedade moçambicana, pelo

menos teoricamente, com políticas assimilacionistas; tornando o indígena em lusitano.” (MINDOSO, 2017, p. 22). Um dos instrumentos dessa política era a escola:

A história da educação em Moçambique mostra que o Português desempenhou sempre um papel significativo na instrução para a concretização do sonho português de “aportuguesamento” dos nativos. [...] O principal objectivo desta educação era preparar os nativos para o trabalho árduo, como agricultores e artesãos e era da inteira responsabilidade da igreja católica. (MAPASSE, 2005, p. 1).

O objetivo dessa política era, portanto, tornar o moçambicano um trabalhador católico apto a se comunicar em português e a servir à gestão de modelo português. No entanto, Mapasse (2005) cita a grande frequência de “apropriação do Português como L2, por falantes de línguas bantu”, para relatar as “dificuldades próprias do contexto em que é aprendido”, e observa que “as propriedades da gramática não são um projecto comum consciente da construção desta variedade nacional, mas da aquisição do português num contexto não nativo.” (MAPASSE, 2005, p. 2). Expõe, com isso, não somente que em Moçambique o português não é identificado como língua materna, pelo menos para a maioria da população, como também que não é ensinado como uma variedade local.

No início dos anos sessenta do século passado, por pressão da Organização das Nações Unidas, bem como dos próprios moçambicanos, começou a ser considerado o “discurso segundo o qual Moçambique era um espaço multirracial, que o que garantia a paz no território era exatamente o fato de as diferentes raças estabelecerem contatos sociais tanto no local de trabalho, na escola e noutros espaços.” (MINDOSO, 2017, p. 23). Essa visão não estava dissociada do modelo colonialista, mas impregnada de uma consciência nacionalista que certamente se refletiu na língua. Cremos que possa ter sido inclusive no âmbito desse discurso que se erigiu a língua portuguesa como representante desse espaço.

3.2.3. Português de Cabo Verde e Crioulo Caboverdiano

Ao navegar rumo ao sul, margeando a África, prontamente os portugueses encontraram no meio do Oceano Atlântico um grupamento de pequenas ilhas:

Cabo Verde era um arquipélago deserto (ocupado em 1462), constituído por dez ilhas, das quais apenas nove foram povoadas, embora em épocas diferentes. Ao sul, em Sotavento, há as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava. Mais a norte, são as ilhas de Barlavento: Boa Vista, Sal, S. Nicolau, Santa Luzia (deserta), S. Vicente e Santo Antão. (RIBEIRO, 2011, p. 170).

Por sua posição, esse arquipélago de início pode ter-se constituído apenas em ponto de referência na passagem das embarcações portuguesas, ou de rápidas paradas

para abastecimento, tanto é que suas ilhas foram identificadas por termos náuticos que significam, no caso de sotavento, a borda do barco oposta àquela de onde o vento sopra, e no caso de barlavento, direção para onde sopra o vento ou o lado inverso ao sotavento. “De acordo com a história, São Nicolau foi descoberta em dezembro de 1461 por Diogo Afonso, sendo, porém, povoada somente em 1510 por escravos vindos da ilha da Madeira.” (OLIVEIRA, ZANOLI e ANDRADE, 2016, p. 5). Mas com o tempo, também se instalaram nessas ilhas imigrantes portugueses. “O arquipélago de Cabo Verde é um país africano, cuja população e língua nativa resultam da expansão marítima portuguesa, fenômeno que levou à mestiçagem entre europeus e africanos das mais diversas variedades.” (OLIVEIRA, ZANOLI e ANDRADE, 2016, p. 5).

No entanto, em termos linguísticos, o português não se firmou. “As ilhas de Cabo Verde conhecem apenas o crioulo” (TEYSSIER, 2014, p. 119/120). Logo, o português de Cabo Verde é uma variedade adquirida em contexto de L2 (LOPES e CAMPOS, 2015, p. 321). No entanto, Lopes e Campos seguem explicando:

O ambiente sociocomunicativo de Cabo Verde é composto em sua essência de duas línguas que vivem em situação de contato praticamente desde os primórdios do surgimento de sua população autóctone: (i) a língua portuguesa (denominada de “o Português Falado em Cabo Verde” — PCV), a única oficial do país, a língua do ensino, da comunicação escrita, da administração e de comunicação com o exterior; e (ii) a língua cabo-verdiana, ou seja, o crioulo de Cabo Verde (CCV), que é a língua materna de todo cabo-verdiano, não oficial, excluída do ensino formal. (LOPES e CAMPOS, 2015, p. 322).

Ocorreu também que, da mesma forma que em outros países africanos, de início os portugueses que colonizaram essas ilhas não estavam interessados na consolidação de sua própria língua nesse local, pois mesmo que tivessem providenciado seu povoamento, foi provavelmente apenas por terem considerado sua posição estratégica para auxiliar na gestão da navegação entre Portugal, África, América e Ásia.

Essa postura ocasionou nesse arquipélago o que foi mencionado por Castilho (2014) como o fato de o crioulo poder “permanecer como língua de comunicação ampla (= língua franca), mas sem prestígio suficiente para se estabelecer como língua nacional plena, com uma forma escrita (o crioulo caboverdiano, por exemplo).” (CASTILHO, 2014, p. 670). Dessa forma, nessas ilhas o crioulo é a língua vernácula de todo caboverdiano, mas também “a língua da informalidade e excluída da produção científica do país.” (LOPES e CAMPOS, 2015, p. 327). Observamos que, contudo, não se trata de um fenômeno isolado, mas, ao contrário, algo bastante comum no caso das línguas crioulas em geral.

No entanto, o crioulo caboverdiano apresenta certas peculiaridades. Língua materna de todo caboverdiano, “os fatos apontam que este, que é considerado um dos crioulos mais estáveis do mundo, tenha surgido no primeiro século, após o início do povoamento de Cabo Verde.” (LOPES e CAMPOS, 2015, p. 323). Assim, é uma língua com quase quinhentos anos que manteve uma estrutura bastante estável.

Por outro lado, em que pese sua marginalização, “desde a segunda metade do século XIX há testemunhos escritos em caboverdiano.” (CARDOSO, 2015, p. 671). Entendemos que essa referência de Cardoso seja de fato ao crioulo caboverdiano, posto que naquela época o português utilizado no arquipélago devia ser ainda o do continente europeu. Assim, é um crioulo que conta com registros formais.

Entretanto, Castilho (2014) considera que, apesar de sua relativa estabilidade, as mudanças verificadas no crioulo caboverdiano o tem aproximado do português. “Finalmente, é preciso saber que um crioulo pode “descrioulizar-se”, identificando-se progressivamente com a língua europeia que lhe deu origem. Isso parece estar acontecendo em Cabo Verde.” (CASTILHO, 2014, p. 187). Resta então a dúvida sobre o grau de estabilidade do crioulo caboverdiano, dadas as posições aparentemente divergentes entre Castilho e Lopes e Campos.

É interessante acrescentarmos que desde o início da colonização, houve aproximação entre Cabo Verde e Guiné-Bissau, pois “os primeiros habitantes foram portugueses, provavelmente do Norte de Portugal, que foram aliciados com incentivos comerciais da parte da coroa para negociações com ‘os vizinhos das ilhas’, isto é, a chamada costa da Guiné.” (LOPES e CAMPOS, 2015, p. 322/323). Assim, para garantir a posse das terras, Portugal enviava tanto às ilhas, quanto ao continente africano, emigrantes que servissem de intermediários para a realização do comércio marítimo. E dada a proximidade das ilhas caboverdianas à costa de Guiné-Bissau, existia o contato entre as populações lusitanas de ambas as regiões. “As relações históricas entre Guiné-Bissau e Cabo Verde sempre foram tão intensas que as respectivas lideranças revolucionárias tentaram fazer de ambos um único estado.” (COUTO, 1989, p. 110). Compartilharam, inclusive, o “herói da libertação nacional de Guiné-Bissau e Cabo Verde, Amílcar Cabral.” (LOPES e CAMPOS, 2015, p. 323).

3.2.4. Português em Guiné-Bissau e Crioulo Guineense

Assim como em grande parte do continente africano, a primeira ocupação do território de Guiné-Bissau deu-se há milhares de anos. De fato, Cá e Rubio relatam:

na Guiné-Bissau, os primeiros vestígios da presença humana datam de 200 mil anos a.C., todavia os registros mais evidentes iniciam-se no terceiro milênio a.C., marcado pela chegada do povo do deserto do Sahara, ascendentes dos atuais grupos étnicos de litorais e ilhas da Guiné-Bissau. (CÁ e RUBIO, 2019, p. 391).

A história linguística dos povos africanos é, portanto, de grande antiguidade e complexidade, mesmo antes do período das grandes navegações. Com estas, inicia a história africana sob a ótica eurocêntrica, que tem como foco a colonização.

Em Guiné-Bissau, o contato de seus povos com os portugueses aconteceu de forma menos intensa até o século XVIII, o que se refletiu em sua identidade linguística. “Por conta da ocupação precária na Guiné, o português não criou raízes no solo guineense.” (ASSIS, 2011, p. 145). Assis quis dizer com isso que a ocupação desse território tardou em se fazer efetiva, além de não ter sido considerada prioritária, de modo que a interação entre o português e as línguas locais acabou sendo um fenômeno mais recente e menos intenso do que no caso de colônias portuguesas como Angola. “Em 1753 é estabelecida pelos portugueses a Capitania de Bissau. Em 1879, procede-se à separação administrativa de Cabo Verde e constitui-se mais uma colônia de Portugal, a Guiné Portuguesa, que teve como primeira capital Bolama.” (CÁ e RUBIO, 2019, p. 391). Vemos então que a interação entre Cabo Verde e Guiné-Bissau decorria também da gestão comum de seus territórios, por parte dos portugueses.

Já registramos que essa ocupação tardia das colônias não era incomum, conforme também considera Seibert (2015):

Com a exceção de poucos enclaves ao longo da costa africana, onde houve alguma presença europeia desde o século XVI, no continente africano a ocupação efetiva do território e a própria colonização pelas potências europeias começaram apenas depois da Conferência de Berlim (1884–1885). (SEIBERT, 2015, p. 99).

Devido a esse processo, a influência do português na região foi insuficiente para gerar a adoção dessa língua, resultando, no entanto, na gênese de uma língua crioula. Teyssier explicou, ao abordar o guineense, visto como um crioulo africano de origem portuguesa: “A Guiné-Bissau possui o seu próprio crioulo (falado também na província senegalesa de Casamança), bem como numerosas línguas africanas.” (TEYSSIER, 2014, p. 120). Teyssier, então, há quarenta anos, registrou que se falava em Guiné-Bissau e em parte do Senegal a mesma língua.

Ndiaye (2010) esclarece em sua tese de doutorado, defendida na Universidade do Minho, que em 1444 os portugueses inicialmente “instalaram-se em Gorea, denominada “ilha da Palma”, ao largo de Dakar, que durante três séculos constituirá um entreposto mundial para o comércio de escravos e uma escala obrigatória para os navios

européus com destino à América e à Ásia.” (NDIAYE, 2010, p. 33). Contudo, foram expulsos em 1600. Ilha senegalesa, “Gorea foi sucessivamente dominada por Portugueses, Holandeses, Franceses e Ingleses que a cederam à França em 1817. A presença francesa manteve-se não só na ilha, mas alargou-se a quase todo o território” do Senegal (NDIAYE, 2010, p. 33). Assim, o caso específico de Casamansa (como costuma ser grafado atualmente), insere-se nesse contexto.

Ocorre que, geograficamente, Guiné-Bissau fica ao sul do Senegal e ao norte da Guiné Equatorial. Foi por essa vizinhança fronteiriça que Teyssier (2014) relacionou a língua crioula guineense à de Casamansa.

A interação entre Guiné-Bissau e Senegal gerou outras ações de caráter linguístico: “Em 1960, o Senegal conquistou sua independência e se tornou um país soberano, com o Francês como língua oficial perante uma diversidade linguística local” (NDIAYE, 2010, p. 33). Mas surpreendentemente, “o primeiro Presidente do Senegal, Leopold Sedar Senghor, introduziu o Português no sistema educativo mediante um decreto-lei que possibilitava o ensino da língua de Camões nas escolas.” (NDIAYE, 2010, p. 33). Houve assim, por um breve período, uma revivificação da língua portuguesa no Senegal, com o caráter de língua adicional. Por outro lado, remanescem vocábulos de origem portuguesa no wolof, língua dos senegaleses:

“Tugël” para dizer “Europa”, (palavra formada por redução de Portugal que, por metonímia, passa a designar o continente europeu); “coppu” para “copo”, “paca” que significa “faca” e “sóblé” para “cebola”; “passarpaw” isto é “passar pau” (forma de tortura inspirada no estilo do papagaio pendurado num pau). Também um número significativo de nomes de localidades ou de pontos geográficos do Senegal denuncia a sua origem portuguesa. É o exemplo de “Pointe des Almadies” (de almadia, tipo de pequena embarcação), a poucos quilómetros de Dacar; “Kabrousse” ou “Cap Roxo” (de Cabo Roxo) em Casamansa, “Ziguinchor” ou “cheguei choram”; “Palmarin” (de palmeirinha), na zona costeira, a sul de Dakar. (NDIAYE, 2010, p. 34).

Dessa forma, não existe mais um crioulo de base portuguesa no Senegal, permanecendo apenas sua lembrança no léxico do wolof, que é a língua materna da etnia majoritária (NDIAYE, 2010, p. 39). “Por outro lado, a presença significativa de comunidades cabo-verdiana e guineense, que se têm miscigenado com a população autóctone, faz perdurar no Senegal alguns dos traços da Cultura Portuguesa, nomeadamente nos nomes.” (NDIAYE, 2010, p. 34).

Vemos então que a história de Guiné-Bissau tem corrido, a partir do período colonial, em paralelo à do Senegal, tanto quanto à de Cabo Verde, que também deve ter interagido com esse segundo país, visto que geograficamente o arquipélago

caboverdiano se situa frente a ele, assim como à Mauritânia, ou seja, um pouco acima da costa guineense.

Guiné-Bissau obteve sua independência poucos anos depois do Senegal. “A 24 de setembro de 1973, o PAIGC” (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) “declara em Boé a independência unilateral da Guiné-Bissau, tornando-se a primeira das ex-colônias portuguesas em África a declarar-se independente.” (CÁ e RUBIO, 2019, p. 392).

Em Guiné-Bissau, na atualidade o guineense ou crioulo de Guiné-Bissau é aparentemente a língua materna mais falada. “As línguas nativas e o guineense hoje persistem e são faladas no cotidiano da população de Guiné-Bissau. Os líderes dos partidos de libertação nacional dos países africanos acolheram a língua portuguesa, fazendo dela uma língua de instituição e ‘instrução’.” (CÁ e RUBIO, 2019, p. 392). Contudo, o português não é considerado a língua nacional: “Uma outra questão relevante se colocava, no entanto, com relação à não elevação do português a principal língua, pois não havia como determinar, entre as inúmeras línguas locais, uma língua oficial, principalmente em Guiné-Bissau, onde as línguas locais estavam e estão vinculadas às diferentes etnias.” (CÁ e RUBIO, 2019, p. 392). Ainda assim, socialmente a língua portuguesa gera repercussões de caráter colonialista. “Apesar da Constituição da República da Guiné-Bissau não fazer referência ao português como língua oficial do país está claro que ela é a língua do poder, aquela que discrimina os guineenses em ‘alfabetizados’ e ‘analfabetos’, ‘cultos’ e ‘incultos’.” (TIMBANE, 2018, p. 109).

Ou seja, os nativos se identificam com a língua crioula, mas o português é utilizado com língua de comunicação oficial, interna e externamente. Vemos com isso que a política linguística adotada para os guineenses e os caboverdianos é semelhante, talvez em decorrência da proximidade histórica entre ambos países, embora suas línguas apresentem diferenças entre si.

Couto observara, nos idos de 1989, que nas ruas os guineenses costumavam responder, a quem lhes perguntasse sobre suas línguas: “Na Guiné-Bissau, temos o crioulo, que é a língua nacional, o português, que é a língua oficial, e as línguas nativas, que são faladas pelas diversas etnias.” (COUTO, 1989, p. 107). A partir dessa constatação, “podemos inferir que, para a maioria da população, o guineense ou uma das línguas étnicas seria a LM, cabendo ao português o rótulo de L2.” (CÁ e RUBIO, 2019, p. 397). Não haveria que se falar, portanto, em português como língua materna

em Guiné-Bissau, cabendo esse papel ao crioulo de base portuguesa. “Para a maioria dos guineenses, o português é aprendido depois de terem aprendido a sua língua étnica e o guineense.” (CÁ e RUBIO, 2019, p. 398).

Quanto à estrutura desse crioulo guineense, “Os dados mostram que o crioulo da Guiné-Bissau possui uma base de línguas bantu tendo emprestado algum léxico do português.” (TIMBANE, 2018, p. 107). Couto (1989) apostou que sua mudança seria no sentido de uma aproximação do português, pois afirmou “que num futuro não muito distante o crioulo tradicional desaparecerá, cedendo o lugar ao crioulo aportuguesado.” (COUTO, 1989, p. 119). Assim, ele parece ter levantado indiretamente a mesma hipótese proposta por Castilho (2014) para o caso do crioulo caboverdiano, de uma descrioulização da língua crioula nacional.

Quanto às características dessa língua, Timbane (2018) menciona o livro “Falares crioulos: línguas em contato” de Fernando Tarallo e Tania Alkmin, que mostram que o “crioulo da Guiné-Bissau utiliza partículas especiais para expressar a ênfase de adjetivos e verbos”. Esses autores citam os seguintes exemplos: fan’da (branco) vs branku fan’da (muito branco); pus (limpo) vs limpu-pus (muito limpo); kã (seco) vs seku-kã (muito seco).” (TIMBANE, 2018, p. 117/118). Identificamos nesses casos um padrão estrutural baseado em itens lexicais oriundos das duas línguas de contato. “A presença de prefixos nominais no crioulo evidencia a presença de base de línguas africanas no crioulo.” (TIMBANE, 2018, p. 117/118).

Ao comparar o guineense com outras línguas da mesma região, Timbane sustenta que “Tanto no crioulo guineense como em balanta, wolof e changana, os pronomes pessoais sempre vêm acompanhados dos prefixos, pois sem esses prefixos a conjugação não tem sentido completo.” (TIMBANE, 2018, p. 119). Também, “No crioulo guineense a marcação dos tempos verbais aparece separada dos verbos.” (TIMBANE, 2018, p. 119). A par disso, não há determinantes. “No guineense os artigos definidos são ocultos/inexistentes na sentença.” (TIMBANE, 2018, p. 119). Percebemos com isso que o guineense, considerado o crioulo africano de origem portuguesa falado em Guiné-Bissau, embora tenha incorporação do português em seu léxico, apresenta estrutura sintática alheia à da língua portuguesa, com distinta forma de produção de seus clíticos.

3.2.5. Português de São Tomé e Príncipe

Vimos que a expansão ultramarina foi mudando todo o cenário africano. Castilho (2014) relembra:

Bartolomeu Dias dobra o Cabo da Boa Esperança (1487/88) e os portugueses instalam feitorias na costa do continente. Também as ilhas ao largo da costa africana, tais como as Canárias, [...] Cabo Verde, São Tomé e Príncipe são tocadas pelos barcos portugueses (CASTILHO, 2014, p. 173).

A ocupação do arquipélago de São Tomé e Príncipe foi semelhante à de Cabo Verde. “Como resultado da sua colonização por colonos europeus e escravos africanos e a consequente mestiçagem biológica e cultural entre os dois grupos, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe emergiram as primeiras sociedades crioulas no mundo atlântico” (SEIBERT, 2015, p. 99). Ressaltamos que, embora Seibert conceba o surgimento da sociedade crioula a partir da mestiçagem, no que tange especificamente à formação da língua crioula, a hipótese mais aceita é que esta decorra do contato superficial e hierárquico entre diferentes grupos que falam línguas distintas entre si.

Contudo, foi de fato nessas ilhas que as primeiras línguas crioulas surgiram, da necessidade de portugueses e escravos africanos de diferentes etnias se comunicarem entre si. Com o tempo, a língua resultante dessa interação imposta se tornou língua materna dos ilhéus. “Desenvolveram-se nessas ilhas crioulos de base portuguesa, sobretudo em Cabo Verde, e em São Tomé e Príncipe” (CASTILHO, 2014, p. 173).

Hugo Cardoso (2015), professor da Universidade de Lisboa, descreve as características dessas línguas:

Os crioulos do Golfo da Guiné (CGG) constituem uma unidade genética composta por quatro línguas cuja inteligibilidade mútua é limitada. Três dos quatro CGG são falados em São Tomé e Príncipe, nomeadamente o santome e o angolar, na ilha de S. Tomé, e o principense na ilha do Príncipe. (CARDOSO, 2015, p. 668).

Vemos então que em São Tomé e Príncipe constituiu-se mais de um crioulo de base portuguesa, o que pode ser indicativo de que as diferentes etnias ali presentes não se miscigenavam com frequência.

Essas línguas citadas por Cardoso (2015) podem ter outras denominações. São crioulos, de base portuguesa, “as três línguas nacionais de São Tomé e Príncipe, o angolar, o (lung’ie) e o santome” (ARAÚJO e HAGEMEIJER, 2013, p. 12). Por outro lado, de acordo com Assis (2011), “A maioria da população fala as línguas locais forro e moncó, além de línguas de Angola. O português existe em situação de bilinguismo (sem falantes exclusivos), como língua oficial e de instrução” (ASSIS, 2011, p. 146). Contradizendo essa última informação, Vieira e Vieira (2018) explicam que a variedade

do português africana são-tomense “constitui a língua materna da maioria da população, mesmo que os censos nacionais não explicitem esta informação” (VIEIRA e VIEIRA, 2018, p. 285/286). Contudo, ao congregar essas interpretações divergentes do mesmo fenômeno linguístico, podemos questionar se não haveria nessas ilhas um caso de bilinguismo de línguas maternas adquiridas todas durante a primeira infância, antes do período escolar.

Araujo e Hagemeyer (2013) interpretam que há vários sinônimos para a denominação de uma mesma língua de São Tomé e Príncipe:

O santome, também conhecido como forro, fôló, lungwa santome, dialeto ou são-tomense, é uma língua crioula de base lexical portuguesa que surgiu no século XVI, na ilha de São Tomé, fruto do contacto entre o português e diversas línguas do continente africano. Depois do português, língua oficial, o santome é a segunda língua mais falada na República de São Tomé e Príncipe, mas não goza, atualmente, de estatuto oficial, embora tenha sido declarada uma das línguas nacionais, ao lado do angolano (ngola) e do principense (lung'ie). (ARAÚJO e HAGEMEIJER, 2013, p. 11).

Haveria então, de acordo com Araujo e Hagemeyer (2013), duas línguas preponderantes no arquipélago, sendo uma delas o português de São Tomé e Príncipe, e a outra o santome, existindo a hipótese de que sejam ambas línguas maternas em situação de bilinguismo, sendo que o santome tem várias outras denominações, o que, também hipoteticamente, poderia levar alguns estudiosos a acreditarem que se trata de mais de uma língua.

Como nos demais países africanos, “os colonos brancos detinham o poder político e econômico, mas sempre constituíram uma pequena minoria da população” (SEIBERT, 2015, p. 99). Com isso, embora poucos santomenses falassem sua língua, nesse caso, o português, este se constituía no instrumento de representação da elite local e seu uso se revestia de caráter ideológico e decisório. Assim, da mesma forma que ocorreu em outros países africanos colonizados pelos portugueses, a aprendizagem e uso da língua portuguesa pelos santomenses representava sua inserção na sociedade.

Ainda assim, a língua santome é um crioulo que desde a época do colonialismo selvagem conta com registros escritos, dos quais os primeiros são um conjunto de poemas de autoria de “Francisco Stockler (1834–1881), considerado o primeiro autor a escrever em santome” (CARDOSO, 2015, p. 674). Ou seja, mesmo sendo a língua portuguesa aquela utilizada oficialmente, a língua santome também conta com registros formais - da mesma forma que ocorreu com o crioulo caboverdiano -, tendo sido, ademais, reconhecido literariamente.

Araujo e Hagemeyer (2013) utilizam como referência da existência da língua escrita em santome as produções autorais:

A língua escrita só apareceria pela primeira vez na segunda metade do século XIX, quando autores como Francisco Stockler e António Lobo de Almada Negreiros, bem como os pioneiros dos estudos crioulos, Hugo Schuchardt e Adolpho Coelho, nos dão a conhecer os primeiros fragmentos nesta língua. (ARAUJO e HAGEMEIJER, 2013, p. 11).

No entanto, a não valorização suficiente da língua em nível nacional, que é um problema comumente enfrentado por todas as línguas crioulas, restringiu a produção literária e acadêmica, pois seus falantes preferiam escrever numa segunda língua que detivesse maior prestígio. Araujo e Hagemeyer (2013) relatam esse problema:

A verdadeira democratização do santome acontece já no período pós-independência (1975), quer a nível das produções escritas em santome, quer a nível dos estudos acadêmicos sobre a língua. Ainda assim, é de realçar a quase ausência de publicações integralmente escritas em santome. (ARAUJO e HAGEMEIJER, 2013, p. 11).

Consideramos na nossa análise sobre clíticos algumas informações obtidas sobre o português de São Tomé e Príncipe, falado como língua materna.

3.2.6. Português na Guiné Equatorial

Mencionamos em nossa pesquisa a Guiné-Equatorial apenas pelo fato de ser um Estado-membro da CPLP e de ter o português como uma de suas línguas oficiais, com o compromisso de “implementação do ensino da língua portuguesa” (SÁ, 2015, p. 156). Essa decisão da CPLP causou estranheza em alguns de seus outros membros, visto que o “português é língua de cultura e foi língua de colonização nos demais países da CPLP e não na Guiné Equatorial” (SÁ, 2015, p. 156). Portanto, não existiria razão alguma para a inclusão desse país num organismo internacional especificamente denominado Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A crítica que se impõe à CPLP é, então, que:

Um desafio que se coloca à instituição, neste momento, é que deixou de ser uma comunidade de língua portuguesa por ter incorporado um país que tem o castelhano como língua veicular e que não mostrou sinais de investimento no ensino das duas outras línguas que tem como oficiais, o francês e o português. (SÁ, 2015, p. 156/157).

É certo que a relação de Portugal com a Guiné-Equatorial remonta ao início do período das grandes navegações, quando seu território insular foi descoberto. “O Estado que hoje conhecemos como Guiné Equatorial integra dois territórios que, até ao Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, pertenceram, no quadro colonial, a Portugal: as ilhas de Bioko e de Ano-Bom” (SÁ, 2015, p. 156). Vemos com isso que parte da Guiné-Equatorial poderia ser tida como colonizada por Portugal, entre os séculos XV e XVIII.

Pois: “Foram [...] navegantes portugueses que efectivamente exploraram a ilha de Bioko, em 1471, sendo Fernando Pó o navegador que a situou nos mapas europeus nesse ano” (CRUZ, 2015, p. 978). A ilha de Bioko, à época denominada Fernando Pó, “serviu de entreposto no comércio de escravos durante anos” (CRUZ, 2015, p. 987). No entanto, “efectivamente os habitantes que já existiam antes do contacto com europeus nunca se submeteram a Portugal”. Por outro lado, a ilha de Ano-Bom passou a ser “habitada por náufragos de barcos portugueses que naufragaram na zona e que nem autorizavam missionários a viverem nela” (CRUZ, 2015, p. 986).

Mas antes mesmo do Tratado de Santo Ildefonso, essas ilhas começaram a sofrer a ingerência de outros países colonizadores:

Em 1641, a Companhia das Índias Holandesas estabeleceu-se na ilha de Bioko, sem consentimento português, centralizando ali temporariamente o comércio de escravos até que os portugueses voltaram a fazer sentir a sua presença, em 1648, substituindo a companhia holandesa por uma própria – Companhia de Corisco – dedicada também ao tráfico, construindo uma das primeiras edificações europeias na ilha, o forte de Ponta Joko. (CRUZ, 2015, p. 993).

Com base nessas informações, verificamos que de fato houve pelo menos a tentativa de colonização dessas ilhas pelos portugueses, pois houve compatriotas seus que passaram a habitar a ilha de Ano-Bom, enquanto a ilha de Bioko chegou a ser disputada com os holandeses, para sua retomada.

Ainda quanto à ilha de Ano-Bom, Cruz (2015) encontrou o seguinte registro efetuado por “um português que residiu em São Tomé e Príncipe, durante dezanove anos, e que deixou uma resenha histórica escrita. Trata-se de Raymundo José da Cunha Mattos, que foi para S. Tomé, em 1796, como furriel do Regimento de Artilharia de Marinha” (CRUZ, 2015, p. 991):

Consta pois que durante o tempo de Jorge de Melo, primeiro Senhor Donatário, ajustava com ele Baltazar de Almeida morador na Ilha de S. Tomé povoar-se a ilha de Ano Bom como era obrigado pelo título da sua doação. Baltazar de Almeida remeteu alguns casais para a mesma ilha e seu sobrinho Luís de Almeida também morador em S. Tomé fez compra do senhorio dela em 1570 a Jorge de Melo pela quantia de 400\$000 réis com permissão de El-Rei D. Sebastião. (CRUZ, 2015, p. 994).

Cruz (2015) observa inclusive que a ilha de Ano-Bom passou a ter “o nome de Pigalu ou Pagalu que quer dizer papagaio, em português. Devido à [...] proximidade de S. Tomé, é natural que mantenha os laços culturais com Portugal. O idioma é o espanhol, mas o mais usado é o Fá-d’Ambô derivado do português e do crioulo antigo” (CRUZ, 2015, p. 990).

Surge então, no contexto de sua colonização, um crioulo de base portuguesa. “É no quadro dos argumentos de ordem cultural e de proximidade histórica com contextos

“lusófonos” que entra o Fhá d’Ambô, crioulo de base lexical portuguesa usado pela população ambô” (SÁ, 2015, p. 156).

Ana Lúcia Sá (2015) destacou, no entanto, “o uso da língua portuguesa e a sua oficialização desligada da performance linguística da população” (SÁ, 2015, p. 156). Ou seja, não há mais nessas ilhas da Guiné Equatorial falantes do português como língua materna, nem como segunda língua.

Enfim, para Sá (2015), a entrada da Guiné-Equatorial na CPLP parece ter sido baseada apenas em decisão política, “para reforçar a CPLP como um bloco produtor de petróleo” (SÁ, 2015, p. 157). Alheia, portanto, aos objetivos principais da CPLP, essa decisão foi tomada “excluindo alguns dos princípios orientadores da sua fundação e também excluindo o que se considera como o património comum da lusofonia centrado na língua” (SÁ, 2015, p. 157).

3.3. O português na Ásia

Os portugueses, em sua disseminação pelo mundo por via marítima, ocuparam vários espaços do vasto continente asiático. Eles mudaram com isso o modelo de comércio então vigente entre a Europa e os seus fornecedores no Oriente. “Vasco da Gama descobriu a rota das Índias, permitindo que Portugal estabelecesse um rico comércio das especiarias indianas, até então acessíveis apenas por terra” (CASTILHO, 2014, p. 173).

Vemos então que a expansão marítima foi planejada, intencional, e visava à busca de oportunidades de propagação do comércio, o que de resto era almejado não só por Portugal, mas também por outros reinos europeus.

Ao intensificar o comércio com outros povos, as pessoas que comercializavam, que eram em geral os próprios tripulantes das embarcações, tinham que lidar com a comunicação com falantes de outras línguas. Foi assim que a língua portuguesa se espalhou também pela Ásia:

A difusão da língua portuguesa por diversas zonas da Ásia acompanhou a expansão ultramarina portuguesa nessa região. O ano de 1498, que viu a armada de Vasco da Gama aportar ao sudoeste indiano, pode por isso ser tomado também como o ano 0 desse processo de expansão linguística. Os primeiros estabelecimentos portugueses na Ásia com caráter de permanência foram estabelecidos pouco depois, precisamente na região onde se deu o contacto inicial: a antiga Costa do Malabar, correspondente ao atual estado indiano de Kerala. [...] com importantes feitorias portuguesas em Cochim, Cananor e Coulão, e foi a partir da região que, nesta fase, se coordenou a exploração e conquista de outras partes da Ásia. Esta circunstância confere à Costa do Malabar uma importância particular no envolvimento de Portugal com a Ásia e ao contacto entre o português e o malaiala, a língua dravídica aí dominante, um papel fundador no que viria

a ser uma história de contacto linguístico vasta e diversificada (CARDOSO, 2016, p. 69).

Esse processo de difusão da língua portuguesa se viu intensificado pela leva de emigrantes portugueses: “Das 15 a 20.000 almas levadas à Ásia nas naus de carreira até meados do século XVII, muitas resolveram mudar a sua condição, saindo da jurisdição e até abandonando a identidade portuguesa” (JACKSON, 2014, p. 17). Ao instalar-se em algumas áreas portuárias, os portugueses criaram pequenas comunidades com civis, militares e religiosos, de forma que, ao mesmo tempo que passavam a ter contato com a cultura local, iniciavam um processo de imposição da própria cultura, por intermédio de sua própria língua. “A partir do século XVI, a língua portuguesa teve grande difusão um pouco por toda a Ásia e o Pacífico, sobretudo em consequência de dinâmicas de expansão colonial, mas também por outras vias, tais como a imigração.” (CARDOSO, 2016, p. 68).

Essa atitude dos portugueses levou à larga utilização do português como língua de comunicação entre eles e os demais povos da região, assim como à divulgação de sua cultura:

Logo a partir do início do século XVI, a expansão da influência portuguesa em territórios asiáticos foi extremamente rápida. Em meio século, esta estendeu-se a largas porções do litoral sul-asiático (o subcontinente indiano, Ceilão e as regiões em torno da Baía de Bengala), ao Golfo Pérsico, ao sudeste asiático continental e insular (desde o Sião até Timor e as Molucas), ao sul da China e ao Japão. (CARDOSO, 2016, p. 69).

Em consequência dessa política expansionista, a língua portuguesa se tornou familiar entre comerciantes ao longo do continente asiático e de suas ilhas. “Na Índia, os portugueses circunscreveram-se a Goa (1510), Damão (1534) e Diu (1535), além de parte da ilha de Timor, na Indonésia. Na China, ocuparam a pequena zona de Macau (1557), quase defronte a Hong Kong” (CASTILHO, 2014, p. 173). “Mas os portugueses tinham controlado outrora regiões bem mais extensas, particularmente em Ceilão (hoje Sri Lanka) e em Malaca. Além disso, dos séculos XVI ao XVIII, o português serviu de língua franca nos portos da Índia e nos do Sudeste da Ásia” (TEYSSIER, 2014, p. 117).

Uma das diferenças entre a colonização na África e na Ásia é que nesta última, em que pese os portugueses terem buscado se instalar em alguns locais e terem inclusive se miscigenado, não costumava se verificar a submissão, ao colonizador, dos povos locais e de sua cultura. Tanto que na China, por exemplo, ocorreu a ocupação de uma área territorial, mas não a sua colonização.

Em vista disso, embora os portugueses tenham obtido o controle do comércio ao longo do que hoje em dia denomina-se a bacia do Pacífico, isso não significou o domínio das culturas asiáticas.

Devemos considerar que alguns desses países asiáticos tinham em geral uma estrutura político-administrativa relativamente sólida, estavam acostumados a interagir entre si, a receber imigrantes, e já negociavam com outros países europeus. Foi essa uma das razões pelas quais os portugueses não detiveram o controle das regiões que ocuparam, como faziam em território africano. No caso da China, destaca-se a “constituição do povo chinês e de sua sólida cultura, que vêm resistindo há mais de cinco mil anos de história em um contexto alta e fortemente marcado por valores tradicionais” (PACHECO, 2009, p. 53). Jessé Souza (2017) baseia-se em Weber para explicar, com mais precisão, que o império chinês não apresentava os fatores socioeconômicos que possibilitariam o domínio colonialista, como: “a inexistência de uma economia monetária desenvolvida, a existência de um direito não formal e uma legitimação em grande medida mágico-religiosa do poder político” (SOUZA, 2017, p. 204).

Além disso, essa ocupação portuguesa foi temporária na maioria das regiões asiáticas, pois tendo em vista a competição entre vários reinos europeus para controlar o mesmo tipo de comércio, uns tomavam dos outros as áreas conquistadas. “No início do século XX, a presença política de Portugal na Ásia limitava-se aos territórios de Goa, Diu e Damão, na Índia, a uma parte da ilha de Timor, na Indonésia, e à pequena zona de Macau, nas costas da China” (TEYSSIER, 2014, p. 117).

Da mesma forma que ocorrera na África, a comunicação entre portugueses e habitantes dessas regiões deu origem a algumas línguas crioulas. “Em vários portos surgiram crioulos, uma adaptação da língua portuguesa às línguas com as quais ia entrando em contato” (CASTILHO, 2014, p. 173).

Mas a depender do tipo de interação que se travava com os outros povos, também ocorria “o desenvolvimento de variedades asiáticas do português, muitas vezes em paralelo e articulação com o de línguas crioulas de base portuguesa” (CARDOSO, 2016, p. 68). Embora nem todas essas línguas tenham subsistido, existem registros que relatam seus trajetos e sua evolução, como os que foram objeto de estudo do linguista Schuchardt:

Um caso particularmente interessante é o da cidade de Batávia (atual Jakarta, capital da Indonésia), que serviu entre os sécs. XVII e XX como centro dos domínios coloniais neerlandeses no Oriente. Por várias razões, para aí convergiram, a partir do século XVI,

peças de outras regiões asiáticas sob domínio neerlandês, incluindo muitas que anteriormente tinham recebido influência portuguesa, como sejam o sul da Índia, a ilha de Ceilão (atual Sri Lanka), Malaca e algumas ilhas do sudeste asiático. Em consequência, formou-se aí uma comunidade de fala ‘portuguesa’, de acordo com descrições dos sécs. XVII a XIX [...], que se concentrou de forma particular na área de Tugu. No final do século XIX, foi ainda possível recolher um extenso corpus linguístico que veio a ser estudado e publicado pelo linguista alemão Hugo Schuchardt. (CARDOSO, 216, p. 70).

Dessa forma, a língua portuguesa deixou seu legado na Ásia, tendo também contribuído para tanto o fato de que, nos países asiáticos, a escrita era um elemento usual em algumas de suas culturas, gerando testemunhos de sua história. Cardoso detalha os tipos de produção escrita encontrados:

Em comparação com os crioulos de outras partes do mundo, os crioulos luso-asiáticos têm uma tradição escrita relativamente robusta. Estes crioulos beneficiaram de alguma atenção a partir do século XIX, que resultou no registo escrito de tradições orais mas também, nalguns casos, em traduções de cariz religioso, publicação de gramáticas e dicionários e ainda alguma produção literária. (CARDOSO, 2015, p. 676).

Na década de 80 do século passado, quando foi publicado originalmente o livro de Teyssier sobre a história da língua portuguesa, este afirmou que alguns crioulos asiáticos de origem portuguesa continuavam “a ter vitalidade, particularmente em Ceilão e em Malaca” (TEYSSIER, 2014, p. 118). Passados mais de trinta anos, essas possibilidades parecem não mais condizer com a realidade.

Por outro lado, devemos enxergar o português na Ásia como imerso, desde que lá começou a ser utilizado, numa amálgama de culturas milenares, formada pela convergência entre inúmeros povos que imigravam de um país para o outro. Os imigrantes portugueses que participaram desse processo, levando sua língua, também foram influenciados e absorvidos pelas culturas circundantes.

3.3.1. O português em Goa

Goa localiza-se na costa ocidental da Índia, antigamente denominada Costa do Malabar. “Foi nesta zona que teve início a expansão portuguesa na Ásia, com a chegada da frota de Vasco da Gama a Calecute em 1498, e foi aqui também – em Goa – que se estabeleceu o centro administrativo de todo o império português no Oriente.” (CARDOSO, 2015, p. 669). Ou seja, “Goa era o centro administrativo da Índia Portuguesa, que se estendia da África oriental até ao Extremo Oriente; funcionava como centro de uma cultura marítima de diáspora, crisol de um vice-mundo luso-asiático extremamente diverso” (JACKSON, 2014, p. 13).

De fato, a diáspora não somente estava implícita na cultura marítima de Portugal, um país de pequena dimensão, todo voltado para o oceano, cujos habitantes, seja a trabalho, seja em busca de oportunidades (ou até por degredo), migravam em massa para suas colônias na América, África e Ásia, como também caracterizava os povos asiáticos com os quais os portugueses mantinham contato, e que se deslocavam inclusive de uma para outra colônia portuguesa. Mas a diáspora era, a par disso, representativa do modelo mercantilista preponderante na economia portuguesa – a diáspora negra.

Ou seja, essas migrações em massa e as novas interações entre povos, geradas por um novo modelo de comércio das especiarias na Ásia, afetaram não somente as culturas que sofreram interferência dos europeus, a começar dos portugueses, como também outras, que já comercializavam entre si ou com outros grupos europeus, por via terrestre. “Pode-se observar que o orientalismo justapõe apenas Oriente e Ocidente, grosso modo, quando há múltiplas possibilidades de encontros vindos de centenas de culturas, por exemplo, chineses no sul da Índia” (JACKSON, 2014, p. 15).

Supomos que a localização de Goa devesse ser considerada pela frota portuguesa como estratégica, tanto para estabelecimento de um entreposto, quanto em termos de transações comerciais com os vários povos ao redor. Ao tornar-se ponto de referência e de encontro para essas culturas, tornou-se crisol que fundiu a diversidade asiática com portugueses e até com alguns povos africanos. Podemos então afirmar que suas características a tornaram precursora do que viria a ser a atual sociedade globalizada, com alto percentual de migrantes. “Sendo o primeiro centro de uma política de miscigenação, Goa na sua demografia antecipou e prefigurou o desenvolvimento do globalismo de diáspora e multiétnico atual” (JACKSON, 2014, p. 13).

Essa região da Índia esteve sob influência portuguesa por mais de quatro séculos:

Goa, Damão e Diu foram colônias portuguesas entre o século XVI e 1961, altura em que uma ação militar as integrou na União Indiana. Tratando-se dos territórios sul-asiáticos com a mais longa presença portuguesa, é aí que se fala ainda o português, a par, nos casos de Damão e Diu, de línguas crioulas. (CARDOSO, 2016, p. 81).

No entanto, nas últimas décadas, a língua portuguesa dessa região perdeu rapidamente espaço para “os idiomas marata, inglês, guzerate”, línguas oficiais ensinadas nos primeiros anos de escola (NEVES, 1987, p. 210). Neves observa, inclusive, que no final da década de oitenta do século passado, já eram apenas as gerações mais velhas que continuavam a se comunicar em português, quando em seio

familiar. Os jovens que ainda tiveram o português como língua materna, sendo bilíngues, optaram por outra língua como “meio de expressão do seu sentir” (NEVES, 1987, p. 210). Muitos deles “se exprimem não somente em português, mas também em concani e marata” (NEVES, 1987, p. 211). Com isso, o português foi-se deslocando de língua materna para uma segunda língua, ou seja, deixou de ser a língua materna das gerações mais recentes.

Consequentemente, Neves (1987) concluiu, há mais de trinta anos: “A língua portuguesa chegou à encruzilhada, em Goa, após cerca de 15 anos de alheamento por parte das autoridades indianas, em relação ao grupo étnico que fala português” (NEVES, 1987, p. 213). A autora quis dizer com isso que se a língua tivesse sido prestigiada pelo governo local, talvez continuasse a ser valorizada socialmente, o que poderia ter evitado sua rejeição pelos mais jovens e sua substituição por outras línguas, em contexto social.

Por outro lado, as línguas crioulas de base portuguesa que surgiram nessa mesma região ainda permanecem. Dos crioulos da Ásia Meridional, “sobrevivem os de Diu, Damão, Korlai, Cananor e Sri Lanka (anteriormente chamado Ceilão) – o qual, apesar de ter em tempos sido usado um pouco por toda a ilha, atualmente se restringe às cidades de Batticaloa e Trincomalee.” (CARDOSO, 2015, p. 669). Essa diferença entre a evolução e preservação das línguas crioulas, frente ao desaparecimento da língua portuguesa, decorre provavelmente de aspectos sociais e políticos que desconhecemos. Pois Goa se estruturara de forma diversa que as vizinhas Diu e Damão, em termos culturais e, consequentemente, também linguísticos: “Em Goa, o contato permanente com portugueses europeus, que noutros territórios mais isolados não se terá dado, impediu essa criouliização” (NEVES, 1987, 211).

Por outro lado, na ilha de Sri Lanka, bem próxima à Índia, e que se inclui entre os países que foram influenciados pela língua e cultura portuguesas, um dos crioulos falados nesta ainda apresenta traços do português com o qual conviveram os nativos, durante os séculos XVI e XVII. “O cingalês pertence ao grupo das línguas asiáticas que incorporaram mais palavras de origem portuguesa, mas não se encontra no topo da tabela. Esse lugar pertence ao concani, a língua de Goa, com perto de 2000 palavras de origem portuguesa.” (CARDOSO, 2016, p. 73). Constatamos então que o concani, língua materna de grande parte dos habitantes de Goa, também incorporou parte do léxico português, embora não se trate de uma língua crioula de base portuguesa.

A par disso, conforme explica Cardoso (2016), já houve na estrutura sintática dessa língua de Goa reflexos da ordem dos sintagmas que é natural do português:

O concani de Goa é outra língua para a qual a literatura aponta certos aportes estruturais do português. Sardesai (1983, 156–157), por exemplo, refere duas construções com respeito às quais o concani literário católico difere dos demais registos de um modo que o aproxima da sintaxe portuguesa: a) na presença de algumas frases com a ordem de palavras SVO, ao passo que o concani é, em geral, uma língua estritamente SOV; b) na produção de orações relativas pós-nominais e introduzidas por uma partícula relativa, o que contrasta com as relativas participiais mais típicas do concani. (CARDOSO, 2016, p. 76).

Ressaltamos, no entanto, que essa influência não foi identificada no concani falado como língua materna, mas na língua em contexto religioso, utilizada em cultos e textos católicos.

Vimos então que, em que pese a grande influência da língua portuguesa na região sul da Índia, seja como língua materna, seja na formação de línguas crioulas, esta não se manteve até a atualidade, tendo apenas deixado a lembrança de sua presença em outras línguas hoje preponderantes.

3.3.2. O português do Timor-Leste

O Timor-Leste ocupa parte de uma ilha que integra o arquipélago indonésio. Essa região, que se constituía no “Timor Português, como era conhecido em tempos antigos, era colônia portuguesa desde 1515, permanecendo sob o controle português até 1974.” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 15).

O historiador Ivo Carneiro de Sousa conta que:

Timor era a terra do sândalo, um produto perseguido e distribuído também por navegadores e comerciantes chineses, javaneses, malaios ..., perseguido pelas ‘cobiças’ de muçulmanos e, agora, organizadamente desde 1515, pelos comerciantes-soldados, pelos navegadores soldados, como ainda por essa pequena e média nobreza ultramarina que, cruzando tratos e combates, dirigia as fortalezas e feitorias que os portugueses foram procurando espalhar nos pontos nevrálgicos da navegação, do comércio, das rotas das especiarias e dos ouros, tantas vezes seguindo ou revitalizando os caminhos criados e calcorreados por viajantes e negociantes asiáticos. (SOUSA, 1997, p. 2).

Contudo, “a ilha foi de interesse secundário aos portugueses, já que suas posses em Malaca possibilitaram controle das rotas comerciais e entreposto para duas ilhas, Solor e Flores, de grande importância devido à quantidade de sândalo branco que apresentavam.” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 15). Ou seja, o mesmo produto comercial que podia ser encontrado em Timor, já o extraíam de outras regiões em que abundava.

Com o tempo, alguns portugueses foram ali se estabelecendo, até que, por volta do século XVII, surgiu em Timor a comunidade topas, ou topasses, que era:

População mestiça de habitantes locais com os portugueses cujos descendentes são conhecidos por terem assimilado a cultura e a língua portuguesa, assim como terem sido dominantes ou influentes na política local. O nome tuppasi tem sua origem obscura, mas às vezes é atribuído ao lexema da língua Tamil que possui o significado de ‘intérprete’, provavelmente pelo fato de os indivíduos topasses serem fluentes tanto nas línguas locais (adquiridas com a mãe), como na língua portuguesa (adquirida com o pai). (ALBUQUERQUE, 2014, p. 107, nota de rodapé).

Por outro lado, mesmo com essa migração, e apesar do longo período de dominação portuguesa, havia em Timor-Leste poucos falantes de português, tanto é que somente com a promoção de seu ensino, a partir do século XVIII, a língua passou a se difundir mais. Após mais dois séculos, conseguiu-se que “a porcentagem de timorenses falantes de língua portuguesa subisse para 15% da população no período anterior à invasão indonésia, no início da década de 1970.” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 15).

Entretanto, ao se tornar território integrante da Indonésia, sua situação linguística mais uma vez se alterou, conforme explica Cardoso (2016), parafraseando Taur Matan Ruak, Primeiro Ministro de Timor-Leste:

O período de ocupação indonésia que se lhe seguiu (1975–1999) teve como efeito uma drástica redução do uso da língua portuguesa na sociedade timorense, exceto nos segmentos envolvidos na luta de resistência [...] e em algumas instituições educativas e religiosas. Esta situação inverteu-se quando, em 2002, a nova constituição da nação independente de Timor-Leste consignou o português e o tétum como línguas cooficiais. Em consequência disso, tem-se assistido a uma vaga de difusão da língua portuguesa por via sobretudo do sistema educativo. (CARDOSO, 2016, p. 91).

Vemos então que “o Timor foi anexado pela Indonésia em 1974, tendo-se libertado em 2002” (CASTILHO, 2014, p. 174). Nesse período de vinte e oito anos, a parcela de falantes de português reduziu-se para menos de 15% da população, mas essa língua se manteve por passar a ser um indicativo de identidade para alguns timorenses. Foi por isso que, embora o governo da Indonésia tenha reprimido “violentamente o uso da língua portuguesa” e também tenha desvalorizado as demais línguas nativas, após sua libertação os timorenses inverteram essa política (ALBUQUERQUE, 2014, p. 15). De fato, conforme já citado, por decisão política, e não mais por ser língua materna de parte da população, o português passou a ter um novo status. “A língua portuguesa é a língua oficial da República Democrática de Timor-Leste, ao lado da língua Tetun, desde sua constituição de 2002.” (ALBUQUERQUE, 2014, x).

Dessa forma, o papel da língua portuguesa, nesse país em particular, durante esse período de dominação foi predominantemente político, ligado à identidade específica dos habitantes da parte da ilha que fora colonizada pelos portugueses. “O povo do Timor Leste firmou sua identidade na luta contra a Indonésia, a que esse povo

não queria submeter-se, e no apego ao legado lusófono, ao qual se julgam pertencentes” (MELO, 2006, p. 111).

No entanto, devemos destacar que, com relação à presença da língua portuguesa no país, os interesses políticos não convergem todos para sua manutenção, haja vista a existência de conflitos:

na adoção de uma língua internacional e que seja oficial do país, já que foram adotados português, como língua oficial, e inglês e indonésio, como línguas de trabalho; essa decisão serviu apenas como um paliativo para acalmar os ânimos, dando espaço para todos os grupos interessados na política linguística do país; como Timor-Leste é um estado recente, formado em 2002, a instabilidade política permanece, com a presença de diversas entidades internacionais, destacando-se a ONU, para a manutenção do sistema democrático e sua administração; a corrupção nos órgãos administrativos vem causando notável insatisfação na população, além da extrema pobreza; a parcela da população que permanece autóctone é extremamente excluída de qualquer processo e decisão políticas. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 145/146).

Considerado esse cenário multilíngue presente no país, Albuquerque (2014) levantou em sua pesquisa de campo a estimativa de 5% da população leste-timorense falante da variedade de português que lá se desenvolveu historicamente (ALBUQUERQUE, 2014, p. 18). Ou seja, esses 5% adquiriram o português como língua materna.

Assim, “existe a variedade da língua portuguesa falada pelos leste-timorenses, o PTL, possuindo esta variedade características estruturais próprias” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 19). Albuquerque anota que, entretanto,

Até a década de 1990, [...] houve uma confusão entre o Crioulo Português de Bidau, variedade crioula da língua portuguesa falada no bairro Bidau, periferia de Dili, capital de Timor-Leste, e o que é chamado simplesmente de português de Timor-Leste, variedade da língua portuguesa com ligeiras mudanças locais (ALBUQUERQUE, 2014, p. 56, nota de rodapé).

Por outro lado, o que verdadeiramente caracteriza e distingue esse povo é sua língua local, por isso este “optou por elevar o Tetun Prasa, língua franca de grande parte da ilha de Timor, como língua oficial e símbolo da identidade e unidade nacionais, sem beneficiar nenhuma etnia específica” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 145).

A variedade do Tetun Prasa usada na capital, que é a língua oficial do país, é encarada como uma língua digna de ser empregada [...], já que, de acordo com os próprios leste-timorenses, não é língua materna de ninguém, é uma língua ‘urbanizada’, pois possui um léxico e uma gramática fortemente influenciada pelo português, e é falada por estrangeiros. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 151).

Percebemos então que a interação entre a língua portuguesa falada pelos leste-timorenses e o Tetun Prasa têm sido tão intensa ao longo do tempo que uma língua influenciou a outra. De fato, Albuquerque (2014) destacou que o Tetun Prasa sofreu

interferências do português, ao igual que este interferiu naquele: “Devido a sua posição prestigiada na sociedade leste-timorense, o Tetun Prasa aparentemente é a única língua nativa de Timor-Leste que influenciou o português lá falado” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 220).

Também em decorrência do contato e interferências entre essas línguas, ocorreu a seguinte mudança na língua Tetun Prasa:

na tradição gramatical clássica, seguindo a gramática da língua portuguesa, assim é possível encontrar construções artificiais como os pronomes oblíquos, que na verdade são inexistentes em Tetun: me, a mim, para mim > iha hau, hau, mai hau; lhe, a ele, a ela > ba nia, iha nia. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 130).

Por outro lado, ambas as línguas influenciaram as demais línguas locais:

Na gramática, as línguas locais leste-timorenses apresentam uma sintaxe paratática, com pouco uso de conectivos em geral, fazendo com que os missionários inserissem construções fraseológicas artificiais repletas de preposições e conjunções tanto do Tetun como do português. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 130).

Atualmente, tem havido na República Democrática de Timor-Leste estímulo para a aprendizagem e uso do português, mas este não pode mais ser tido como uma de suas línguas maternas. “Assim, tal como no passado, o português volta a ganhar uma crescente população de falantes L2 sem, contudo, chegar a ocupar o lugar de língua materna de uma grande comunidade.” (CARDOSO, 2016, p. 91). Seu histórico, entretanto, o torna uma língua acolhida pela comunidade, com a qual uma parcela desta ainda se identifica. Trata-se de uma variedade que, mesmo não tendo subsistido como língua materna, continua a apresentar características próprias, decorrentes da interação com outras línguas locais. Ademais:

o português falado em Timor teve influências do Crioulo Português de Malaca (CPMal), o crioulo que mais influenciou a região do sudeste asiático, bem como de variedades reestruturadas do português pela Ásia, principalmente na ilha de Flores, onde se localiza Larantuka. Além disso, houve um laço estreito da administração portuguesa entre Macau e Timor, principalmente durante o século XIX, ocorrendo migração populacional de macaenses e, conseqüentemente, a influência do Crioulo Português Macau (CPMac) em Timor. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 300).

No que tange ao uso dos clíticos no português do Timor Leste, estes foram se tornando dispensáveis, dado que a estrutura das demais línguas locais prescindiam deles. Ou seja, parece ter havido uma interferência dos parâmetros das línguas maternas dos timorenses no uso do português como L2.

O emprego dos pronomes pessoais, nos dados coletados do PTL, apresenta um comportamento único de variação, principalmente devido à influência do contato linguístico com as línguas nativas leste-timorenses, que por serem em sua maioria austronésias, possuem um paradigma pronominal bem distinto da língua portuguesa, com a presença de 1ª pessoa do plural inclusiva e exclusiva, assim como a ausência de pronomes oblíquos átonos e tônicos, e, em algumas línguas, do pronome possessivo,

sendo empregue sempre o mesmo pronome, com a função de pronome sujeito e objeto. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 199).

Em vista disso, não trabalhamos com essa variedade durante a pesquisa sobre subida de clíticos.

3.3.3. O português em Malaca e o crioulo Papia Kristang

Cardoso (2015) explica que “Malaca, onde em 1511 se estabeleceu uma das principais feitorias portuguesas na Ásia, teve um papel essencial na difusão da língua portuguesa por todo o sudeste asiático, incluindo a sua parte insular.” (CARDOSO, 2015, p. 669). De fato, os portugueses “em 1511 conquistam Malaca aos muçulmanos, estabelecendo entreposto no estreito de Malaca, então a mais importante passagem para os mares orientais” (RICARDI, 2015, p. 3).

Neste caso específico, tratou-se de uma conquista bélica:

A cidade pertencia ao sultanato malaio que existia desde 1400. Em 1511, os portugueses chegaram com o objetivo da conquista do território. O exército compunha-se de 800 europeus e 600 tropas indianas, já que os portugueses tinham estado presentes em Goa, na Índia, desde 1509. Depois de conquistar Malaca permaneceram como ocupantes mais ou menos 300 tropas. Aqueles indianos, além da sua própria língua, provavelmente já falavam o português pidginizado. (PRIŠTIC, 2010, p. 18).

Vemos então que os portugueses se instalaram nessa região portuária da Malásia para intensificar suas ligações mercantis rumo ao leste. Mas eles permaneceram em Malaca por apenas 130 anos, tendo-se retirado de lá há 380 anos. De fato, a matéria “Os portugueses da Malásia. Prósperos, perseguidos, reabilitados”, publicada na revista Superinteressante nº. 167, de março de 2012, trouxe um breve histórico do português em Malaca, que assim inicia: “Apesar de ter perdido Malaca para os holandeses, em 1641, Portugal deixou no território um riquíssimo edificado religioso, além de uma ampla comunidade de lusodescendentes que ainda hoje comemoram os santos populares” (AFONSO, 2012, p. 76). Percebemos, então, que a cultura portuguesa católica deixou um forte legado no local.

Ainda de acordo com a citada matéria, “Estima-se que existam cerca de 29 mil euroasiáticos na Malásia, dos quais uma parte significativa é de ascendência portuguesa.” (AFONSO, 2012, p. 80). Alguns destes vivem no bairro português, *kampung Portugis*, que foi construído em 1933, e falam o “kristang, uma língua crioula falada na Malásia e em Singapura” (PRIŠTIC, 2010, p. 6). De acordo com Ian Hancock, em 2009 havia entre 2.500 e 3.000 falantes de kristang, incluídas as crianças (HANCOCK, 2009, p. 295).

Vemos então que, apesar de os portugueses terem se retirado há muito do local, surpreendentemente, sua influência cultural permaneceu inclusive na língua, assim como restou o crioulo de base portuguesa que lá se formou. “De entre os crioulos que se formaram no sudeste asiático, subsiste apenas o de Malaca, nesta cidade e em locais onde a comunidade luso-asiática de Malaca se estabeleceu, nomeadamente Kuala Lumpur e Singapura.” (CARDOSO, 2015, p. 669).

O Crioulo Português de Malaca (CPMal) ou kristang é “um crioulo de base portuguesa que é falado até hoje em dia pelos descendentes dos navegadores portugueses que chegaram a este canto do mundo no século XVI” (PRIŠTIC, 2010, p. 18). O significado de ‘kristang’, que se refere tanto à população, como à religião e à língua, é ‘cristão’ (PRIŠTIC, 2010, p. 19). Eles também se referem à sua própria língua como Papia Kristang (PK), que significa ‘fala cristã’, ou mais bem diríamos, ‘papo cristão’, enquanto os portugueses de Portugal já a definiram em diferentes ocasiões como ‘malaqueiro’, ‘malaquense’, ‘malaques’ ou ‘malaquenho’ (HANCOCK, 2009, p. 296).

O PK é provavelmente o mais conservador dos crioulos de base portuguesa, devido ao fato de que não teve contato com o português da metrópole. (HANCOCK, 2009, p. 296). Embora seja esse o entendimento de Hancock, lembramos que também afirmou-se que o crioulo africano de Cabo Verde seria o mais conservador.

Prištic (2010) concorda com Hancock (2009), no que tange ao aporte lexical do português. “Neste sentido, podemos dizer que o léxico do kristang é cheio de arcaísmos. As grandes mudanças que ocorreram dentro do português europeu no século XVIII não influenciaram o léxico do kristang” (PRIŠTIC, 2010, p. 51). Mas ao mesmo tempo, essa língua se aproximava da variedade antiga do crioulo de Macau, a qual era suficientemente semelhante ao PK como para ser compreendida, e era por isso utilizada em sermões proferidos por padres visitantes (HANCOCK, 2009, p. 297).

Já observamos que “a gramática das línguas crioulas, no nosso caso do kristang, é completamente distinta das línguas que lhes serviram de base” (PRIŠTIC, 2010, p. 50). De fato, a base que a língua europeia aporta é lexical, mas a estrutura sintática da língua crioula é proveniente das línguas locais. Por essa razão, verificamos na bibliografia consultada que não há nessa língua crioula pronomes pessoais oblíquos.

3.3.4. O português de Macau

Na época das grandes navegações, a China era considerada uma área estratégica, tanto por sua localização, quanto pelos produtos que comercializava. Os portugueses que lá aportaram buscavam justamente se beneficiar dessa situação: “Macau está localizada no sul da China, na província de Guangdong, conhecida em português como Cantão, onde historicamente o governo imperial chinês tolerou comerciantes estrangeiros” (RICARDI, 2015, p. 3).

Conforme já vimos, em 1511 os portugueses haviam estabelecido uma de suas principais feitorias em Malaca. A partir desta, procuraram estabelecer relações comerciais com o Japão, e para facilitar esse processo, fazia-se necessário ter uma base na China:

A ligação comercial entre Malaca e o Japão impulsionou os portugueses a procurarem uma base nas costas chinesas, mais precisamente nas ilhas do estuário do rio das Pérolas, terceiro maior rio da China e portão de entrada para a porção meridional do país. A região já era percorrida por missionários cristãos, entre eles Francisco Xavier, e a primeira referência à cessão do porto aos portugueses é feita justamente pelo padre jesuíta Fernão Mendes Pinto. (RICARDI, 2015, p. 4).

Esse jesuíta registrou que em 1557 os mandarins de Cantão cederam informalmente aos portugueses uma ilha onde havia uma vila de pescadores, sendo aí estabelecida uma povoação portuguesa e o porto de Macau (RICARDI, 2015, p. 4). Essa atitude não representava cessão de direito de posse, embora os portugueses pagassem para os chineses o foro de chão em ouro, o que fizeram até 1849. Apenas, era “lucrativo para as autoridades locais o estabelecimento comercial lusitano” (RICARDI, 2015, p. 6). E de quebra, “os portugueses resolveram atacar e destruir grande número de navios piratas japoneses (wako) que infestavam as costas da China meridional e ameaçavam diversos portos, como o porto de Cantão, o mais importante do sul.” (RICARDI, 2015, p. 6). Com isso, começaram a se evidenciar interesses recíprocos na estada dos portugueses na região. Eles queriam estar mais próximos do Japão, se tornavam úteis aos chineses, na medida em que aumentavam a segurança da sua costa meridional, e ao mesmo tempo, a relação comercial entre ambos os povos se intensificava.

Em vista disso, no final do século retrasado, a China “cedeu às investidas portuguesas e assinou o Tratado de Amizade e Comércio em 1887, reconhecendo formalmente a posse de Macau por Portugal” (RICARDI, 2015, p. 7/8).

A história da ocupação de Macau deixa claro que não se tratava de mais uma colônia portuguesa. Assim, devido aos maus entendidos que recentemente ainda imperavam, “o governo chinês resolveu posicionar-se oficialmente sobre o assunto em

nível internacional e recorreu à Organização das Nações Unidas. A Assembleia Geral da ONU aprovou a reivindicação chinesa e excluiu [...] Macau da lista de colônias” (PACHECO, 2009, p. 42).

Embora Pacheco (2009) ressalte que em Macau “o português foi língua oficial durante os quatrocentos anos de administração portuguesa” (PACHECO, 2009, p. 43), essa permanência dos portugueses no local deu origem ao Crioulo Português de Macau (CPMac), que se expandiu para além da China. “Na Ásia oriental, o crioulo português de maior expressão, e aquele que subsiste ainda em estado de obsolescência, é o de Macau, atualmente falado com fluência nativa apenas por algumas pessoas em Macau e na diáspora macaense.” (CARDOSO, 2015, p. 670).

Walter (1997) informa que “no Oriente, o crioulo de Macau, que no entanto nasceu do contato do português com o chinês – e não com línguas africanas - , mostra tamanhas semelhanças com os crioulos portugueses da África que se poderia formular uma hipótese sobre a gênese desses crioulos” (WALTER, 1997, p. 185). Embora não saibamos se essa observação de Henriette Walter se refere apenas ao léxico dos crioulos que foram comparados entre si, o que se poderia explicar pela forma como se deu seu aporte, ou se inclui também algo de suas estruturas, o que torna a questão mais complexa, cremos que essa semelhança poderia estar relacionada ao constante trânsito de portugueses entre todas suas colônias e entrepostos. Contudo, não encontramos literatura acadêmica a esse respeito. Consideramos, então, que a afirmação de Walter (1997) poderia suscitar “uma nova vaga de investigação linguística, tendente não apenas a observar os efeitos de políticas linguísticas como também o eventual estabelecimento de um ‘português de Macau’ bem definido” (CARDOSO, 2016, p. 87). Ou seja, a análise linguística do português que historicamente se falou em Macau, frente à formação do CPMac, perpassaria pela trajetória e distinção de ambos até sua situação atual.

O uso do Crioulo Português de Macau (CPMac), bem como do português falado em Macau, sofreu uma drástica redução nos últimos vinte anos, com o fim do “ciclo colonial português, tendo sido formalmente encerrado em 1999 com a transferência da administração de Macau para a República Popular da China” (MACHADO e BRAGA, 2014, p. 9). Pacheco (2009) nos faz ver que o uso da língua portuguesa na região - mesmo sendo esta ainda oficialmente reconhecida, é cada vez mais desestimulado. Contudo, não se perderam todos os laços culturais historicamente constituídos:

o povo de Macau, de uma forma mais diluída, constrói sua identidade em cima da herança colonial portuguesa, cujos laços foram rompidos recentemente, e a partir da dependência do governo da China, a que fora incorporado desde 1999, resultado de um acordo diplomático entre Portugal e aquele país (MELO, 2006, p. 111/112).

Na atual Região Administrativa Especial de Macau – RAEM, a língua materna da esmagadora maioria da população, também utilizada nas esferas oficial e administrativa, é o cantonês (PACHECO, 2009, p. 43). No entanto, no artigo 9º da Lei Básica que rege a RAEM, o status das línguas oficiais é assim definido: “Além da língua chinesa, pode-se usar também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português a língua oficial” (PACHECO, 2009, p. 43). Percebemos que é feita uma concessão à língua portuguesa - embora fique claro que prevalece a língua chinesa -, e o cantonês, por outro lado, é simplesmente omitido.

A RAEM conta com um território de 29 km² e sua população foi estimada, em fins de 2008, em 549.200 habitantes (PACHECO, 2009, p. 50). Considerada a população residente com idade igual ou superior a três anos, apenas 3.036 possuíam, em 2006, o português como língua corrente, não estando especificado se se trataria da língua materna (PACHECO, 2009, p. 48). Ainda conforme Pacheco, as demais “línguas correntes” da região, além do português, seriam o cantonês, o mandarim, o dialeto de Fujian, o inglês, o tagalo, outros dialetos chineses e mais outras línguas. Não sabemos se o CPMac estaria entre outros dialetos ou outras línguas. Devemos destacar, no entanto, que de acordo com o gráfico que Pacheco expõe em sua pesquisa, de todas essas línguas, o português é o menos usado.

4. OS CLÍTICOS NA LÍNGUA PORTUGUESA

Esse levantamento da expansão e evolução da língua portuguesa, nos diferentes continentes em que foi adotada, serve para demonstrar que a ocorrência de fenômenos linguísticos como a subida de clíticos, que é o objeto deste trabalho, pode variar no âmbito de uma mesma língua, tendo em vista a conformação de suas variedades.

Mas antes de cotejar o que a Gramática Gerativa apresenta a esse respeito, vamos definir clíticos, iniciando com os conceitos da Gramática Tradicional, que formalmente costumamos aprender.

Partiremos da definição de ‘clítico’, de acordo com o dicionário Caldas Aulete:

1. Gram. Referindo-se a vocábulo átono, diz-se daquele que, na pronúncia, integra-se à palavra que o antecede ou o sucede, como se fosse sílaba desta (ger. são preposições, pronomes oblíquos, conjunções etc.)

2. Ref. a tal vocábulo.

[F.: Do ing. *clitic*, oriundo de *enclitic* ou *proclitic* ('enclítico' e 'proclítico'); em português temos ainda *mesoclítico*.]

Complementamos com a definição de clítico oferecida por Bechara (2009), em sua “Moderna Gramática Portuguesa”:

Há vocábulos [...] que têm individualidade fonética e, portanto, acento próprio, ao lado de outros sem essa individualidade. Ao serem proferidos acostam-se ou ao vocábulo que vem antes ou ao que os segue. Por isso, são chamados clíticos (que se inclinam), e serão proclíticos se se inclinam para o vocábulo seguinte (o homem, eu sei, vai ver, mar alto, não viu) ou enclíticos, se para o vocábulo anterior (veja-me, dou-a, fiz-lhe). Os clíticos são geralmente monossilábicos que, por não terem acento próprio, também se dizem átonos. Os monossilábicos de individualidade fonética se chamam tônicos. Alguns dissílabos podem ser também clíticos ou átonos: para (reduzido a pra) ver, quero crer, quero porque quero. A tonicidade ou atonicidade de monossílabos e de alguns dissílabos depende sempre do acento da frase. (BECHARA, 2009, p. 68).

Dentre esses clíticos, vamos trabalhar com os pronomes átonos, os quais, como foi descrito nas definições acima, não têm individualidade própria, ou seja, não podem ser utilizados de forma isolada, e mantêm uma relação de dependência com o vocábulo anterior ou posterior a eles, que é um verbo.

Ainda, esses “itens possuem a mesma distribuição sintática dos sintagmas nominais - daí pro-nomes - e todos esses itens não tem uma denotação que possa ser determinada por seu significado lexical.” (MÜLLER, 2000, p. 1). Ou seja, a posição desses clíticos na estrutura sintagmática é a referente ao nome, mas sem que haja vínculo de significação com este.

A citada gramática de Evanildo Bechara (2009), de cunho estruturalista-funcionalista, explica que a cada um dos pronomes pessoais retos (eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas) corresponde um dos pronomes pessoais oblíquos átonos, que funcionam como complemento (BECHARA, 2009, p. 139). Dessa forma, ‘me’ é o complemento correspondente a ‘eu’, ‘te’ corresponde a ‘tu’, ‘se’, ‘o’, ‘a’, ‘lhe’ correspondem a ‘ele’ ou ‘ela’, ‘nos’ ao pronome reto ‘nós’, ‘vos’ a ‘vós’ e ‘se’, ‘os’, ‘as’ e ‘lhes’ a ‘eles’ ou ‘elas’.

Castilho (2014), por outro lado, observa as propriedades fonológicas dos clíticos no português, e identifica as seguintes diferenças: “Alguns têm uma estrutura silábica (consoante-vogal), como em ‘me’, ‘te’, ‘se’, e outros perderam o ataque silábico, como ‘o’, vindo do português arcaico ‘lo’, e suas variações de gênero e número” (CASTILHO, 2014, p. 303). Essa mudança, que gerou os clíticos ‘o’, ‘a’, ‘os’ e ‘as’, tornou estes iguais aos artigos definidos.

Bechara (2009) também comentou que o termo ‘clítico’ se originou do grego klísis, que significa ‘inclinação’, “pela possibilidade de integrar-se no mesmo grupo acentual da palavra a que se inclina na pronúncia, na curva melódica.” (BECHARA, 2009, p. 342). Como exemplos, traz as seguintes sentenças:

Li o livro – Li-o.
Viu as crianças – Viu-as.
Dei o livro a Pedro – Dei-lhe o livro.
Escreveram carta aos primos – Escreveram-lhes cartas. (BECHARA, 2009, p. 342).

Constatamos que nos exemplos dados, esses clíticos se inclinam nos verbos que se encontram antes deles, criando com estes uma relação de dependência.

De fato, “os clíticos pronominais têm um comportamento uniforme quanto aos padrões de colocação: todos eles exigem um hospedeiro verbal, o que se traduz num requisito de adjacência entre o clítico pronominal e uma forma verbal” (MAPASSE, 2005, p. 12).

Do universo de clíticos pronominais, selecionamos como foco da pesquisa apenas alguns pronomes pessoais oblíquos átonos usados habitualmente, para análise contrastiva das variedades da língua portuguesa.

4.1. Os Clíticos na Gramática Tradicional

No Brasil aprendemos que, de acordo com a Gramática Tradicional, existem três possíveis posições para os pronomes pessoais oblíquos átonos:

O pronome átono pode vir antes, no meio ou depois do verbo ou verbos (se for uma conjugação composta) [...]:
a) próclise: se o vocábulo átono vem antes: Ele se feriu (pronome átono próclítico);
b) mesóclise: se o vocábulo átono vem no meio (dos futuros, do presente e do pretérito): Vestir-se-á se puder. Vestir-nos-íamos se pudéssemos (pronome átono mesoclítico);
c) ênclise: se o vocábulo átono vem depois: Queixamo-nos ao diretor (pronome átono enclítico). (BECHARA, 2009, p. 223).

Próclise, ênclise e mesóclise são, portanto, conceitos definidos por regras gramaticais de posicionamento de clíticos nas sentenças.

Mas há diversos entendimentos do que seja uma regra gramatical: “A expressão ‘regra gramatical’ significa: (i) regularidade constatada nas construções da língua; (ii) expectativa criada pelos princípios da gramática internalizada; (iii) norma gramatical, que é a variedade linguística do Estado” (CASTILHO, 2014, p. 677). Vemos que Castilho busca conciliar as diferentes concepções de gramática, ao enxergar a regra gramatical seja como a norma padrão que estabelece como deve ser a língua oficial do Estado, seja como a descrição do uso da língua pela nação, seja também como o reflexo

dos “princípios da gramática internalizada”, preconizada pelo Gerativismo. Com isso, Castilho (2014) nos faz ver que as regras sobre o posicionamento dos clíticos podem obedecer a diferentes orientações, como a tradicional normativa, a que considera os contínuos de variação linguística, ou a que parte do estudo do sistema interno à mente do ser humano.

Utilizamos a “Moderna Gramática Portuguesa” de Bechara (2009), como base para mostrar a forma como é comumente ensinada a utilização de próclise, ênclise e mesóclise, com uma visão que em princípio é tradicional-normativa, pois busca considerar o que prescreve a norma padrão, inspirada na gramática lusitana em uso, mas que não desconsidera a evolução da língua, citando também alguns dos usos consagrados no Português do Brasil.

Assis (2011) observa, a esse respeito, que o português europeu é considerado “língua de cultura”, visto que “ostenta um dos mais ricos patrimônios literários do mundo ocidental. Em decorrência desse caráter, tornou-se língua padrão: é ensinada nas escolas e à que recorrem as pessoas cultas em situações formais (no púlpito, nas cátedras, na tribuna parlamentar...)” (ASSIS, 2011, p. 143). Acreditamos que essa visão decorra também do modelo colonial a que se sujeitaram os países que adotaram a língua oriunda de Portugal, conforme vimos ao pesquisar a história do português na África, na América e na Ásia.

A explicação de Bechara sobre o posicionamento dos clíticos relaciona o constituinte átono da sentença com o tônico:

O pronome átono pode assumir três posições em relação ao vocábulo tônico, donde a ênclise, próclise e mesóclise.

Ênclise é a posposição do pronome átono (vocábulo átono) ao vocábulo tônico a que se liga:

Deu-me a notícia.

Próclise é a anteposição ao vocábulo tônico:

Não me deu a notícia.

Mesóclise é a interposição ao vocábulo tônico:

Dar-me-ás a notícia. (BECHARA, 2009, p. 490).

Mas para explicar como utilizar os clíticos, Bechara (2009) apresenta situações que, de acordo com sua visão, determinam a sua colocação. “Critérios para a colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo o” são definidos por Bechara, em sua Gramática (BECHARA, 2009, p. 490). Dentre estes, citamos inicialmente os que se referem ao uso de próclise.

Um dos critérios para colocação dos pronomes pessoais átonos em posição proclítica, é: “Não se pospõe, em geral, pronome átono a verbo flexionado em oração

subordinada” (BECHARA, 2009, p. 490). Os exemplos apresentados para ilustrar esse critério são:

“Confesso que tudo aquilo me pareceu obscuro” [MA.1, 79].

“Se a visse, iria logo pedi-la ao pai” [MA.1, 87].

“Tu que me lês, Virgília amada, não reparas na diferença entre a linguagem de hoje...?” [MA.1, 91].” (BECHARA, 2009, p. 490).

Bechara (2009) retirou seus exemplos de clássicos literários, no caso, da obra “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis (MA.1), expoente da literatura brasileira que produziu o grosso de suas obras na segunda metade do século XIX. Dessa forma, Bechara demonstra o uso literário da próclise em determinados tipos de sintagmas.

Observamos que, se isolarmos do primeiro exemplo a oração subordinada “tudo aquilo me pareceu obscuro”, a próclise se mantém no PB. Ou seja, atualmente essa regra não se aplica especificamente a orações subordinadas.

Outro critério que para Bechara (2009) indica a necessidade de próclise é: “Não se pospõe pronome átono a verbo modificado diretamente por advérbio (isto é, sem pausa entre os dois, indicada ou não por vírgula) ou precedido de palavra de sentido negativo” (BECHARA, 2009, p. 491). Ele dá como exemplos:

“Sempre me recebiam bem.

Ninguém lhe disse a verdade.” (BECHARA, 2009, p. 491).

No entanto, “Se houver pausa, o pronome pode vir antes ou depois do verbo” (BECHARA, 2009, p. 491). O gramático novamente recorre a Machado de Assis, para exemplificar: “Ele esteve alguns instantes de pé, a olhar para mim; depois estendeu-me a mão com um gesto comovido” [MA.1, 86]” (BECHARA, 2009, p. 491). Vemos que Bechara quis afirmar que, no caso de verbo modificado diretamente por advérbio, em sentença que possa apresentar pausa entre o advérbio e o verbo, cabe a próclise ou a ênclise. Observamos que, neste como nos demais casos, é fornecida uma regra prescritiva, sem que haja explicações para a ocorrência do fenômeno. Esta é uma das características das Gramáticas Tradicionais, de cunho estruturalista.

Essas regras nos mostram, contudo, que a colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos na sentença não é aleatória, pois ela depende de alguns critérios definidos sintaticamente. Significa dizer que a organização dos elementos da sentença na estrutura sintagmática indica a posição em que se coloca em determinada língua o pronome pessoal oblíquo átono. Assim, se alguns clíticos se posicionam à esquerda do

verbo, enquanto outros vão para a sua direita, é em função da estrutura da sentença, mesmo aos olhos da Gramática Tradicional.

Ainda, prescreve Bechara (2009) que: “Não se pospõe ou intercala pronome átono a verbo flexionado em oração iniciada por palavra interrogativa ou exclamativa: “Quantos lhe dá?” [MA.1, 97]. “Quem me explicará a razão dessa diferença?” [MA.1, 158]. Como te perseguem!” (BECHARA, 2009, p. 491).

Bechara (2009) afirma, por outro lado, que: “Não se inicia período por pronome átono”, ou seja, não se usa próclise no início de período.” (BECHARA, 2009, p. 490). Contudo, a esse respeito, ele pondera, nas observações que se seguem a essa recomendação:

1. a) Ainda que não vitoriosa na língua exemplar, mormente na sua modalidade escrita, este princípio é, em nosso falar espontâneo, desrespeitado, e, como diz Sousa da Silveira, em alguns exemplos literários, a próclise comunica “à expressão encantadora suavidade e beleza” [SS.1, § 523, a, obs.]. Alguns modernistas, com Mário de Andrade à frente, tentaram estender essa próclise inicial de enunciado a todos os pronomes átonos, exagerando, porque isto não ocorre com o, a, os, as: O vi. Depois, só Mário persistiu no uso, apesar das ponderações de Manuel Bandeira. [...]
3. a) Em expressões cristalizadas de cunho popular aparece o pronome no início do período: “T’esconjuro!... sai, diabo!...” [MA.1, 97].” (BECHARA, 2009, p. 490).

Esse gramático retirou esses exemplos não só do citado romance de Machado de Assis, como também da obra “Lições de Português”, de Álvaro de Sousa da Silveira (SS.1). Destacamos que a explicação retirada desse segundo texto é de ordem meramente estilística.

Vemos, portanto, que essas considerações apresentadas por Bechara (2009), a respeito da próclise em início de sentença, nos fazem perceber uma gramática de imposições do que é considerado o “bom uso” da língua. Para o gramático clássico, a sintaxe acaba sendo uma prescrição de como devem ser as estruturas sintagmáticas e sentenciais, e, nesse contexto, Bechara considera a próclise no início da estrutura um desrespeito a um princípio tradicional. No entanto, em PB é comum se iniciar a sentença por pronome átono.

No que tange à colocação de pronomes pessoais átonos em sentenças que apresentem locução verbal, seja com auxiliar + infinitivo, seja com auxiliar + gerúndio, Bechara (2009) expõe:

- o pronome átono poderá aparecer:
- 1) Proclítico ao auxiliar:
Eu lhe quero falar.
Eu lhe estou falando.
 - 2) Enclítico ao auxiliar (ligado por hífen).
Eu quero-lhe falar.

Eu estou-lhe falando [...] e a conversação de Adrião foi-a lentamente acostumando à sua presença [EQ.4, 56].

3) Enclítico ao verbo principal (ligado por hífen):

Eu quero falar-lhe

Eu estou falando-lhe (mais raro) (BECHARA, 2009, p. 491/492).

Destacamos que o exemplo do item 2 foi retirado do conto de Eça de Queirós chamado “No moinho”, portanto, da literatura portuguesa do século retrasado.

A respeito desses casos em que há mais de uma possibilidade de posicionamento do clítico, Bechara (2009) considera a linguagem em uso, e ressalta:

“Com mais frequência ocorre entre brasileiros, na linguagem falada ou escrita, o pronome átono proclítico ao verbo principal, sem hífen:

Eu quero lhe falar (; Eu estou lhe falando)” (BECHARA, 2009, p. 492).

Como mais um critério, Bechara (2009) indica que, em se tratando de sentença que contém locução verbal formada por auxiliar + particípio, o pronome átono pode vir:

1) Proclítico ao auxiliar:

Eu lhe tenho falado.

2) Enclítico ao auxiliar (ligado por hífen):

Eu tenho-lhe falado” (BECHARA, 2009, p. 492).

Com isso, o autor alerta que: “Jamais se pospõe pronome átono a particípio.” (BECHARA, 2009, p. 492). Mas também observa: “Entre brasileiros também ocorre a próclise ao particípio: Eu tenho lhe falado.” (BECHARA, 2009, p. 492). Dessa forma, ele confirma que, nos casos de colocação de pronomes pessoais átonos em sentenças que apresentem complexos verbais, o brasileiro não costuma produzir as sentenças com uso do hífen, o que se percebe pela entonação silábica.

A “Moderna Gramática Portuguesa” de Bechara (2009) indica igualmente, em seus “Critérios para a colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo o”, os casos de utilização de ênclise, que trazem a seguinte recomendação:

Quando se trata de orações subordinadas coordenadas entre si, às vezes ocorre a ênclise do pronome átono na segunda oração subordinada. Também quando na subordinada se intercalam palavras ou oração, exigindo uma pausa antes do verbo, o pronome átono pode vir enclítico: “Mas a primeira parte se trocou por intervenção do tio Cosme, que, ao ver a criança, disse-lhe entre outros carinhos...” [MA apud MBa.2, 197]. Em todos estes e outros casos que se poderiam lembrar, a ação dos gramáticos se tem dirigido para a obediência ao critério exposto, considerando esporádicos e não dignos de imitação os exemplos que dele se afastam. (BECHARA, 2009, p. 491).

O exemplo apresentado por Bechara refere-se a uma citação de Machado de Assis retirada da obra “Últimos Estudos da Língua Portuguesa”, de Mário Barreto.

Bechara (2009) apresenta, por outro lado, uma exceção ao critério que afirma que não se pospõe pronome átono a verbo modificado diretamente por advérbio ou

precedido de palavra de sentido negativo (BECHARA, 2009, p. 491). Ele mostra que existe a possibilidade de se gerar a posição enclítica:

Com o infinitivo podem-se contrariar os princípios [...] anteriormente formulados:
Eu não quero falar-lhe.
Espero que não queira falar-lhe.” (BECHARA, 2009, p. 492).

Temos ainda a ênclise no caso do dativo de posse, que exprime o possuidor, com os seguintes exemplos fornecidos por Bechara (2009):

O médico tomou o pulso *ao* doente (tomou-*lhe* o pulso).
Doem-*me* as costas.
O vaso partiu-se-*me* (BECHARA, 2009, p. 350).

Entendemos que esses exemplos, contudo, não se aplicam mais ao PB, pois na língua em uso seriam expressos como: ‘O médico tomou o pulso do doente.’, ‘Me doem as costas.’ e ‘O meu vaso partiu’.

Ainda de acordo com Bechara (2009), temos que: “Não se pospõe pronome átono a verbo no futuro do presente e futuro do pretérito (condicional).” (BECHARA, 2009, p. 491). De fato, esse gramático prescreve, com base nos exemplos da obra de Alexandre Herculano, mais um escritor português do século retrasado, que “se coloca o pronome átono proclítico ou mesoclítico ao verbo: “Teodomiro recordar-se-á ainda de qual foi o desfecho do amor de Eurico...” [AH.1, 60]. “Os infiéis... contentar-se-ão, talvez, com as riquezas...” [AH.1, 146].” (BECHARA, 2009, p. 491).

Dessa forma, ele não torna a mesóclise peremptória, podendo-se substituí-la pela próclise. As sentenças tomadas como exemplo ficariam então, com o pronome proclítico: “Teodomiro se recordará ainda de qual foi o desfecho do amor de Eurico...” e “Os infiéis... se contentarão, talvez, com as riquezas...”. É esse o uso que se constata atualmente no português do Brasil.

A recomendação do uso do pronome átono mesoclítico é um caso interessante de manutenção de uma estrutura arcaica, em que o vocábulo átono ocupa uma posição interna aos verbos que se encontram nos tempos futuros - do presente e do pretérito -, o que é possível porque esses tempos se originaram da junção do verbo haver com outro verbo. Então, na verdade, o pronome estaria entre esses dois verbos. Bechara (2009) fornece o seguinte exemplo, já citado anteriormente, de mesóclise com pronome reflexivo: “Vestir-se-á se puder.” (BECHARA, 2009, p. 223). Podemos transformá-lo em “Há de se vestir, se puder”, uma vez que se origina de “Vestir-se há, se puder”.

Para embasar a existência da mesóclise, Martins (2016) descreve sua gênese - que, conforme dissemos, surgiu da combinação do verbo “*haver*”, posposto, com outro verbo -, além de seu histórico e de seu uso atual:

A morfologia verbal é um fator determinante no que diz respeito à mesóclise (i.e. a colocação do pronome clítico numa posição interna à forma verbal, como em: contar-te-ia, contar-te-ei). Este tipo de colocação dos pronomes clíticos é uma variante da ênclise associada à especificidade da morfologia do futuro e condicional [...]. A mesóclise é, no português europeu contemporâneo, própria da língua escrita e de registos orais formais. Foi comum às línguas ibéricas medievais mas sobrevive hoje apenas no português europeu, que neste aspeto se distingue do galego [...].” (MARTINS, 2016, p. 402/403, nota de rodapé).

Observamos, então, que, na prática, a mesóclise está em desuso, o que ocorre não somente no PB, como também no PM. De fato, Ermelinda Mapasse (2005), ao realizar uma análise comparativa entre variedades da língua portuguesa europeia, moçambicana e do PB, explica, ao versar sobre o Português de Moçambique: “No português moderno, os clíticos pronominais ocorrem numa posição adjacente à esquerda ou à direita a um hospedeiro verbal. Estas posições são denominadas, respectivamente, enclítica e proclítica. Existe ainda um padrão em regressão, a mesóclise.” (MAPASSE, 2005, p. 12).

Gessilene Silveira (1997), em sua dissertação de mestrado denominada “O comportamento sintático dos clíticos no português brasileiro”, sob orientação do professor Carlos Miotto, também considera a classificação de clíticos conforme a Gramática Tradicional, para evidenciar diferenças entre o PB e o PE. Ela atesta a prevalência do uso de próclise na fala dos brasileiros, concordando que “o português brasileiro generaliza a próclise nas sentenças raízes, subordinadas e imperativas, tanto em sentenças com um só verbo quanto em sentenças com dois ou mais verbos adjacentes” (SILVEIRA, 1997, i).

Silveira (1997) explica que, no PE, para distinção de uso de próclise e de ênclise, o que importa “é o tipo de constituinte que ocorre à esquerda do verbo; ou seja, próclise e ênclise são determinadas a partir do tipo de constituinte que precede o verbo na sintaxe.” (SILVEIRA, 1997, p. 15). Para esclarecer esse comportamento dos clíticos, Silveira discrimina as seguintes situações de uso destes no PE:

I. O clítico não se realiza em posição pré-verbal nas sentenças com o verbo em primeira posição, visto que essa seria a posição que antecede o verbo, e, pela Lei de Tobler-Moussafia, as formas clíticas não podem ocupar a posição inicial absoluta de frase. Como exemplo do que Silveira afirma, temos:

“a. Parece-me que choverá amanhã

b. *Me parece que choverá amanhã” (SILVEIRA, 1997, p. 15).

II. “Como ênclise, o clítico se realiza em sentenças raízes afirmativas com sujeito realizado” (SILVEIRA, 1997, p. 15).

Transcrevemos todos os exemplos de Silveira que ilustram essa situação:

- a. Ele visitou-me no último final de semana
- b. *Ele me visitou no último final de semana
- c. A Maria deu-lhe esse livro ontem
- d. *A Maria lhe deu esse livro ontem
- e. Deu-lhe esse livro ontem
- f. *Lhe deu esse livro ontem (SILVEIRA, 1997, p. 16).

III. O clítico se realiza como ênclise “também em sentenças com um argumento nominal topicalizado” (SILVEIRA, 1997, p. 16):

“a. Esse livro, a Maria deu-lhe ontem

b. *Esse livro, a Maria lhe deu ontem” (SILVEIRA, 1997, p. 16).

IV. “A ênclise também é própria de sentenças com adjetivos indefinidos [algum, outro, muito, pouco, etc.] em posição de sujeito” (SILVEIRA, 1997, p. 16):

- a. Alguns (estudantes) chamam-lhe mestre
- b. * Alguns (estudantes) lhe chamam mestre
- c. Os outros pediram-nos que saíssemos cedo
- d. *Os outros nos pediram que saíssemos cedo (SILVEIRA, 1997, p. 16).

V. Além disso, “a ênclise também é registrada em sentenças imperativas” (SILVEIRA, 1997, p. 16):

“a. Diga-me

b. *Me diga” (SILVEIRA, 1997, p. 17).

VI. A próclise “é obrigatória em sentenças que contêm constituintes negativos” (SILVEIRA, 1997, p. 17):

- a. Ninguém me disse que você estava passando mal
- b. *Ninguém disse-me que você estava passando mal
- c. A Maria não te visitou.
- d. * A Maria não visitou-te
- e. Nunca o vi tão sereno e obstinado
- f. *Nunca vi-o tão sereno e obstinado (SILVEIRA, 1997, p. 17).

VII. A próclise “também é registrada em orações com expressões quantificadas” (SILVEIRA, 1997, p. 17/18):

- a. Alguém o tinha avisado
- b. * Alguém tinha-o avisado
- c. Três homens se sentaram à mesa
- d. *Três homens sentaram-se à mesa
- e. Ambos se sentiam humildes e embaraçados

- f. *Ambos sentiam-se humildes e embaraçados
- g. Muito trabalho me deu essa descrição
- h. *Muito trabalho deu-me essa descrição (SILVEIRA, 1997, p. 18).

VIII. “A ênclise é obrigatória quando não há nenhum desencadeador da próclise em posição pré-verbal” (SILVEIRA, 1997, p. 20):

“a. Contaste-lhe que mentira?

b. Eles leram-no a todos” (SILVEIRA, 1997, p. 20).

A situação de uso desses clíticos, relativamente ao PB, considerando a fala, seria:

I. Me parece que vai chover amanhã.

II. Ele me visitou no último final de semana.

Ontem a Maria deu esse livro para ele/ela.

(Com relação ao exemplo à letra “e” desse item, observamos que este não apresenta sujeito realizado.)

III. Esse livro, a Maria deu ontem para ele/ela.

IV. Alguns estudantes o chamam de mestre.

Os outros nos pediram para sairmos cedo.

V. Diga.

Me diz.

VI. Ninguém me disse que você estava passando mal.

A Maria não te visitou.

Nunca vi ele tão sereno e obstinado.

VII. Alguém tinha avisado para ele.

Três homens se sentaram à mesa.

Ambos se sentiam humildes e embaraçados.

Essa descrição me deu muito trabalho.

VIII. Você contou que mentira para ele/ela?

Eles o leram para todos.

Vemos, assim, que há distintos condicionantes que definem no PB e no PE as posições dos pronomes pessoais átonos. Por exemplo, conforme afirma Martins (2016): “Alguns dos fatores que determinam a colocação enclítica ou proclítica no português europeu são fáceis de identificar, em particular a oposição entre orações principais e subordinadas finitas e a oposição de polaridade entre frases afirmativas e negativas.” (MARTINS, 2016, p. 403). Pois no PE os constituintes negativos, tanto quanto os

constituintes que introduzem orações subordinadas finitas, geram o deslocamento dos clíticos para a posição anterior ao verbo. Mas, nesse aspecto, o mesmo se dá no PB.

Martins (2016) apresenta os seguintes exemplos de uso de clítico no PB:

- a. O chefe me despediu. próclise ao verbo finito
- b. Me dá um beijo. próclise ao imperativo
- c. Você não pode me despedir. próclise ao infinitivo
- d. Ele está sempre me provocando. próclise ao gerúndio
- e. Você não tinha ainda me contado. próclise ao particípio passado (MARTINS, 2016, p. 402).

Assim como no exemplo da letra “b” acima, tanto no imperativo, quanto com verbos em outros modos, “o português brasileiro aceita naturalmente o pronome átono em início absoluto de frase (*Me parece que; me diga uma coisa*)” (TEYSSIER, 2014, p. 106).

Com relação à Lei de Tobler-Moussafia, Mapasse (2005) destaca que “Esta generalização não é válida para outras línguas românicas” (MAPASSE, 2005, p. 13, nota de rodapé). Deparamo-nos então com a existência de uma lei na língua portuguesa que na realidade estabelece a forma de utilização de um parâmetro da variedade falada especificamente em Portugal. Provavelmente foi sob a influência dessa lei que Bechara (2009) apresentou o já mencionado critério que afirma não se poder iniciar períodos por pronome átono, o qual vimos que não pode ser aplicado ao PB.

Ao relacionar algumas características do português brasileiro que se distinguem do português europeu, Ataliba de Castilho (2014) explica esse fenômeno: “Os pronomes átonos, por serem na verdade semiátonos, podem iniciar sentença, preferindo-se a próclise: ‘Me passa o bife’.” (CASTILHO, 2014, p. 193).

A par disso, no português do Brasil,

quando o pronome é complemento de um infinitivo, de um gerúndio ou de um particípio, vem sistematicamente ligado a eles; ex.: *Pode me dizer?* e não *pode-me dizer?*, *ia pouco a pouco se afastando* e não *ia-se pouco a pouco afastando*, *não tinha ainda se afastado* em lugar de *não se tinha ainda afastado*.” (TEYSSIER, 2014, p. 106).

Percebemos, do que extraímos dos “Critérios para a colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo o” da “Moderna Gramática Portuguesa”, que Bechara (2009) apresentou detalhadamente um grande conjunto de normas gramaticais, as quais se mostram meramente impositivas, sem um raciocínio válido que as embase, exemplificando-as com produções por vezes anacrônicas, de cunho escrito. É esse o caso das explicações acerca da mesóclise, que não faz mais parte da produção oral e escrita dos brasileiros.

Ilari (2014), ao comparar PB e PE, apresenta uma razão para esse tipo de procedimento dos gramáticos tradicionais: “a uniformidade das duas principais variedades do português é até certo ponto real na língua escrita, mas, precisamente por isso, a atenção dada à escrita teve, historicamente, o efeito de mascarar as direções novas que a língua do Brasil ia tomando” (ILARI, 2014, p. 26).

Pois conforme já relatamos, o português do Brasil seguiu um caminho de evolução que não foi equivalente ao do português europeu. Entretanto, “fenômenos mais salientes da gramática do Português Europeu (PE), como, por exemplo, a ordem dos clíticos”, foram incorporados à gramática do PB a partir “da segunda metade do século XIX, produzindo até mesmo hipercorreções” (BERLINCK, 2016, p. 157).

A par disso, conforme analisa Castilho (2014): “A tradição gramatical do Ocidente repousa na língua escrita. Muito do que sabemos sobre a gramática das línguas naturais é, na verdade, uma descrição da língua escrita” (CASTILHO, 2014, p. 221).

Devemos considerar que “no passado, a maioria dos autores que escreveram gramáticas ‘do português’ o fizeram de modo a ressaltar os aspectos que as variedades europeia e sul-americana do português têm em comum” (ILARI, 2014, p. 26). Significa dizer que esses estudos não focaram especialmente nos contrastes entre ambas variedades, mas, ao contrário, num aparente desejo de unificação. Consequentemente, concluímos que Bechara (2009) optou por adotar essa postura metodológica, que apresenta a Gramática Tradicional do português padrão ou culto, baseado no PE, do qual pode diferir o PB em uso.

5. OS CLÍTICOS NA GRAMÁTICA GERATIVA

Após ter registrado o enfoque da Gramática Tradicional, de cunho prescritivista, sobre a natureza e o posicionamento dos clíticos, vamos observar como a Teoria Gerativa os analisa, tendo presente que, conforme destaca a professora Eloisa Pilati (2006): “Numa teoria como a da Gramática Gerativa é necessário que, além de descrever os fatos, se encontre uma explicação para eles.” (PILATI, 2006, p. 13).

Ou seja, a diferença entre o enfoque tradicional e o gerativista é que, enquanto a Gramática Tradicional apenas descreve o fenômeno, a Gramática Gerativa procura compreendê-lo e, com isso, vai além, não só pela capacidade de enxergar as regras internas subjacentes a ele, como também por perceber que essas regras podem permitir resultados não licenciados pela norma tradicional.

Consideramos a teoria do Gerativismo denominada Princípios e Parâmetros, com a finalidade de demonstrar que na estrutura da língua há fenômenos que se mantêm inalterados, sejam princípios, sejam parâmetros, e outros, sempre paramétricos, que podem se modificar ao longo do tempo, sem que isso interfira na sua compreensão. Essa teoria “nos permite levantar hipóteses e interpretar os resultados empíricos, identificando e relacionando propriedades que sinalizem mudança na marcação do valor associado a um determinado parâmetro nas gramáticas do português.” (BERLINCK, 2016, p. 157).

Nesse contexto, vamos trabalhar, conforme já mencionado, com a análise da posição dos clíticos nas variedades da língua portuguesa, para verificar a ocorrência de subida de clítico. Trata-se, portanto, de uma análise morfossintática, que visa a identificar a relação entre os clíticos e as diferentes posições que estes assumem nas estruturas sintáticas.

Mioto (2009) explicita que “a sintaxe busca estabelecer como é que as palavras se organizam, quais palavras se juntam com quais outras para formar os constituintes maiores. Assim, duas palavras que estão uma do lado da outra podem pertencer a constituintes diferentes.” (MIOTO, 2009, p. 10). Jairo Nunes (2008) ressalta, a esse respeito: “Uma das propriedades centrais das línguas humanas é que constituintes sintáticos podem aparecer numa determinada posição e ser interpretados como se estivessem ocupando outra posição na sentença. Qualquer modelo que se quiser adequado terá que capturar esse fato.” (NUNES, 2008, p. 2/3). A mente do falante percebe intuitivamente essa organização, e compreende a composição dos constituintes, independentemente das regras que formalmente tenham sido definidas como o padrão de uma língua oficial. A sintaxe gerativista não se preocupa, portanto, com o que os manuais de gramática preconizam, mas, ao contrário, pesquisa o que a gramática interna do falante estabelece para sua língua materna.

Pois, para que uma sentença seja “pronunciada é preciso prepará-la, convertendo-a em outra representação que coloca as palavras na ordem em que vão ser pronunciadas.” (MIOTO, 2009, p. 87). Ou seja, a intuição do falante faz com que ele ordene o pensamento que deseja expressar de acordo com as regras internas à mente, e para tanto ele deve mover constituintes “para colocá-los na ordem em que vão ser pronunciados” (MIOTO, 2009, p. 91). Dessa forma, sentenças produzidas de forma gramatical e inteligível são também reorganizadas, na mente do interlocutor, de acordo com sua estrutura original. Negrão (2015) lembra que “Milner (2002) chamou

‘paradoxo posicional’ a propriedade das línguas humanas segundo a qual os constituintes se realizam nas sentenças em posições diferentes daquelas que parecem ocupar para carregar a interpretação que é a eles associada” (NEGRÃO, 2015, p. 85).

Isso indica que não existe produção aleatória dos constituintes do sintagma. “Ao fazer emergir o caráter gerativo da linguagem, a sintaxe utiliza regras computacionais para construir sintagmas e frases. A mera existência de tais regras deixa transparecer que, em nenhuma língua, é possível combinar aleatoriamente itens lexicais” (KENEDY, 2015, p. 14). Consequentemente, um dos princípios das línguas humanas é que todas são estruturadas conforme regras que possibilitam que se produzam sentenças gramaticais. Inês Sautchuk (2010) explica que “existe uma estrutura linguística imutável que sustenta a língua e subjaz a quaisquer outras realizações que dela se façam: essas são as leis constitutivas de uma língua” (SAUTCHUK, 2010, p. 3). Em vista disso, para encontrar uma explicação para os fatos é necessário investigar por que eles ocorrem de uma determinada maneira e não de outra, e por que ocorrem em uma língua e não em outra.

Tais fatos linguísticos podem indicar regras universais, que constituem os princípios, ou regras computacionais particulares para uma determinada língua, que são relativas aos parâmetros. Pois, para a Língua-I, “ao passo que certas regras sintáticas são particulares e dependentes de uma língua ou de uma tipologia linguística, [...] outras regras são universais e independentes de uma língua específica” (KENEDY, 2015, p. 16). Dessa forma, os casos de subida de clítico ocorrem em algumas línguas em cumprimento a uma regra oriunda da GU, e não em atendimento a uma regra gramatical pautada na norma culta, do bem falar.

De acordo com o resumo que encabeça o artigo de Cruz e Namiuti (CRUZ e NAMIUTI, 2019, p. 393), a subida de clítico “é um fenômeno atestado em predicados complexos e caracteriza-se pela adjacência do pronome clítico ao verbo auxiliar ou semiauxiliar. Trata-se de um fenômeno presente, em geral, nas línguas românicas.” (op. cit.). Temos nessa definição o fato de que a subida de clítico é comum nas línguas românicas, ocorre em predicados complexos, e se constitui na adjacência do clítico a um verbo auxiliar ou semiauxiliar. Dito de outra forma: “Por “subida de clítico” (*clitic climbing* ou, também, “alçamento de clítico”), deve-se entender casos em que se tem, em uma construção com dois ou mais verbos, um clítico ligado a um verbo que não lhe atribuiu papel temático.” (REIS, 2011, p. 1). Ou seja, considerando-se que, em uma sentença com dois ou mais verbos, o pronome clítico liga-se originalmente ao ‘verbo

principal', ou seja, ao que lhe atribui papel temático, diz-se que houve subida de clítico quando o clítico passa a se ligar ao verbo auxiliar ou semiauxiliar, seja como próclise, seja como ênclise.

Conforme explica Silveira (1997), a respeito do lugar que o clítico ocupa:

os clíticos são determinantes relacionados aos verbos e não aos nomes, o que os leva a ter seus traços checados em núcleos funcionais relacionados aos verbos. Em outras palavras, o lugar para onde o clítico se move é um núcleo funcional que possui traços que deverão ser checados pelo verbo. (SILVEIRA, 1997, p. 32).

Temos então a propriedade dos clíticos de se associarem ao verbo, de se tornarem adjacentes a este, formando um mesmo complexo verbal (SILVEIRA, 1997, p. 8). Pois, “apesar de o clítico ocupar posições diferentes em relação ao verbo, em ambos os casos o clítico e o verbo estão incorporados formando um complexo de núcleos” (SILVEIRA, 1997, p. 7).

De fato, nas línguas românicas em geral, entre as quais o português, os clíticos são, conforme afirma Silveira (1997), determinantes relacionados aos verbos e não aos nomes, e o lugar para onde se movem é um núcleo funcional com o qual o verbo exhibe marcas de concordância. Pois, nessas línguas, só existe clítico com base verbal, ou seja, não há clíticos ligados a nomes. E esse clítico, por ser um morfema átono, ou seja, por não ter acento isoladamente, tem que se anexar fonologicamente a um radical, que originalmente é o verbo que lhe atribui papel temático. Portanto, só ocorre a subida desse clítico se houver um elemento atrativo que o leve a estar contíguo ao verbo auxiliar ou semiauxiliar do complexo verbal.

Esses elementos atrativos são os mesmos que produzem a próclise em contextos como os das orações negativas, as orações subordinadas, as orações em que o sintagma pré-verbal é um quantificador, um operador QU, um sintagma focalizado ou um advérbio de certa classe (GALVES e LOBO, 2009, 175).

Por outro lado, Cruz e Namiuti (2019) afirmam que “para os estudos gerativistas, a possibilidade de clítico aparecer não contíguo ao verbo, manifesta a independência que essa partícula tem em relação ao núcleo funcional do verbo” (CRUZ e NAMIUTI, 2019, p. 394). Isso pode significar uma mudança nas características dessa partícula, que nesse caso deixa de se comportar como um morfema átono, o qual fonologicamente teria que se anexar necessariamente a um radical. É um fenômeno que ocorre no Português do Brasil.

Galves (2016) ressalta que, de fato, o Português do Brasil possui, nesse aspecto do posicionamento dos clíticos, algumas características que o distinguem de outras

línguas românicas, e, em particular, do português europeu. A autora explica como se dá essa diferenciação paramétrica:

A morfossintaxe dos pronomes é um dos aspectos da gramática do português brasileiro que mais aponta para uma diferenciação paramétrica forte dessa língua em relação ao português europeu e, de forma mais geral, às outras línguas românicas. [...] alguns aspectos centrais dessa morfossintaxe e da variação no seu uso, tanto diacronicamente quanto sincronicamente: perda da diferenciação da segunda e terceira pessoa do singular no paradigma pronominal, interpretação de 1ª pessoa do sujeito nulo com 3ª pessoa do singular na flexão verbal, morfologia casual invariável dos pronomes fortes (...) (GALVES et al., 2016, p. 124).

Galves (2016) observa, com isso, que o português do Brasil se diferencia tanto do português europeu, quanto de outras línguas românicas, por apresentar características morfossintáticas próprias no caso dos pronomes pessoais, que se referem a diferentes posições na estrutura sintática, ocupadas conforme a forma que assumam. Pois, no PB, por exemplo, quando a morfologia não exige que se coloque o clítico próximo ao elemento tônico, com hífen, significa que esse clítico não possui mais todas as características de um pronome átono. E essas diferenças morfossintáticas desses itens lexicais que são os clíticos se refletem em diferenças paramétricas que distinguem o PB de outras variedades de português.

Também, conforme foi relacionado por Galves (2016), a diferenciação da segunda e terceira pessoa do singular, que a Gramática Tradicional apresenta no paradigma pronominal da língua portuguesa, deixou de existir no Brasil, conforme exemplifica Viotti (2015):

Por causa do fato de *você* ter forma de terceira pessoa, mas semântica de segunda, que podemos dizer, tranquilamente, algo como enunciado 1, em que dois pronomes átonos de pessoas diferentes – *se* é de 3ª e *te* é de 2ª - são usados para fazer referência à segunda pessoa.

1. Você *se* lembra daquele dia em que eu *te* encontrei na faculdade? (VIOTTI, 2015, p. 138)

As outras características citadas por Galves (2016), que são distintas do português do Brasil, como a interpretação de primeira pessoa do sujeito nulo com terceira pessoa do singular, na flexão verbal, e a morfologia casual invariável dos pronomes fortes, embora não se refiram aos clíticos, indicam situações decorrentes do fenômeno da deficiência, ainda segundo Galves, em um pronome que careça de pelo menos um traço de concordância. “Os reflexos de tal deficiência são sentidos sintaticamente, ou seja, têm implicações em como o mecanismo de concordância funcionará” (GALVES, 2016, p. 139). Dessa forma, inferimos da explicação de Galves que um pronome deficiente pode entrar em uma relação de concordância com um verbo,

ocupando o lugar de um núcleo funcional, mesmo que não se satisfaçam algumas condições (GALVES, 2016, p. 139).

Além do que Galves (2016) aponta a esse respeito, e que se relaciona à interpretação de primeira pessoa do sujeito nulo com terceira pessoa do singular na flexão verbal, Negrão (2015) observa que:

no português brasileiro, as marcas morfológicas de concordância no verbo perderam a capacidade de, por elas mesmas, identificar a referência do constituinte ocupando a posição de sujeito e, portanto, deixaram de desempenhar o papel de tornar visível a relação de predicação entre o sujeito e o predicado de suas sentenças. (NEGRÃO, 2015, p. 100).

Embora Galves e Negrão estejam se referindo, nesse caso específico, ao argumento externo, a perda de marcas morfológicas de concordância do verbo também afeta a forma como o verbo seleciona seus argumentos internos, como o objeto direto e o objeto indireto.

Nesse sentido, Galves (2016) apresenta “a ideia de que as expressões nominais do PB podem ser [+K], quando dispõem de um traço de Caso, ou [-K], quando não dispõem de um traço de Caso”, no âmbito dos constituintes pronominais (GALVES, 2016, p. 145/146). Seria essa uma situação específica do português do Brasil – e não de outras variedades de português - de um pronome deficiente, [-K], que pode entrar em uma relação de concordância com um verbo, ocupando o lugar de um núcleo funcional, mesmo que não satisfaça algumas condições.

Conforme explicou Miotto (2009), na sentença “A menina ama o menino”, o papel temático do caso nominativo – o agente – é definido pela posição pré-verbal, e o papel do caso acusativo – o paciente - é definido pela posição pós-verbal (MIOTTO, 2009, p. 95). No caso dos clíticos, é, em princípio, por sua posição e sua morfologia que eles manifestam os casos acusativo, dativo, genitivo, locativo, etc. Na sentença “A menina o ama”, em que ‘o menino’ foi substituído pelo clítico correspondente, não há manutenção da posição pós-verbal, mas ocorre a mudança desse clítico para uma posição pré-verbal adjacente ao verbo, à direita do agente. Conforme explica Miotto, “devemos notar (...) que o pronome pessoal *o* é um clítico (isto é, ele se pendura à esquerda do verbo amar, em vez de aparecer na posição normal de argumento interno); (...) o DP *o* tem caso acusativo, pois é o argumento interno do verbo amar” (MIOTTO, 2009, p. 98). Ocorre, contudo, que a sentença “A menina o ama” é comumente proferida em PE, mas não em PB, no qual o usual é dizer “A menina ama ele”. De fato, Kato apresenta o seguinte exemplo:

“b. Mas Maria não ama ele. (séc. 20)” (KATO, 2006, p. 13).

Sobre esse tipo de situação, referente ao caso acusativo, verificamos que Magalhães (2004) lembra que “o Caso acusativo ou nominativo de um DP é uma propriedade morfológica do seu núcleo” (MAGALHÃES, 2004, p. 155). Ela também explica que, para Chomsky, a interpretabilidade dos traços é determinada no léxico, pela GU, e a distinção entre os traços é estabelecida em termos de valor (MAGALHÃES, 2004, p. 152).

Os clíticos têm propriedades como a que define que “um clítico não pode ser coordenado” com outro clítico, ou mesmo com um DP lexical ou um pronome (SILVEIRA, 1997, p. 5). Para exemplificar, a autora citou duas sentenças agramaticais:

“*Ele emprestou-me e para a Maria o passe escolar.

*Ele emprestou-me e para ele o passe escolar.” (SILVEIRA, 1997, p. 6).

Temos, além destas, mais uma propriedade: “Um clítico nunca pode ocorrer como um item isolado” (SILVEIRA, 1997, p. 5). Ou seja, isoladamente, o clítico ‘lhe’, ou ‘o’, assim como qualquer outro, não tem valor semântico.

A partir dessas propriedades, compreendemos por que os clíticos são considerados por Silveira (1997) itens que se opõem em alguns aspectos a outros argumentos sintáticos como um DP lexical e um pronome (SILVEIRA, 1997, p. 3). Pois estes últimos geralmente se encontram em posição de argumento, podem estar coordenados entre si e podem ocorrer como itens isolados, em resposta a estruturas interrogativas QU.

A subida de clítico no português está relacionada aos elementos morfossintáticos que há nos elementos lexicais, em particular nos verbos auxiliares. Reis (2010) se baseia em Anabela Gonçalves (1996), autora de “Aspectos da Sintaxe dos Verbos Auxiliares do Português Europeu”, para explicar que esses verbos auxiliares têm de pertencer ao mesmo domínio frásico do verbo principal, evidenciando um forte grau de coesão sintática, e que, além disso, são desprovidos de uma grelha argumental própria, ou seja, de argumentos a eles ligados (REIS, 2010, p. 382). Reis aproveita para também destacar que, pela Teoria de Princípios e Parâmetros, todo auxiliar “deve ser um V que seleciona um VP” (REIS, op. cit.).

A par disso, Reis relaciona as condições que, segundo Gonçalves (1996), existem quando um verbo é auxiliar, e que são as seguintes:

1. Impossibilidade de coocorrência com uma oração completiva finita e com uma oração completiva infinitiva; (...)
2. Impossibilidade de negação do predicado verbal encaixado (ou “principal”); (...)

3. Obrigatoriedade de subida de clítico para uma posição de adjacência à esquerda ao (primeiro) auxiliar, em condições que determinam a ordem cl-V; (...)
4. Impossibilidade de ocorrência de modificadores frásicos com valores temporais distintos; (...)
5. Impossibilidade de substituição do verbo principal e seus argumentos pelo clítico verbal demonstrativo o; (...)
6. Não imposição de restrições de seleção ao SN que ocupa a posição de Sujeito final, que deve ser semanticamente compatível com os chamados verbos principais; (...)
7. Não atribuição de papel- θ externo, que varia de acordo com a grade temática do verbo “principal”. (GONÇALVES, 1996, p. 10, APUD REIS, 2010, p. 382).

Vemos, por essa relação, que uma das condições que surgem nas produções com os verbos auxiliares é a ocorrência de subida de clítico, que passa a se inclinar para o auxiliar à direita.

No entanto, conforme também assinala Reis (2010), as variedades de português apresentam diferenças “da colocação (e talvez a própria natureza) dos pronomes clíticos” (REIS, 2010, p. 381). Para justificar essas diferenças, Reis (2010) se baseia em Gonçalves (1996), que propõe diferentes designações para o que genericamente consideramos verbos auxiliares, com base em critérios semânticos:

somente os verbos *ter* e *haver* seguidos de particípio do português europeu (PE) podem ser considerados auxiliares, enquanto verbos como *ir* seguido (da construção temporal), *poder* (construção modal), *estar a* (construção aspectual) seguidos de infinitivo e o *ser* da passiva poderiam ser considerados “semiauxiliares”, por apresentarem algumas características de um auxiliar. (REIS, 2010, p. 381).

Nesses casos, o fenômeno da subida de clítico deve ser analisado considerando-se essas diferenças entre verbos auxiliares e semiauxiliares e o tipo de construção que compõem.

No entanto, há casos em que a subida de clíticos não ocorre, por ter havido o desaparecimento do próprio clítico. A esse respeito, Kato (2002) afirma que “o objeto nulo passa a aparecer com o desaparecimento do clítico de terceira pessoa.” (KATO, 2002, p. 331). É o que percebe no seguinte exemplo:

b. ... quando eu fui no curral, peguei um bocado de bosta_i de vaca e taquei (cv)_i em cima do ferimento... (KATO, 2006, p. 11).

Mas a interpretação que Kato faz desse fenômeno, ao enxergá-lo como um desaparecimento, não é propriamente da não existência desse clítico, mas de uma não produção. “Em consonância com essa visão, Kato (1993) analisa o objeto nulo brasileiro como um clítico nulo, já que os demais ainda existem e o nulo completaria o paradigma (me-, te-, - \emptyset).” (KATO, 2006, p. 12).

Conforme já observamos ao expor as normas da Gramática Tradicional, esta não acompanha todas as mudanças que vão ocorrendo na língua, ou as considera inadequadas para integrar o ensino formal. Com isso, por mais que se queira impor uma

língua padrão, a fala e escrita monitoradas não a seguem a contento. Duarte, ao refletir sobre o desaparecimento do clítico de terceira pessoa, interpreta este fenômeno da seguinte forma:

A verdade é que colocamos os clíticos de maneira assistemática, às vezes contrariando ao mesmo tempo a nossa própria L1 e a gramática que serviu de modelo ao ensino; perdemos os clíticos para referência à terceira pessoa (o acusativo, o dativo e o indefinido) e, quando os recuperamos na escrita, não é raro trocarmos um pelo outro – o acusativo pelo dativo e vice-versa – não porque não fomos bons alunos, mas porque não temos mais intuição sobre eles. (DUARTE, 2016, p. 33).

Duarte (2016) menciona, nesse trecho, alguns dos motivos que podem ter gerado alterações nos parâmetros de uso dos clíticos. Não se trata de um ato de subversão às regras computacionais, como poderia parecer, pois se isso ocorresse, o resultado seriam sentenças agramaticais. Ao afirmar que “colocamos os clíticos de maneira assistemática”, Duarte está cotejando, conforme já dissemos, a fala espontânea com a prescrição da Gramática Tradicional, e ao afirmar que não se demonstra mais intuição sobre o comportamento dos clíticos na escrita, é porque esta é um processo artificial de organização sintática anacrônica. Essa falta de intuição sobre os clíticos, decorrente do desaparecimento do clítico de terceira pessoa no PB, indica, por outro lado, que nessa variedade não haveria mais subida de clíticos. Mas se a produção, oral ou escrita, mostrar-se gramatical, é sinal de que estão sendo observadas as propriedades de colocação dos clíticos na sentença, mesmo que seja um clítico nulo.

Pois, se perdemos os clíticos, conforme também afirma Duarte (2016), é porque eles não podem mais ser licenciados, visto que, como afirma Jairo Nunes (2008): “a faculdade da linguagem tem domínios que são regidos por questões de economia e otimização” (NUNES, 2008, p. 1). Significa dizer com isso que, se um dos sintagmas de uma sentença não é necessário para sua compreensão, este pode ser omitido pela GU. Dessa forma, se o clítico ‘o’, usado para identificar o complemento como OD, ou o clítico ‘lhe’, que serve para identificá-lo como OI, não são necessários para essa identificação, a língua pode não licenciar tais clíticos.

Cruz e Namiuti (2019) afirmam, em concordância com Reis (2011), que atualmente, no PB, ocorre subida de clítico apenas nas sentenças que apresentam construções passivas, e que, portanto, contêm em sua estrutura um participípio, o qual “na condição de forma infinita do verbo, que pode reunir traços tanto verbais quanto nominais (as suas características adjetivais) [N+, V+], não apenas marca a passiva, mas também compõe a construção do tempo composto.” (CRUZ e NAMIUTI, 2019, p.

398/399). Ou seja, como forma nominal do verbo, o particípio se comporta tanto como elemento verbal do tempo composto, quanto como elemento qualificador.

Assim, a explicação para o fato de não haver mais subida de clítico no PB está na mudança, nessa variedade, das características do clítico, que deixou de ser um morfema átono, o qual não poderia existir isoladamente por não ter acento, e adquiriu tonicidade, de forma que, fonologicamente, não tem que estar necessariamente anexado a um radical que lhe atribua papel temático.

Com isso, vemos que ocorreu uma mudança paramétrica, decorrente de propriedades fonológicas do clítico, que indicam mudança na marcação do valor associado ao parâmetro de subida do clítico que, de acordo com as gramáticas do português, geram a próclise ou a ênclise.

6. SUBIDA DE CLÍTICOS NAS VARIEDADES DA LÍNGUA PORTUGUESA

O objetivo principal deste trabalho é demonstrar, sob o enfoque gerativista, que o fenômeno de subida de clíticos representa modificações paramétricas que podem variar na língua portuguesa. Para atingi-lo, necessitamos comparar diferentes variedades da língua portuguesa, que se distinguiram umas das outras justamente por ter havido mudanças entre elas.

Ao levantar um breve histórico da língua portuguesa no mundo, para tomar conhecimento de suas variedades e das línguas crioulas que dela se originaram, verificamos que há falantes de língua materna do português europeu – PE, português do Brasil – PB, português de Angola – PAng, português do Libolo - PLb, português de Moçambique – PM, crioulo Caboverdiano – CCv, português de Cabo Verde – PCV, crioulo Guineense – CG, português de São Tomé e Príncipe – PST e português do Timor-Leste – PTL.

Iniciamos essa pesquisa pela comparação entre PB e PE, mas também encontramos material bibliográfico sobre produções encontradas em outras variedades de português, as quais eventualmente apresentam distinções frente ao PE e ao PB.

Para compararmos as diversas variedades de português faladas em diferentes continentes, deveríamos, a rigor, poder classificar os dados de acordo com as características dos falantes que têm o português como língua materna, como suas idades. Ocorre que, para o Gerativismo, “qualquer modelo de estudo da mudança terá de lançar mão de dados reais, da língua em uso, venham esses dados da fala ou da escrita de outras sincronias.” (DUARTE, 2016, p. 29). No entanto, não possuímos informações

que possibilitem distinguir os exemplos fornecidos nas referências bibliográficas. Por outro lado, qualquer dado produzido em língua materna é real.

Ao analisarmos a subida de clíticos pronominais - originalmente denominada pelo Gerativismo *clitic climbing*, pesquisamos em que variedades da língua portuguesa ela ocorre. Relacionamos algumas variedades da língua portuguesa que apresentam distintos parâmetros para os fenômenos atribuídos ao posicionamento dos clíticos, gerando uma comparação entre eles. Não incluímos nenhuma variedade da Ásia porque as que ainda existem são atualmente utilizadas em contexto de L2.

Identificamos, entre essas variedades, diferenças no posicionamento dos clíticos. Conforme já registramos, no PB, a próclise é extremamente produtiva. Martins (2016) apresenta as situações em que ela ocorre:

No quadro românico, o português brasileiro falado tem o sistema mais simples, pois apresenta próclise generalizada, com o clítico a ocorrer sempre imediatamente antes do verbo de que é complemento, quer com as formas finitas quer com as formas não finitas do verbo, incluindo, além do infinitivo e do gerúndio, o particípio passado (cf. Kato/Martins 2016).” (MARTINS, 2016, p. 401/402).

Galves e Lobo (2009) demonstram, por outro lado, que a posição do clítico pode variar conforme a pessoa a que este se refira. No estudo que realizaram, constataram que “a forma do clítico tem uma nítida influência sobre a sua colocação: os pronomes *me*, *nos* e *o/a* e são sempre proclíticos; o pronome *se* é o único que ocorre em ordem variável, apresentando uma alternância muito equilibrada entre próclise e ênclise.” (GALVES e LOBO, 2009, p. 197).

Duarte, por sua vez, indica que o falante de português do Brasil tem dificuldade tanto de trabalhar a ênclise na linguagem formal, quanto de fazer distinção entre o uso de diferentes clíticos:

a nossa indecisão entre favorecê-lo e favorecer-lhe, entretê-los e entreter-lhes, interessar-lhes e interessá-los, obedecer-lhes e obedecê-los é flagrada com frequência em textos de autores com grande prática da escrita. E nem sempre isso se deve a alguma mudança na transitividade do verbo, mas à nossa falta de familiaridade com esses clíticos que não compuseram os dados primários a que fomos expostos na aquisição da nossa primeira gramática. Na falta de intuição, um ou outro serve! (DUARTE, 2016, p. 33).

De acordo com Teyssier (2014), processo semelhante ocorre com o clítico no português de Angola:

Se às semelhanças de vocabulário acrescentarmos as identidades sintáticas, como uma grande liberdade na colocação dos pronomes átonos ou o emprego da construção *eu vi ele* por *eu vi-o*, não podemos deixar de surpreender-nos pelas analogias que existem entre o português de Angola e o do Brasil” (TEYSSIER, 2014, p. 122).

Mapasse (2005) afirma que “o PE admite Subida do Clítico, que consiste na selecção para hospedeiro verbal de um verbo do qual o clítico pronominal não é dependente.” (MAPASSE, 2005, p. 14). Significa dizer que no português europeu a subida de clítico ocorre quando existe uma locução verbal formada com as formas não finitas do verbo, seja como ênclise, seja como próclise.

O português de Libolo apresenta o clítico “lhe” em posição de próclise. Figueiredo, Jorge e Oliveira (2016) argumentam que:

Quanto ao facto de os clíticos aparecerem em posição proclítica, importa observar – levando em consideração o enfoque generativista segundo o qual os clíticos não ocupam a mesma posição em que os argumentos são concatenados à estrutura – que os clíticos, por uma operação de movimento, alcançam uma determinada posição na sentença, fora do sintagma verbal (VP). Assim, uma vez que elementos pronominais clíticos “deixam” os constituintes nucleados por verbos, pode argumentar-se que a posição à direita de elementos de natureza verbal é “ocupada” por uma categoria não pronunciada foneticamente – e não reduplicada –, em especial, no que se refere a propriedades referentes a elementos pronominais no PLb. A essa observação acrescentamos – de maneira informal – a seguinte representação: o símbolo (_) marcará a posição de onde teriam saído os clíticos [...]. Os clíticos, então, podem ser associados a argumentos/complementos de verbos transitivos directos, de verbos bitransitivos e de verbos transitivos indirectos (FIGUEIREDO, JORGE e OLIVEIRA, 2016b, p. 256).

Dessa forma, a par de explicar que o português do Libolo apresenta como parâmetro a subida do clítico “lhe”, os citados autores descrevem como se dá esse processo, detalhando que o clítico sai de sua posição inicial ligada ao núcleo do sintagma verbal (VP) – distinta da posição DP do argumento interno - deixando em seu lugar uma categoria não pronunciada, representada por “(_)”. Em seguida, esse clítico executa uma operação de movimento em direcção à esquerda do verbo.

Por outro lado, no português moçambicano, “nos casos de perífrases verbais, a tendência dominante é para a colocação do clítico em ênclise ao verbo auxiliar” (MAPASSE, 2005, p. 3). Ou seja, parece que ocorre a subida do clítico, mas com posição enclítica, de forma que ele se inclina à esquerda. No entanto, baseando-se no texto “Tipologia de ‘erros’ do Português Oral de Maputo: um primeiro diagnóstico”, de Perpétua Gonçalves, a autora transcreve deste que “Só uma investigação posterior pode revelar se é correcto analisar, do ponto de vista acentual, o pronome como sendo enclítico ao verbo auxiliar, ou proclítico ao verbo principal” (MAPASSE, 2005, p. 3).

O PLb e o PM diferem, nesse aspecto, do PB. Conforme foi evidenciado por Figueiredo, Jorge e Oliveira (2016), na visão da gramática gerativa, não existe abandono de algum constituinte, nem poderia haver. Assim, pode haver o apagamento ou desativação do item gramatical que representaria o item lexical, com manutenção de sua ideia na mente do falante. Ao citar o fenómeno de transmissão linguística irregular,

Alex Batista Lins (2009), com base nos estudos de Baxter e Lucchesi, registrou a existência de processos leves que resultaram em variedades populares do português do Brasil, caracterizadas, entre outros aspectos, pela redução ou eliminação de morfemas gramaticais livres, tais como pronomes clíticos, conectivos preposicionais etc. (LINS, 2009, p. 281/282).

Os elementos morfossintáticos dos verbos auxiliares estão relacionados ao quadro pronominal da língua portuguesa, ou seja, se o clítico que se liga ao auxiliar é de 1ª pessoa, de 2ª pessoa, ou de 3ª pessoa. Mas no PB os clíticos de 3ª pessoa, que vem a ser ‘lhe’ ou ‘o’, ‘a’, ‘os’, ‘as’, ainda produzidos nas demais variedades de português, já se perderam, vindo a ser substituídos pelos pronomes fortes. A análise de Nelize Omena (1978) a respeito do uso dos clíticos acusativos no PB, citada por Duarte (2016), explica esse processo de perda:

o clítico acusativo de terceira pessoa já não fazia parte da gramática do brasileiro (e aqui estamos usando o conceito de gramática que a linguística nos ensinou); Omena (1978) não atestou qualquer ocorrência do clítico acusativo, o que nos revelou que o brasileiro não letrado realizava as funções acusativas anafóricas com um pronome nominativo ou mais frequentemente por meio de uma categoria vazia (referida por Omena como anáfora zero dentro do quadro funcionalista que orientou a pesquisa, e hoje tratada mais comumente como objeto nulo). Essa forma de realização do acusativo anafórico, aliás, muito mais frequente do que o uso do pronome nominativo em função acusativa, nunca foi notada pelos nossos gramáticos normativos, porque não apresentava saliência (nem aos seus ouvidos nem “aos seus olhos” ...). Isso fica evidente na insistente condenação do uso do “pronome tônico”, como se este fosse frequente. Ledo engano! Frequente é o apagamento do objeto anafórico! (DUARTE, 2016, p. 23).

De modo que os clíticos “o”, “a”, “os”, “as” não fazem mais parte da gramática do PB, ou seja, foram apagados, gerando uma categoria vazia (_) que ainda assim estabelece relação anafórica entre esta e o correspondente DP. “Uma das propriedades sintáticas que mais caracteriza o português brasileiro (PB) é a perda dos clíticos acusativos de terceira pessoa o(s)/a(s) e seus alomorfes.” (NUNES, 2015, p. 61). Berlinck (2016) oferece uma explicação para essa peculiaridade:

O PB é a única língua românica que apresenta a possibilidade de um objeto nulo com características peculiares devido à mudança sintática que a língua sofreu. Essa mudança, a perda do clítico neutro/invariável *o* e, posteriormente, a perda de todos os clíticos acusativos de terceira pessoa (CYRINO, 1994), leva à elipse de um sintagma nominal (BERLINCK, 2016, p. 168).

Contudo, também apresenta elipse do complemento o denominado “português culto de Angola” (FIGUEIREDO, 2013, p. 149). Este apresenta “objeto nulo não-referencial, traduzindo não uso do pronome acusativo “o(s)/a(s)”.” (FIGUEIREDO, 2013, p. 149). Figueiredo exemplifica com uma frase retirada de um cartaz informativo do Governo angolano, incluído em seu artigo como “Figura 2”, a qual ele contrapõe

com a produção licenciada no PE: “[Pode solicitar aqui mesmo! — PAng > Pode solicitá-lo aqui mesmo! — PE].” (FIGUEIREDO, 2013, p. 149).

Figueiredo (2013, 2016) interpreta que, nesse caso, tanto no português culto de Angola, como também no português do Brasil e no português de Libolo, “a “ocorrência de objeto nulo não referencial” não representa o apagamento da forma acusativa “o(s)/a(s)” do PE, como vem sendo defendido pela literatura, visto que esta nunca chega a ser realizada, podendo antes refletir, sim, o apagamento da forma acusativa “lhe(s).” (FIGUEIREDO, 2013, p. 149).

A interpretação deste linguista não é, portanto, de que “um ou outro serve”, conforme afirma Duarte (2016), mas de que estaria havendo uma substituição de um pelo outro:

Estaremos, pois, perante uma opção pelo dativo “lhe(s)” determinada pelo pareamento de traços que governam a sintaxe, e não face a um progressivo desaparecimento ou apagamento da forma acusativa “o(s)/a(s)”, como vem sendo mencionado na literatura que tem abordado a questão do “objeto nulo não referencial” (FIGUEIREDO, 2013, p. 151).

Isso é possível inclusive pelo fato de os falantes dessas variedades em que ocorre a elipse dos clíticos não fazerem clara distinção entre os acusativos e os dativos, como nos exemplos a seguir:

[1] PL_B:
doze hora quando saio aqui **les** encontro tão lá em casa [JOMICH3]

[2] PL_B:
aquele *num* **le** poupa [JOMICH3]

[3] PL_B:
Vou **lhe** fazer lembrar [COCAMH4]

[4] PL_B:
se você tinha 500 kwanza ia **lhe** trazê uma [AGOSOH3]

[5] PL_B:
depois de fazer refogado **lhe** mete água [ROMUSM4]

[6] PL_B:
é meter assim na grelha ou no espeto, **lhes** pôr a *fumar* [ALBAGH4]

[7] PL_B:
depois de **lhe** meter no tamborão, aquilo põe a ferver [ALBAGH4] (FIGUEIREDO, 2016b, p. 255).

Destes exemplos, destacamos “Vou lhe fazer lembrar”, que demonstra a existência da subida de clítico no PL_B.

Quanto à noção de pessoa gramatical, os clíticos se apresentam no PB sob diferentes combinações, conforme indica Celia Lopes (2009), ao dar como exemplo:

Algumas alterações afetam em cadeia as subclasses dos oblíquos átonos (pronomes-complemento) e dos possessivos, como ilustrado em (1)

(1) Você disse que eu te acharia na faculdade para pegar o teu livro.

Em que novas possibilidades combinatórias (você com te, teu /tua) se tornariam usuais. (LOPES, 2009, p. 103).

A autora explica que não se trata de mistura de tratamento, mas de falta de uniformidade no tratamento (LOPES, 2009, p. 110). A esse respeito, já havíamos citado Viotti (2015), que afirma que o paradigma pronominal da língua portuguesa deixou de existir no Brasil. Segundo Lopes, isso é possível porque os pronomes se opõem aos nomes por terem caráter indicativo, em vez de representativo.

A teoria gerativista aponta que, no PB, os clíticos, como outros pronomes, “podem aparecer do lado esquerdo da sentença, área que chamamos de CP ou periferia esquerda da sentença” (MIOTO, 2009, p. 42). Também no português de Libolo os clíticos são produzidos na periferia esquerda da sentença:

“PLb: não sei o nome dele. Me complica muito.” (FIGUEIREDO, 2013, p. 109).

Silvia Vieira (2005) ressalta o aspecto fonológico para demonstrar as diferentes posições dos clíticos em PB e PE: “O pronome átono do PB assume, quanto à duração e à intensidade, as mesmas feições de uma sílaba pretônica vocábular; o pronome átono do PE assume, quanto à duração e à intensidade, as características de uma sílaba postônica/pretônica vocábular” (VIEIRA, 2005, p. 1008). Para essa autora esse aspecto prevalece sobre o sintático, de modo que a estrutura se subordinaria à produção fonológica. Parece que se poderia afirmar que o PLb, nesse aspecto, exhibe o mesmo comportamento do PB.

Esta é uma evidência de uma mudança paramétrica efetuada pelos mais jovens e que ainda está se consolidando. Deduzimos que essa mudança paramétrica pode estar indicando um processo de perda não somente dos clíticos de terceira pessoa CA3P, mas de todos os clíticos que são classificados como pronomes oblíquos átonos, o que pode talvez gerar uma aproximação, nesse aspecto específico, do PB com alguns crioulos de base portuguesa. Trata-se de uma hipótese que não pretendemos desenvolver neste trabalho.

Mas acreditamos que concorreu para a perda de alguns clíticos o fato de o PB ter assumido a cliticização fonológica da esquerda para a direita, ou seja, com direcionalidade inversa à do PE, que é a que pode resultar, no caso dos clíticos de

terceira pessoa CA3P, em alomorfia. Essa cliticização colocou esse constituinte numa categoria distinta.

No caso de cliticização para a direita, em se tratando de o pronome átono se “inclinam” para o elemento que o segue, o clítico assumiria, no âmbito do vocábulo fonológico, o estatuto de uma sílaba pretônica; já no de cliticização para a esquerda, se a ligação se der em direção ao elemento que o antecede, essa partícula equivaleria a uma sílaba postônica. (VIEIRA, 2005, p. 1003).

Mas isso não significa dizer que o parâmetro se subordina à produção fonológica, como quer Vieira.

Jairo Nunes (2015) interpretou que os clíticos acusativos de terceira pessoa assumem nesses casos outra função, pois “na verdade são analisados em PB como marcas de concordância (de objeto)” (NUNES, 2015, p. 62). O clítico ‘o’ seria usado para identificar o complemento como OD, e ‘lhe’, para identificá-lo como OI. Entendemos, então, que se não existe a necessidade dessa identificação, a língua não licencia o clítico.

Ou seja, devemos considerar que esse clítico não mais pertence ao sistema do português do Brasil como língua materna que é adquirido na infância por seus falantes, sendo então uma estrutura remanescente do PE que é utilizada na escrita, com fins literários, ou na fala formal, monitorada.

Lopes e Campos (2015) ao estudar os clíticos no âmbito do português caboverdiano, entendem que a escolha dos pronomes a serem produzidos depende do seu caráter semântico, que, a seu ver, tem relação com os aspectos culturais e sociais. A partir dessa percepção, eles se questionam sobre o uso dos pronomes nas variedades de Cabo Verde, Portugal e Brasil: “Os usos pronominais nas interações de pessoas de diferentes estratos sociais, dentro das repartições, em contextos familiares, na rua, entre jovens e idosos, são sempre similares aos de Portugal e Brasil?” (LOPES e CAMPOS, 2015, p. 321). Lopes e Campos podem estar se referindo aos aspectos lexical e semântico das variedades de português, mas, no que tange aos aspectos semântico e morfológico, quando diretamente relacionados à organização da sentença, estes variam conforme seja a movimentação dos constituintes.

No português de Libolo, “os clíticos apresentam uma variação categórica relativamente ao padrão do PE.” (FIGUEIREDO, 2013, p. 142). “Assim, nota-se uma tendência para a não aplicação do pronome complemento direto “o(s)/a(s)” e regularização do pronome complemento indireto “lhe(s)” para ambas as funções” (FIGUEIREDO, 2013, p. 143).

Figueiredo (2013) retirou de seu corpora os seguintes exemplos:

“PL_B:

lhes mandam arrebentar os armazéns [...]

(mandaram-nos arrebentar os armazéns — PE)” (FIGUEIREDO, 2013, p. 143).

“PL_B:

então você és traidor, lhe matam [...]

(então [se] ele é traidor, matam-no — PE)” (FIGUEIREDO, 2013, p. 134).

“PL_B:

vamo lhe cortar a orelha [...]

(vamos cortar-lhe a orelha — PE)” (FIGUEIREDO, 2013, p. 143).

Parece que, nessa variedade do Libolo, o CA3P pode servir para identificar qualquer complemento, seja objeto direto, seja objeto indireto, “sendo o mesmo aplicado até em construções que dispensam o seu uso, como acontece com determinados verbos intransitivos” (FIGUEIREDO, 2013, p. 143). Assim é em:

“PL_B:

um dia lhe vamo morrer no meio dos tiro [...]

(um dia vamos morrer no meio dos tiros — PE)” (FIGUEIREDO, 2013, p. 144).

Vemos com isso “o fenômeno da regularização entre as formas acusativa “o(s)/a(s)” e dativa “lhe(s)”.” (FIGUEIREDO, 2013, p. 145). Também aparece o uso do CA3P em sentenças como:

“PL_B:

eles chegaram aqui, lhes levaram até lá nos capim [...]

(eles chegaram aqui, levaram-nos até lá ao capim — PE)” (FIGUEIREDO, 2013, p. 148).

Mesmo em ambiente escolar impera esse uso dos clíticos de terceira pessoa. “Em comunidades como a do Libolo, em que o padrão entre professores nativos e alunos se encontra perfeitamente regularizado, não mais haverá input da forma acusativa “o(s)/a(s)” do PE, que nunca é adquirida” (FIGUEIREDO, 2013, p. 148). Ou seja, o clítico ‘o’ e seus alomorfes não pertencem à estrutura do português do Libolo, de forma que são inexistentes nessa variedade. Este é, portanto, um exemplo de uma variedade da língua portuguesa que apresenta um parâmetro distinto tanto do parâmetro do PE, quanto daquele do PB.

A par disso, Figueiredo, Jorge e Oliveira (2016) observaram que no PL_B “os clíticos ‘lhe’/ ‘lhes’ aparecem “proclíticos” ao verbo” (FIGUEIREDO, JORGE e

OLIVEIRA, 2016b, p. 255, nota de rodapé). Diferenciam-se, também nesse aspecto, do PE, bem como do PB.

Quanto ao português de Moçambique, assim como ao de São Tomé e Príncipe, “o fenômeno do uso da forma dativa do pronome pessoal “lhe(s)” em lugar da forma acusativa “o(s)/a(s)” é mais frequente quando o pronome pessoal tem um referente com o traço [+ humano].” (FIGUEIREDO, 2016a, p. 150).

(47) PM:

- a. Ainda não lhe vi. [...]
“Ainda não o vi”
- b. Começa lhe arrear. [...]
“Começa a arrear-lhe/bater-lhe”.

(48) PT:

- Chegué lhe matar. [...]
- Cheguei a matá-lo”. (FIGUEIREDO, 2016a, p. 150).¹

Figueiredo (2016) também compara o comportamento dos clíticos no PT com o do PLb e do PAng. “No caso do PLb (e do PAng), estamos em presença de idêntica situação, mas divergimos do pressuposto da questão da interpretação do traço [+ humano], já que o fenômeno é mais amplo na fala do Libolo, abrangendo categorias de traço [– humano]” (FIGUEIREDO, 2016a, p. 150). Ou seja, na fala do Libolo o fenômeno é generalizado.

No caso concreto dos pronomes clíticos não reflexivos acusativo/dativo 3ª pessoa, vêm-se uniformizando no sentido de configurarem o sistema único “lhe” proclítico no PLb. Estamos perante uma situação idêntica à que ocorre no quimbundo, que manifesta uma forma única, também proclítica, para as duas funções. Assim, e dado que o padrão das construções acusativas e dativas das L1s do grupo nigero-congolês é idêntico, quando não há realização da forma dativa no PLb, a forma acusativa (igual à dativa) é inserida na posição proclítica, seguindo o padrão estrutural e lexical das referidas L1s e originando a principal variação relativamente ao PE. A reprodução da forma dativa default “lhe(s)” é também aplicada em construções com os nominativos de 2ª pessoa [...]. (FIGUEIREDO, 2016a, p. 173).

Figueiredo (2016) apresenta o seguinte exemplo:

“PLB:

mesmo corça ou javali lhe flecha com a flecha, morre [...]

(mesmo a corça ou o javali, flecho-o(s) com a flecha, morre(m) — PE)”

(FIGUEIREDO, 2016a, p. 151).

¹ Figueiredo explica que “Os exemplos do PT [...] fazem parte do corpus do projeto “Semi-creolization: testing the hypothesis against data from Portuguese-derived languages of São Tomé (Africa), dirigido por Alan N. Baxter” (FIGUEIREDO, 2016a, p. 150).

Em suas pesquisas efetuadas no Libolo, o professor Carlos Filipe Figueiredo (2016a) pôde recolher dados de falantes de diversas idades. Eis duas situações que ele registrou:

A primeira ocorrência registra um diálogo entre pai e filho, enquanto na segunda situação uma criança dirige-se a uma idosa que estava a conversar com outra anciã. Ambas os casos configuram, no colóquio, pessoas gramaticais informais com quem se fala:

(i) “— Xé! Já cascaste a ginguba? / — Ainda. / — Então chama o Mingo pra lhe ajudar.” (— Ei! Já descascaste o amendoim? / — Ainda não. / — Então chama o Mingo para te ajudar. — PE)

(ii) “— Tia Vonita, a mãe está lhes chamar.” (— Tia Vonita, a mãe está a chamá-las/chamar-vos — PE). (FIGUEIREDO, 2016a, p. 153)

Transcrevemos outro exemplo registrado por Figueiredo (2016) que evidencia o uso do clítico “lhe” em vez do clítico “o”:

“PL_B:

eles vão seguir nesses que lhes matamos [...]

(eles vão seguir esses que os matámos — PE)” (FIGUEIREDO, 2016a, p. 157).

Com relação aos demais clíticos, Figueiredo (2016) verifica sua posição na sentença: “O PL_B atesta a forma “me”, preferencialmente proclítica, para a 1ª pessoa do singular” (FIGUEIREDO, 2016a, p. 158). Exemplo:

“PL_B:

quando eu nasci me meteu esse nome aqui de Solange. [...]” (FIGUEIREDO, 2016a, p. 158).

Vemos então a ocorrência da posição proclítica, que se estende para todas as pessoas verbais: “O clítico não reflexivo dativo da 2ª pessoa do singular é realizado, com a forma tendencialmente proclítica “te” no PL_B.” (FIGUEIREDO, 2016a, p. 159).

Como exemplos, Figueiredo (2016) apresenta:

“PL_B:

ainda agora a miúda te fez quê? [...]

([Enf] agora a miúda fez-te o quê? — PE) (FIGUEIREDO, 2016a, p. 159).

“PL_B:

Primeiro apanha gafanhoto, lhes tira a asa” (FIGUEIREDO, 2016a, p. 161).

Figueiredo explica o uso desse clítico: “Como forma frequente no PL_B, atesta-se o uso de “lhe” [...] e “lhes” [...], tendencialmente proclíticos” (FIGUEIREDO, 2016a, p. 161).

Parâmetros distintos são licenciados pelo português de São Tomé e Príncipe. Vieira e Vieira (2018) citam outro estudo de sua autoria que atesta que o PT, de acordo

com sua análise, segue tendências gerais equivalentes às verificadas para o PE, quais sejam: (i) o fenômeno também se mostra variável; (ii) ocorre ênclise categórica em início absoluto de oração e de período (diferenciando-se ambas do PB radicalmente nesse contexto) e (iii) apresenta algumas variáveis linguísticas como condicionamentos favorecedores da próclise consoante as mesmas tendências gerais (VIEIRA e VIEIRA, 2018, p. 288).

A autora declara que, no mesmo ambiente morfossintático, tanto a próclise como a ênclise são naturalmente concretizadas, como se pode verificar nos exemplos 4 a 9:

Ex. 4: por exemplo, se formos para médico, eu já fui para para para para hospital hhh naquilo que chama-se de urgência [...]

Ex. 5: posso apoiar também qualquer amigo qualquer amigo que me peça, vamos lá [...]

Ex. 6: em termos de política (como que) oposição aí tinha problemas era mais no sentido/ [...] não era porque o povo tava oprimido que não Se podia nada não falava-se... fazia-se tudo (normal) [...]

Ex. 7: A: Não, lá não, não se paga nada. hhh todo o mundo é bem-vindo [...]

Ex. 8: dos dois um de química: e um de biologia ((risos)) Eu lembro-me é [...]

Ex. 9: foi cubano... o de biologia no décimo primeiro também foi cubano... eu me lembro do/ dos dois professores que tive [...] (VIEIRA e VIEIRA, 2018, p. 290).

Por outro lado, Vieira e Vieira (op. cit.) afirmam que certos dados do PT se aproximam daqueles que no PB são considerados usualmente como inovações, como é o caso de próclise em contextos que no PE não atuam como proclisadores. Ela apresenta como exemplo o uso do clítico após a conjunção coordenativa ‘mas’: “lá naquelas tascas, não os altos restaurantes mas lá onde os pobres comem, viver e sentir o calor da cozinha, ver as panelas, enfim, cheias de tisa de de forno e de carvão mas me senti como se tivesse sido em casa [...]” (VIEIRA e VIEIRA, 2018, p. 291).

Mais alguns de seus exemplos guardam igualmente semelhança com o PB:

Verifica-se que a opção preferencial no caso das construções com gerúndio e participio é efetivamente a posição do clítico interna ao complexo, cuja ligação para v1 ou para v2 não se pode determinar a priori.

Ex. 14: uma vez que fazem aquilo que entendem não trabalham e se não trabalham não há produção e assim a pobreza vai se agravando portanto [...]

Ex. 15: G: Exactamente, tem se feito algum esforço através da música [...]

Tanto em complexos com gerúndio quanto em complexos com participio, foram registradas, ainda, duas ocorrências de variante proclítica a v1 (como nos exemplos 16 e 17).

Ex. 16: nós temos que: tentar fazer de conta eh olhando um pouco também pra: pra transformações que se foram dando que se foram dando que é o caso perca de valores não é? [...]

Ex. 17: a vida tem sempre altos e baixos momentos, bons e maus momentos, e falando sobre reportagem eu não estou a ver aqui muitas que me tenham marcado de forma chocante [...] (VIEIRA e VIEIRA, 2018, p. 295).

Contudo, não há no PT clíticos em início absoluto de oração e de período, pois, de acordo com Vieira e Vieira, mesmo ocorrendo as produções acima evidenciadas, “a

ligação fonológica do clítico no PST seria para a esquerda – como no PE” (VIEIRA e VIEIRA, 2018, p. 291).

Temos que lembrar que Vieira e Vieira (op. cit.) sempre priorizam o aspecto fonológico ao sintático, de forma que seu enfoque é distinto do que buscamos sob a ótica da gramática gerativa. No entanto, temos que entender a linha de raciocínio de cada autor, para poder compará-la com a do Gerativismo, buscando a coerência entre elas. “Estas definições têm em comum o facto de os autores considerarem o clítico como um ponto de convergência de três áreas: fonologia, morfologia e sintaxe, divergindo apenas no grau de ênfase atribuída a cada um desses aspectos.” (MAPASSE, 2005, p. 8)

Ao continuar sua análise sobre o PM, Mapasse mostra também que

No PM, verifica-se uma sobregeneralização da ênclise porque:

- a) A classe dos atratores de próclise foi restringida;
- b) Considerações de peso fonológico relevantes para a colocação proclítica no PE não afectam a sintaxe dos clíticos pronominais no PM;
- c) Os clíticos, devido às propriedades das línguas bantu, foram reanalisados como extensões verbais. (MAPASSE, 2005, p. 5).

Assim, ao que parece, o português de Moçambique apresenta ainda menos possibilidade de movimentação de clíticos do que o português europeu. No PM, “constituem elementos favorecedores da variante pré-verbal: a partícula de negação, os pronomes/advérbios relativos e palavra QU-, o elemento que (excetuando-se a conjunção integrante), as preposições (exceto a e em), o SAdv do tipo aqui e a conjunção subordinativa/integrante se” (VIEIRA e VIEIRA, 2018, p. 300/301).

Ao que tudo indica, o PM adotou inicialmente a opção preferencial da língua do colonizador: a ênclise como ordem não marcada, bem como a maioria dos condicionamentos sintáticos do PE; entretanto, não se submeteu plenamente às mesmas regras, havendo, assim, a referida instabilidade na utilização dos clíticos pronominais. (VIEIRA e VIEIRA, 2018, p. 316).

Também, no PM

é possível delimitar o conjunto dos elementos que favorecem a próclise e os que não a favorecem. Pertencem ao primeiro grupo os seguintes fatores: elemento subordinativo, sujeito na forma pronominal e preposição. Pertencem ao grupo de elementos desfavorecedores da próclise os seguintes fatores: início absoluto, sujeito na forma nominal, advérbio, locução adverbial/advérbio em –mente e conjunção coordenativa. (VIEIRA e VIEIRA, 2018, p. 303).

Contudo, Vieira e Vieira registraram exemplos em que a próclise é utilizada em diferentes contextos, como vemos no seguinte diálogo:

“Ex. 52: eu encontrei um senhor/ isso qual foi em dois mil e onze senhor falou para mim disse assim “peço ajuda” era no domingo eu “ajuda sim” “trago aqui

pedras preciosas” “eu preciso de chegar no câmbio” ele me amostrou ([...]-Corpus Moçambique)” (VIEIRA e VIEIRA, 2018, p. 307).

“Ex. 53: e: educação saúde quer dizer com o nível de vida que levamos que não é bom hhh nós nos forçamos muito ([...]-Corpus Moçambique)” (VIEIRA e VIEIRA, 2018, p. 307).

“Ex. 54: eu acho que eu poderia sair eu ia ficar na minha casa eu ia criar meus filhos como minha mãe fez... minha mãe nos criou independentemente dela sem condições ([...]-Corpus Moçambique)” (VIEIRA e VIEIRA, 2018, p. 308).

Por outro lado, no PM: “Não favorecem a próclise os seguintes fatores: ausência de operador, conjunção coordenativa, SAdv do tipo sempre, SAdv em –mente/ locução adverbial, SN sujeito nominal, elemento chamado denotativo (operador de foco), preposições a e em e conjunção integrante que.” (VIEIRA e VIEIRA, 2018, p. 301).

Um traço caracterizador da variedade moçambicana é

o desrespeito à tradicional “atração” alcança um número considerável de dados, especialmente no caso da conjunção integrante, que chega a registrar mais ênclise do que próclise (48%)” (VIEIRA, 2002, p. 111). A autora oferece diversos exemplos para comprovar essa tendência.

Ex. 39: a falta de respeito posso não posso dizer que deve-se ao professor porque muitas das vezes até os alunos faltam respeito ao professor [...] [conjunção integrante que]

Ex. 40: os médicos diziam que eu sentia-me fraca – cansaço [...] [conjunção integrante que]

Ex. 41: agora eu não sei a: a razão principal se de facto deve-se à falta de namoro [...] [conjunção integrante se]

Ex. 42: sempre a do noivo é de dizer [...] e que só depois de muito tempo ou chega-se a não... a não realizar-se o casamento – porque ele sempre vai-se desculpar porque não tem dinheiro [...] [partícula de negação]

Ex. 43: não posso contar assim muito... sei lá... porque sempre quando desloco-me a Nampula o meu pai tem ido lá em missão de serviço [...] [conjunção subordinativa]

Ex. 44: a igreja é muito importante – muito importante eu acho porque: nasci e cresci na igreja até agora – embora diz-se – né? haver certas igrejas que existe só para explorar ou apoderar-se do dinheiro de alguns [...] [conjunção subordinativa]

Ex. 45: acho que não tem possibilidade para tal: mas se alguém abre-se – amostra a simpatia dele – que é a educação dos próprios pais – deve-te cumprimentar [...] [conjunção subordinativa] (VIEIRA e VIEIRA, 2018, p. 303).

Mapasse (2005) também discorre sobre o uso da ênclise no português de Moçambique, apresentando algumas situações peculiares, como o caso dos clíticos com comportamento de afixo derivacional, “também designado de ergativo ou anticausativo”, em que a sua ocorrência inibe “a presença do argumento externo do verbo a que se associa, argumento externo esse que deteria normalmente as relações temáticas de causador ou de agente.” (MAPASSE, 2005, p. 11). Como exemplos, Mapasse apresenta:

(a) O barco virou-se. (cf. a tempestade virou o barco.)

(b) Enervei-me com a situação. (cf. aquela situação enervou-nos.) (MAPASSE, 2005, p. 11).

Embora esse tema em específico exceda nossa análise, serve para demonstrar que, nesse aspecto, o PM se assemelha ao PE e se distancia do PB, no qual podem ocorrer, de acordo com algumas propostas, a supressão do clítico nas sentenças ergativas ou a sua produção na posição de próclise, conforme o caso, de forma que os exemplos acima são enunciados como sendo “O barco virou.” e “Me irritei com a situação”. Mas também concorrem outras análises para o fenômeno.

Tem-se ainda no PM o clítico sem conteúdo semântico, como em:

“(a) A Mãezinha foi-se embora para Beira.

(b) Rio-me às gargalhadas das graças desse cómico.” (MAPASSE, 2005, p. 11).

O CCv é uma língua que também faz uso de clíticos. Retiramos do corpus do artigo de Ribeiro e Cyrino (2011) a seguinte sentença em crioulo caboverdiano que contém um clítico que se constitui em pronome átono, em posição enclítica:

“N ta spera nha kunpanherus tudu pa kunpanha-m [...]

I TMA expect my companions all to accompany-me

(Eu espero meus companheiros todos para me acompanharem)” (RIBEIRO e CYRINO, 2011, p. 191).

Registramos também que, segundo Mateus *et alii* (2003), citados por Galves e Lobo (2009), o próprio português europeu vem apresentando variações no posicionamento dos clíticos, com ênclise de forma generalizada (GALVES e LOBO, 2009, p. 176). Como exemplos, transcrevem as seguintes produções:

a. não chama-se nada (M., 20 meses, apud MATEUS et alii, 2003)

b. foi alguém que meteu-me nesta fotografia (J.G., 39 meses, apud MATEUS et alii, 2003)

c. porque é que foste-me interromper? (R., 29 meses, apud MATEUS et alii, 2003)

d. mas ele já foi-se embora (P., 39 meses, apud MATEUS et alii, 2003)

e. porque não apercebeu-se que ... (12 anos, modo escrito, apud MATEUS et alii, 2003)

f. Todos os verbos volitivos e optativos fazem-se anteceder sempre de um SN (estudante universitário, modo escrito, apud MATEUS et alii, 2003) (MATEUS, apud GALVES e LOBO, 2009, p. 176).

Desse modo, vemos que as variações no português europeu parecem estar seguindo o rumo oposto à da variedade do português do Brasil. Não temos como compará-la com as tendências das demais variedades portuguesas, pois seria necessário se dispor de mais corpora.

7. POSIÇÃO DOS CLÍTICOS EM DIFERENTES LÍNGUAS ROMÂNICAS

Ao pesquisar a bibliografia que trata de comparações da língua portuguesa com outras línguas, verificamos que “o padrão de colocação dos pronomes clíticos apresenta, no português europeu, especificidades que o afastam bastante dos padrões de colocação, mais simples, da maior parte das línguas românicas” (MARTINS, 2016, p. 401). É esse o tipo de situação que torna uma língua distinta das demais, pois “a variação nas línguas está associada a itens funcionais/gramaticais” (KATO, 2002, p. 329).

No entanto, podemos verificar se as variedades da língua portuguesa que se distinguem do português europeu, no que respeita à colocação dos clíticos, não estariam se aproximando dos parâmetros adotados por outras línguas românicas. Para tanto, precisamos conhecer que parâmetros são por estas licenciados.

Com Bechara (2009), recordamos o que a Gramática Tradicional ensina sobre próclise, ênclise e mesóclise. O pronome átono enclítico é aquele que se mantém na posição original que o nome que ele substitui ocupa no sintagma, após o verbo, seguindo a ordem natural de constituintes que, na língua portuguesa, é SVO. No PE, de fato, o clítico costuma estar originalmente à direita do verbo. O pronome átono proclítico, por outro lado, vem antes do verbo ou verbos, podendo indicar, conforme o caso, que ocorreu a subida do clítico. Essa posição é a mais comum no PB.

Vamos comparar essas posições dos clíticos na língua portuguesa com as posições assumidas por clíticos em outras línguas que se originaram da mesma língua-mãe – o latim, para identificar semelhanças e diferenças.

De fato, o português é uma língua românica, assim como as demais línguas originalmente europeias que provêm do latim: italiano, espanhol, francês, romeno. Ainda, formaram-se e continuam a existir na península ibérica, além do português e do espanhol, o catalão e o galego, ambos também de origem latina, e a língua basca, que não pertence ao tronco indo-europeu. Todas essas línguas coexistem na mesma região, e algumas delas no mesmo Estado – o espanhol.

No que tange ao uso de pronomes pessoais oblíquos, Martins (2016) relata que

ao longo do tempo, o português divergiu sintaticamente de outras línguas ibéricas com as quais partilhava, no período medieval, um padrão idêntico de distribuição da próclise e da ênclise. Neste percurso de divergência, o português preserva aspetos centrais do sistema original, em contraste com línguas como o espanhol e o catalão. (MARTINS, 2016, p. 401).

A comparação do uso dos clíticos em diferentes línguas românicas nos ajuda a perceber, por um lado, as diferenças de parâmetro entre elas e, por outro, o

comportamento específico da língua portuguesa ao longo do tempo. Acreditamos que isso possa ajudar a analisar as circunstâncias que podem ter levado às diferenças paramétricas entre as variedades de português, embora, no presente trabalho, estejamos focando em determinados fenômenos apenas sob o aspecto sincrônico.

Ao comparar o português com outras línguas românicas, Martins (2016) observa: “O francês tem o sistema que mais se aproxima do português brasileiro, mas deixando fora da próclise generalizada o imperativo morfológico, com o qual os pronomes clíticos ocorrem imediatamente depois do verbo, ou seja, em ênclise.” (MARTINS, 2016, p. 402). Na verdade, explica Silveira (1997) que: “No francês, o clítico se realiza, sistematicamente, como proclítico tanto com verbo finito quanto não-finito” (SILVEIRA, 1997, p. 12). Assim, enquanto no português do Brasil a próclise generalizada ocorre na produção oral, mas ainda não se reflete nas regras gramaticais da norma culta e norma padrão, como aquelas apresentadas por Bechara (2009), no francês a próclise é definida em sua norma padrão.

Martins (2016) apresenta alguns exemplos de colocação pronominal no francês:

- a. Je le rencontre chaque jour. próclise ao verbo finito
- b. J’ai tout fait pour te voir. próclise ao infinitivo
- c. Je ne peux m’empêcher de rire. idem
- d. En le voyant, j’ai pensé à toi. próclise ao gerúndio
- e. Donne-lui son cadeau. ênclise ao imperativo (MARTINS, 2016, p. 402). ²

Vemos que na língua francesa o único caso de ênclise é o de clítico adjacente a verbo no modo imperativo, mas com uma exceção: “Nas sentenças imperativas do francês o comportamento do clítico varia quanto ao tipo de imperativa. Nas negativas, o clítico tem que preceder o verbo” (SILVEIRA, 1997, p. 14). Este é um dos exemplos:

“Ne me donnez pas le livre
não me dê o livro” (SILVEIRA, 1997, p. 14).

Silveira cita a ocorrência de próclise na língua francesa também quando da produção de sentenças com formas verbais nominais, e apresenta o seguinte exemplo:

“Lui parler serait une erreur
lhe falar seria um erro” (SILVEIRA, 1997, p. 13).

² a. Eu o encontro todos os dias.
b. Fiz de tudo para te ver.
c. Não posso deixar de rir.
d. Ao vê-lo, pensei em você.
e. Dê-lhe seu presente. [tradução livre]

Castilho (2014) lembra que “a Gramática Gerativa distingue línguas de preenchimento obrigatório dos constituintes, como o [...] francês, chamadas línguas “*não-pro-drop*”, de línguas de preenchimento não obrigatório dos constituintes, como o português, denominadas línguas “*pro-drop*” (CASTILHO, 2014, p. 267). Dessa forma, enquanto no português, principalmente no PE, os lugares argumentais podem ser preenchidos por uma categoria vazia, isso não ocorre no francês. Por exemplo, a sentença “Ø Vi Ø”, com o sujeito e o objeto direto omitidos, em francês deve ser “Je l’ai vu” (CASTILHO, 2014, p. 267).

Castilho (2014) também afirma a esse respeito: “As línguas se distinguem segundo exijam (i) preenchimento obrigatório ou não obrigatório dos argumentos sentenciais, caso em que elas admitirão a chamada “categoria vazia”, (ii) adjacência estrita ou não estrita do argumento em relação ao predicador” (CASTILHO, 2014, p. 267).

Outra característica da língua francesa, compartilhada com outras línguas, é que o clítico não fica ao lado de um particípio passado: “o francês, como a maior parte das línguas românicas, não admite cliticização ao particípio passado.” (MARTINS, 2016, p. 402). O mesmo ocorre com a língua portuguesa. No PE, o clítico se liga ao auxiliar que precede o particípio passado, mediante hífen.

No entanto, no italiano essa construção é possível, conforme atesta Silveira (1997):

Particularmente, no italiano há um tipo de construção em que o clítico se liga ao particípio, como enclítico. Esse caso é registrado nas chamadas *small clauses* (SC) com particípio passado absoluto [...]. Vejamos os exemplos[...];
a. Vistala, Gianni si tranquillizò (Belletti 1995, pág. 1995)
vista-a, Gianni se tranquilizou
b. Messolo sul tavolo, Gianni è uscito (Rizzi 1993, pág. 4)
colocado-o sobre a mesa, Gianni partiu.
Essa compatibilidade entre o clítico e o particípio pode ocorrer porque nesse tipo de construção não há verbo auxiliar.

Com relação às demais formas nominais dos verbos, ou seja, o infinitivo e o gerúndio, a posição do pronome oblíquo pode ser enclítica ou proclítica, conforme cada língua: “O espanhol, o catalão e o italiano apresentam um sistema de colocação dos pronomes clíticos condicionado pela morfologia verbal, tal como o francês, mas a ênclise ocorre com as formas não finitas do verbo (infinitivo e gerúndio) e com o imperativo, enquanto a próclise ocorre regularmente com as formas finitas do verbo.” (MARTINS, 2016, p. 402). O uso mesoclítico só existe na língua portuguesa.

São estes os exemplos em espanhol que Martins (2016) indica:

- a. Le pedí que me lo contara. próclise ao verbo finito
- b. Tengo que contarte algo. ênclise ao infinitivo
- c. Queremos seguir viéndolos juntos. ênclise ao gerúndio
- d. Dáselo a tu hijo. ênclise ao imperativo (MARTINS, 2016, p. 402).³

A língua galega está mais próxima da portuguesa do que da espanhola, tanto em termos lexicais, quanto em alguns aspectos sintáticos. “No galego, por exemplo, os clíticos acusativos de terceira pessoa têm formas idênticas aos artigos definidos” (SILVEIRA, 1997, p. 35). Essas “semelhanças dos clíticos acusativos de terceira pessoa com os determinantes não são apenas de ordem semântica, mas também de natureza formal. Esse tipo de clítico e os determinantes são referenciais e expressam argumentos definidos.” (SILVEIRA, 1997, p. 35):

- a. Ouvimo-lo
nós ouvimos-o
- b. Quero que o oiades
eu quero que o ouça
- c. Quén 0 ten ouvido
quem o tem ouvido
- d. Non 0 ten ouvido
não o tem ouvido (SILVEIRA, 1997, p. 37/38).

Pelos exemplos acima, também verificamos que no galego existe a elipse de clíticos que representam o argumento interno.

A língua italiana tem como particularidade o fato de que a oposição entre verbo finito e verbo não finito determina a posição do clítico. “Dizemos que no italiano a próclise se relaciona com o verbo finito a ponto de o clítico se separar do verbo com o qual mantém relação temática se este não é finito.” (SILVEIRA, 1997, p. 10). Silveira apresenta, à guisa de exemplos:

“La conosco
eu a conheço” (SILVEIRA, 1997, p. 9).

Sendo um verbo finito com sujeito elíptico, o clítico o antecede, de forma que este se posiciona no início da sentença. Se o sujeito estivesse expresso, a sentença seria ‘Io la conosco’, com o clítico entre o argumento externo e o verbo. “A ênclise, por sua vez, ocorre com verbos não-finitos, infinitivos, gerúndios e participios” (SILVEIRA, 1997, p. 10). Ou seja, na língua italiana a ênclise é agramatical quando acompanha verbos finitos:

“*Conoscola

³ a. Pedi a ele que me contasse.
b. Tenho que te contar uma coisa.
c. Queremos continuar a vê-los juntos.
d. Dê isso para seu filho. [tradução livre]

eu conheço-a” (SILVEIRA, 1997, p. 9).

No entanto, conforme já mencionado, a ênclise é produzida nas sentenças em língua italiana que contêm formas verbais nominais:

“Parlargli sarebbe un errore

falar-lhe seria um erro” (SILVEIRA, 1997, p. 10).

Temos ainda que “nas imperativas afirmativas o clítico se realiza em posição pós-verbal”, enquanto “nas imperativas negativas, o clítico pode se realizar em posição pré-verbal [...] “ou pós-verbal” (SILVEIRA, 1997, p. 11), conforme mostra o exemplo:

“Prendilo

pegue-o” (SILVEIRA, 1997, p. 11).

Se o verbo está precedido de partícula de negação, esta pode ou não atrair o clítico:

a. Non prenderlo

não pegue-o

b. Non lo prendere

não o pegue (SILVEIRA, 1997, p. 11).

Vimos que no português europeu isso pode estar começando a ocorrer nas produções das gerações mais novas.

É interessante também observar que, enquanto no PB o clítico ‘o’ está em desuso, ao ponto de “análises quantitativas constatarem que sua frequência é muito baixa no PB falado e apontarem para seu desaparecimento” (SILVEIRA, 1997, p. 2) - posto que ‘o’ representa o pronome pessoal reto, ao qual o brasileiro dá atualmente preferência -, nas demais línguas românicas é comum o seu equivalente.

A esse respeito, Ataliba de Castilho (2014) cita a teoria de Câmara Júnior, exposta no texto “Ele como acusativo no português do Brasil”, inserido no livro “Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.” (p. 47 – 53), organizado por C. E. F. Uchôa:

Câmara Jr. (1957b) foi o primeiro a defender a hipótese da deriva ou mudança natural quando procurou uma razão estrutural, interna, para explicar o uso brasileiro do ‘ele’ acusativo, na expressão ‘eu vi ele’. Câmara Jr. argumenta que a próclise do clítico ‘o’ ao verbo cria um vocábulo fonético em que o pronome, aí tratado como uma vogal átona, desaparece, comprometendo a representação do objeto direto. Foi necessário escolher outro pronome para o preenchimento dessa função. Quer dizer, se disséssemos ‘eu o vi’, as duas últimas palavras soariam como [uvi], em que ‘u’ será tratado como uma vogal átona qualquer, candidata a desaparecer, como fazemos com a primeira vogal de ‘imagina!’, que dizemos habitualmente [magina]. O problema é que em [magina] o ‘i’ inicial não tem um papel gramatical, ao passo que em [uvi] a primeira vogal é o objeto direto de ‘ver’, e faz uma falta danada! Para ajeitar as coisas, passou-se a usar o pronome ‘ele’, sempre segundo Câmara Jr., e com isso temos hoje em dia ‘eu vi ele’. Perdeu-se o clítico ‘o’, mas ganhou-se o ‘ele’ acusativo, título do famoso ensaio de Câmara Jr. (CASTILHO, 2014, p. 190/191).

Essa hipótese pode ser uma explicação de como se dá o processo mental que gera uma mudança de parâmetro de uma língua, tendente à maior clareza na comunicação, ou seja, à produção mais efetiva.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na seção 1, descrevemos o referencial teórico gerativista que adotamos para a pesquisa, conforme a pesquisa de Eduardo Kennedy (2008, 2015).

Perguntamo-nos, no decorrer do trabalho, por que falantes de uma mesma língua que se encontram em diferentes espaços territoriais utilizam diferentes formas de produzir um mesmo clítico. Considerando que “a todo momento, os falantes das línguas humanas criam e ouvem frases novas, inéditas, nunca produzidas antes na história de sua língua” (KENEDY, 2015, p. 12), pudemos inferir que, se a língua licenciar um movimento, este pode ser produzido a qualquer momento por falantes que passem a acessá-lo na GU, durante a fase de desenvolvimento da competência linguística, durante a primeira infância. Tendo em vista, ainda, as distâncias territoriais, falantes dessa mesma língua podem gerar, ao longo do tempo, diferentes movimentos de elementos sintáticos, o que leva às variações diatópicas que acabam por constituir as variedades de uma mesma língua.

Na seção 2, apresentamos um panorama da língua portuguesa no mundo, com observações sobre o uso, na atualidade, de suas variedades.

Vimos também casos como o do crioulo Guineense, que apesar de ter absorvido parcela do léxico da língua portuguesa, apresenta uma estrutura diferente, licenciando partículas pré-verbais que não existem na sintaxe do português. Embora o mesmo ocorra com o crioulo Caboverdiano, que compartilha com o português de Cabo Verde parte de seu léxico, mas apresenta diferente gramática gerativa, este guarda maior semelhança com a língua portuguesa. A diferença entre línguas se faz, portanto, não apenas pela diferenciação lexical, mas sobretudo, pela sintática, pois

segundo os gerativistas, tanto os itens atômicos do léxico quanto as regras computacionais da sintaxe têm lugar na mente humana e compõem o conhecimento linguístico tácito (a competência linguística) que cada indivíduo possui quando se torna capaz de produzir e compreender um número infinito de frases em sua língua (KENEDY, 2015, p. 14).

Na seção 3, referente aos clíticos pronominais na Gramática Tradicional, fizemos uma revisão do que esta dispõe sobre os pronomes pessoais oblíquos átonos e suas posições, denominadas próclise, ênclise e mesóclise.

Na seção 4, sobre a interpretação do fenômeno de subida de clíticos dada pela Teoria Gerativista, vimos que a língua portuguesa permite a movimentação do clítico pronominal por subida. No entanto, o PB atualmente apresenta subida de clítico apenas nas sentenças com construções passivas. A partir dessa constatação, verificamos que, embora a variação nas línguas esteja associada a itens funcionais/gramaticais, as diferenças na movimentação dos clíticos pronominais não configuram distinções entre as variedades que possam caracterizar a existência de diferentes línguas, não só porque compartilham o mesmo léxico, mas também porque compartilham de modo geral uma mesma estrutura. Além disso, a identificação dessas variedades como uma mesma língua depende também de fatores externos de ordem política, econômica e social que levem à autoidentificação de seus falantes, como a atuação da CPLP vem demonstrando.

Na seção 5, que tratou da ocorrência da subida de clíticos na língua portuguesa, demonstramos umas poucas diferenças que existem entre algumas variedades da língua portuguesa, na produção dos clíticos pronominais oblíquos, bem como na produção de subida desses clíticos. Vimos que o Português Europeu demonstra ser uma variedade que não apresenta a mesma possibilidade de movimentos das outras variedades.

Concluimos que existem estudos sobre o fenômeno de subida de clítico principalmente no Português do Brasil. No que tange às demais variedades da língua portuguesa faladas como língua materna na África e na Ásia, aparentemente há poucos estudos que contemplem o uso de clíticos, mas ainda assim conseguimos coletar alguns exemplos.

E finalmente, na seção 6, referente à posição dos clíticos em diferentes línguas românicas, efetuamos uma breve comparação entre os clíticos na língua portuguesa e em outras línguas.

A carência de material bibliográfico para desenvolver com maior profundidade a maior parte desses aspectos levantados demonstrou que, conforme afirmou o gramático Ataliba de Castilho (2014), é necessário aproveitar o potencial de realização de projetos de pesquisa, que reúnam linguistas de diferentes países de língua portuguesa, para descrição comparativa das variedades europeia, africana e do português do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Paulo. **Os portugueses da Malásia**. Prósperos, perseguidos, reabilitados. In: Revista Superinteressante. Lisboa: G+J Portugal, n. 167, 2012. www.superinteressante.pt/digital. Acesso em 09/07/2020.

- ALBUQUERQUE, Davi B. **A língua portuguesa em Timor-Leste: uma abordagem ecolinguística.** Tese de Doutorado em Linguística. Brasília: UnB, 2014.
- ARAÚJO, Gabriel A. e HAGEMEIJER, Tjerk. **Dicionário livre santome/português.** São Paulo: Hedra, 2013.
- ASSIS, Maria C. **História da língua portuguesa.** João Pessoa: UFPB, 2011. http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/historia_da_lingua_portuguesa_1360184313.pdf. Acesso em 29/05/2020.
- AUGUSTO, Moisés Alves. **Morfologia contrastiva entre Português e Kimbundu: obstáculos e suas causas na escrita e ensino de língua portuguesa entre os kimbundu em Angola.** São Paulo: PUC, 2016.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa.** 37ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BERLINCK, Rosane, COELHO, Izete L. et alii. Mudança sintática e a história do Português Brasileiro nos séculos XIX e XX. In: JÚNIOR, Lucrécio A. S. e MARTINS, Marco A. (org.). **Rumos da linguística brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino.** São Paulo: Blucher, 2016.
- CÁ, Imelson N. e RUBIO, Cássio F. **O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau.** In: Revista Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas: Unicamp, 58(1), p. 389-421, 2019. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8654232>. Acesso em 05/03/2020.
- CARDOSO, Hugo C. et alii. **38 crioulos de base lexical portuguesa.** In: Manuel des anthologies, corpus et textes romans. Berlin: Mouton De Gruyter, 2015.
- CARDOSO, Hugo C. **O português em contacto na Ásia e no Pacífico.** Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2016. <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/27497/1/Cardoso%20-%20O%20portugu%C3%AAs%20em%20contacto%20na%20%C3%81sia%20e%20no%20Pac%C3%ADfico.pdf>. Acesso em 26/03/2020.
- CASTILHO, Ataliba T. **Nova gramática do português brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.
- COUTO, Hildo H. **O crioulo guineense em relação ao português e às línguas nativas.** In: Revista Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, 29(1), p. 107-128, 1989. <https://doi.org/10.4312/linguistica.29.1.107-128>. Acesso em 26/03/2020.
- CRUZ, João J. S. **A Guiné Equatorial (antiga Guiné Espanhola) na CPLP.** Revista Militar. Lisboa: Academia Militar, n.º 2567, p. 975 – 1008, 2015.
- CRUZ, Raiana C. D.; NAMIUTI, Cristiane. **A Subida de Clítico no Português Brasileiro: O Caso das Passivas.** In: Revista Multidisciplinar e de Psicologia. Rio de Janeiro: Idonline vol. 13, n. 44, p. 393-403, 2019.
- DUARTE, Maria E. L. O papel da linguística na evolução dos estudos gramaticais no Brasil. In: JÚNIOR, Lucrécio A. S. e MARTINS, Marco A. (org.) **Rumos da linguística brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino.** São Paulo: Blücher, 2016.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas.** 2ª edição. São Paulo: Parábola, 2005.
- FIGUEIREDO, Carlos e OLIVEIRA, Márcia S. D. **Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização.** In: Revista Papia. São Paulo: Papia, 23(2), jul./dez, p. 105-185, 2013.
- FIGUEIREDO, Carlos F. G. **Retratos do Libolo.** Lisboa: Chiado Ed., p. 160–161, 2016a.

- FIGUEIREDO, Carlos, JORGE, Lurdes T. L. e OLIVEIRA, Márcia S. D. Clítico argumental “*lhe*” no português do Libolo: estrutura formal e Caso (abstracto). In Carlos Filipe Guimarães Figueiredo & Márcia Santos Duarte de Oliveira (orgs.). **“Projeto Libolo” – Município do Libolo, Kwanza-Sul, Angola: aspectos linguístico-educacionais, histórico-culturais, antropológicos e sócio-identitários**, vol. 1. Lisboa: Chiado, p. 253-264, 2016b.
- FIRMINO, Gregório. **Diversidade linguística e nação-Estado em África: o caso de Moçambique**. In: Revista Platô. Cidade da Praia, Cabo Verde: IILP, n. 1, v. 1, p. 43 – 55, 2012.
- GALVES, Charlotte; LOBO, Tania. Ordem dos clíticos. In: LOBO, Tania; OLIVEIRA, K., (Org). **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX** [online]. Salvador: EDUFBA, p. 174-207, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 23 set. 2020.
- GALVES, Charlotte et alii. Morfossintaxe e uso dos pronomes pessoais na sincronia e na diacronia do português brasileiro. In: JÚNIOR, Lucrecio A. S. e MARTINS, Marco A. (org.) **Rumos da linguística brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino**. São Paulo: Blücher, 2016.
- GONÇALVES, A. Aspectos da Sintaxe dos Verbos Auxiliares do Português Europeu. In: COLAÇO, M.; MIGUEL, M.; MOIA, T. (Orgs.). **Quatro Estudos em Sintaxe do Português**. Lisboa: Edições Colibri, p. 7-50, 1996.
- HANCOCK, Ian. **The Portuguese Creoles of Malacca**. In: Revista Romena de Linguística - RRL. Bucareste: Edições da Academia da República Socialista da Romênia, LIV, 3–4, p. 295–306, 2009.
- ILARI, Rodolfo. Nova gramática do português brasileiro: tradição e ruptura. In: CASTILHO, Ataliba T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- JACKSON, Kenneth D. Goa e a orientalidade. In: MACHADO, Everton V. e BRAGA, Duarte D. (org.) **Goa Portuguesa e Pós-Colonial: Literatura, Cultura e Sociedade**. ACT 27 – Alteridades, Cruzamentos, Transferências. Lisboa: Humus, 2014.
- KATO, Mary A. **A evolução da noção de parâmetros**. DELTA. São Paulo: PUC, 18:2, p. 309-337, 2002.
- KATO, Mary A. **Comparando o português da América com o português de Portugal e com outras línguas**. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2006. www.estacaodaluz.org.br.
- KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: MARTELOTTA, Mário E. T. (org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 127-140, 2008.
- KENEDY, Eduardo. Sintaxe gerativa. In: OTHERO, G. & KENEDY, E. (org.). **Sintaxe, sintaxes: uma introdução**. São Paulo: Contexto, p. 11-26, 2015.
- LEMLE, Miriam e PEDERNEIRA, Isabella L. **Inserção Lexical ou Envoltório Lexical?** In: Alfa, 56 (2). São Paulo: UNESP, p. 469-490, 2012.
- LINS, Alex Batista. Três hipóteses e alguns caminhos para melhor compreender o processo constitutivo do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson et al. **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: Edufba, 2009.
- LOPES, Celia R. Pronomes pessoais. In: VIEIRA, Sílvia R. e BRANDÃO, Sílvia F. (org.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, p. 103 – 120, 2009.
- LOPES, Francisco J. e CAMPOS, Ednalvo A. **A expressão pronominal no português brasileiro e no português falado em Cabo Verde — trilhando possíveis (as) simetrias**. In: Revista Papia. São Paulo: Papia, 25(2), jul./dez, p. 319-345, 2015.

- MACHADO, Everton V. e BRAGA, Duarte D. (org.) **Goa Portuguesa e Pós-Colonial: Literatura, Cultura e Sociedade**. ACT 27 – Alteridades, Cruzamentos, Transferências. Lisboa: Humus, 2014.
- MAGALHÃES, Telma M.V. **A valoração de traços de concordância dentro do DP**. DELTA vol.20. São Paulo: PUC, jan./jun. n.1, p. 149 – 170, 2004.
- MAPASSE, Ermelinda L. A. **Clíticos pronominais em português de Moçambique**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005.
- MARTINS, Ana M. A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. In: MARTINS, Ana M. e CARRILHO, Ernestina (eds.). **Manual de Linguística Portuguesa**. Berlin/Boston: De Gruyter, p. 401-430, 2016.
- MELO, Francisco J. S. **A ambiguidade do discurso colonial: Um estranho em Goa**, de José Eduardo Agualusa. Letras de Hoje. Porto Alegre: PUCRS, v. 41, n. 3, setembro, p. 111-116, 2006.
- MINDOSO, André V. **Os Assimilados de Moçambique: Da situação colonial à experiência socialista**. Tese de Doutorado em Sociologia. Curitiba: UFPR, 2017.
- MIOTO, Carlos. **Sintaxe do português**. Curso de Licenciatura Letras-Português na Modalidade a Distância. 3º período. Florianópolis: UFSC, 2009.
- MORAIS, Maria A. C. R. T. e RIBEIRO, Ilza. **Colocação dos clíticos no português europeu e brasileiro**. Revista Linha D'água. São Paulo: USP, n. 17, p. 22-41, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua>. Acesso em 10.09.2020.
- MÜLLER, Ana. **Pronomes e anáfora - o estado da arte**. São Paulo: USP, 2000.
- NDIAYE, Samba. **O processo comunicativo na aula de Português, Língua Estrangeira, no Senegal**. O multilinguismo como factor da construção discursiva em contexto pedagógico. Tese de Doutorado em Ciências de Educação Especialidade de Literacias e Ensino do Português. Braga: Universidade do Minho, 2010.
- NEGRÃO, Esmeralda Vailati. A natureza da linguagem humana. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2015.
- NEVES, João A. **Em Goa, a encruzilhada da língua**. In: Revista de Letras. Fortaleza: UFC, 12 (1/2), jan./dez., 1987.
- NUNES, Jairo M. **Minimalismo: uma entrevista com Jairo Nunes**. In: Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL. São Paulo: USP, Vol. 6, n. 10, março, 2008. www.revel.inf.br.
- NUNES, Jairo M. **De clítico à concordância: o caso dos acusativos de terceira pessoa em Português Brasileiro**. 2015. In: Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: Unicamp, (57.1), jan./jun. 2015.
- OLIVEIRA, Márcia S., ZANOLI, Maria de L. e ANDRADE, Vanderlei M. **“Onde” não interrogativo no português falado no Libolo (Angola) – cotejos com dados do cabo-verdiano de São Nicolau**. In: Filologia Linguística Portuguesa. São Paulo: USP, v. 18, n. 2, ago./dez., p. 391-420, 2016. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v18i2p391-420>. Acesso em 28.02.2020.
- PACHECO, Denise. **A língua portuguesa em Macau e os efeitos da frustrada tentativa de colonização linguística**. In: Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa. Rio de Janeiro: UFF, n. 39, p. 41-66, 2009. <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/39/artigo2.pdf>. Acesso em 17.06.2020.
- PELT, Jean-Marie. **Especiarias e ervas aromáticas: história, botânica e culinária**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- PILATI, Eloisa N. S. **Aspectos sintáticos e semânticos das orações com ordem verbo-sujeito no Português do Brasil**. Tese de Doutorado em Linguística. Brasília: UNB, 2006.

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18794/1/2006_EloisaNascimentoSilvaPilati.pdf. Acesso em 10.09.2020.

PISSURNO, Karen C. S. O perfil multilíngue de Moçambique. In: BRANDÃO, Silvia F (Org.) **Duas Variedades Africanas Do Português: Variáveis Fonético-Fonológicas e Morfossintáticas**. São Paulo: Blücher, 2018.

PRÍŠTIC, Ladislav. **Kristang - Crioulo de Base Portuguesa**. Brno, República Tcheca: Masarykova Univerzita, 2010.

REIS, Fernanda E. B. **O auxiliar no português brasileiro como um V que seleciona VP: uma discussão preliminar**. Estudos Linguísticos. São Paulo: GEL, 39 (1), abr-mai., p. 381-391, 2010.

REIS, Fernanda E. B. **A perda da subida de clítico no português brasileiro: séculos XIX e XX**. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: Unicamp, 2011.

RICARDI, Alexandre. **Glória e danação: quando o fazer história torna-se a ruína de um cientista**. Florianópolis: ANPUH, 2015.

RIBEIRO, Ilza e CYRINO, Sonia. **A estrutura do DP no Crioulo de Cabo Verde e no PB de afrodescendentes**. In: Revista Letras. Curitiba: Editora UFPR, n. 84, jul./dez., p. 169-195, 2011.

SÁ, Ana L. **Guiné Equatorial e CPLP: desafios ao futuro da Lusofonia**. *Janus*, Lisboa: OBSERVARE, p.156-157, 2015. 972-8179-82-0. http://janusonline.pt/images/anuario2015/3.28_AnaLuciaSa_Guine_CPLP.pdf. Acesso em 22/06/2020.

SALLES, Heloisa M. M. L. **Aspectos da sintaxe de clíticos e artigos em português**. In: Revista Letras. Curitiba: UFPR, n. 56, jul./dez., p. 177 – 191, 2001.

SAUTCHUK, I. **Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

SEIBERT, Gerhard. **Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social**. Anuário Antropológico/2014. Brasília: UNILAB, v. 40, n. 2, p. 99-120, 2015.

SILVEIRA, Gessilene. **O comportamento sintático dos clíticos no português brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1997.

SOUSA, Ivo C. **A História de Timor e a Presença Portuguesa na Insulíndia**. Porto: Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

TIMBANE, Alexandre A. e Manuel, Cátia. **O Crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de base portuguesa? Embate sobre os conceitos**. In: Revista de Letras JUÇARA. Caxias – Maranhão: UEMA, v. 02, n. 02, dez., p. 107 – 126, 2018.

VIEIRA, Silvia R. **O parâmetro da cliticização fonológica e os pronomes átonos no Português do Brasil e no Português Europeu**. Estudos Linguísticos. São Paulo: GEL, XXXIV, p. 1003-1008, 2005.

VIEIRA, Silvia R. e VIEIRA, Maria de F. Ordem dos clíticos pronominais no português de São Tomé e no português de Moçambique. In: BRANDÃO, Silvia F (Org.) **Duas Variedades Africanas do Português: Variáveis Fonético-Fonológicas e Morfossintáticas**. São Paulo: Blücher, 2018.

VIOTTI, Evani. **O Caso default no português do Brasil: revisitando o Caso dos inacusativos**. Revista de Estudos da Linguagem. Belo Horizonte: UFMG, v. 13, n. 2, jul./dez., p. 53-71, 2005.

VIOTTI, Evani. Mudança linguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2015.

WALTER, Henriette. **A aventura das línguas no ocidente:** origem, história e geografia. Tradução de Sérgio Cunha dos Santos. São Paulo: Mandarim, 1997.

Sites consultados:

CPLP. <https://www.cplp.org/>. Acesso em 11/06/2020.

PROJETO LIBOLO. <https://www.projetolibolo.com/pt/o-projeto-libolo>. Acesso em 27/04/2020.